



SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Estudos da Integração

(13º VOLUME)

INVESTIMENTO DIRETO  
ESTRANGEIRO NA  
ARGENTINA E NO BRASIL

Vanessa Marx

Associação Brasileira de Estudos da Integração

BRASÍLIA  
1997



**SENADO FEDERAL  
MESA BIÊNIO 1997/1998**

**PRESIDENTE  
Antonio Carlos Magalhães**

**1º VICE-PRESIDENTE  
Geraldo Melo**

**2ª VICE-PRESIDENTE  
Júnia Marise**

**1º SECRETÁRIO  
Ronaldo Cunha Lima**

**2º SECRETÁRIO  
Carlos Patrocínio**

**3º SECRETÁRIO  
Flaviano Melo**

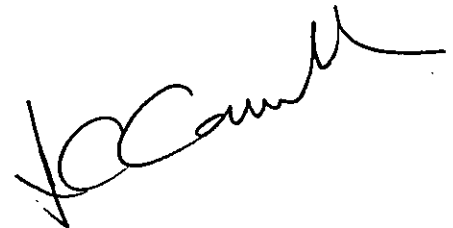
**4º SECRETÁRIO  
Lucídio Portella**

**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

**Emilia Fernandes  
Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda  
Marluce Pinto**

**Diretor-Geral  
Agaciel da Silva Maia**

**Secretário-Geral da Mesa  
Raimundo Carreiro Silva**



ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO  
(13º VOLUME)

INVESTIMENTO DIRETO  
ESTRANGEIRO NA  
ARGENTINA E NO BRASIL

VANESSA MARX

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO

BRASÍLIA – 1997

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO

(13º VOLUME)

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO  
NA ARGENTINA E NO BRASIL

VANESSA MARX

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Aluna do Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Nacional de La Plata na Argentina. Membro Pesquisador da ABEI em Porto Alegre-RS.

© SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas  
Praça dos Três Poderes, Via N-2 Unidade de apoio III  
CEP 70165-900 Brasília, DF  
Telefones: (061) 311-3575, 3576 e 3579  
Fax: (061) 311-4258  
E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Revisão de Originais:

João Evangelista Belém

Ficha Catalográfica:

Maria Celeste J. Ribeiro

Editoração eletrônica:

Paulo Henrique Ferreira Nunes

Impressão:

Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Capa: Serviço de Programação Visual – SPV

ISBN: 85-7018-169-8

Marx, Vanessa.

Investimento direto estrangeiro na Argentina e no Brasil / Vanessa Marx. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas ; Porto Alegre : Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1997. 108 p. — (Estudos da integração ; v. 13)

Texto em português e espanhol.

1. Investimento Estrangeiro — Argentina. 2. Investimento Estrangeiro — Brasil. 3. Globalização da Economia. Economia Internacional. 4. Mercado Comum do Sul (Mercosul). 5. Intercâmbio Comercial — Países em Desenvolvimento — Países Desenvolvidos.

I. Título. II. Série.

CDD 332.673

## NOTA EXPLICATIVA

A Associação Brasileira de Estudos da Integração (ABEI) tem como finalidade realizar estudos sobre temas da integração, especialmente a do Cone Sul, e o estabelecimento do respectivo mercado comum.

Constituída em agosto de 1991, seus associados docentes e os associados pesquisadores iniciaram trabalhos individuais e organizaram equipes de estudo.

Os frutos dessas atividades sairão nesta coleção de Estudos da Integração, que acolherá prazerosamente contribuições de pesquisadores nacionais e estrangeiros, pois constitui um dos seus objetivos a divulgação de obras que contribuam para a solução dos complexos problemas acarretados pela integração, nova e promissora realidade em nosso continente.

WERTER R. FARIA  
DIRETOR-PRESIDENTE  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| Introdução.....  | 08  |
| Introducción.....  | 09  |
| 1. Situação mundial atual: globalização e regionalização.....                          | 14  |
| 1. Situación mundial actual: globalización y regionalización.....                      | 15  |
| 1.1. As mudanças de modelo.....  | 14  |
| 1.1. Los cambios de modelo.....  | 15  |
| 1.2. O papel do Gatt, da OMC e do Grupo dos Sete.....                                  | 20  |
| 1.2. El papel del Gatt, de la OMC y del Grupo de los Siete.....                        | 21  |
| 1.3. A formação de blocos.....   | 22  |
| 1.3. La formación de bloques.....  | 23  |
| 1.4. Os fatores que movem o mundo globalizado.....                                     | 28  |
| 1.4. Los factores que mueven el mundo globalizado.....                                 | 29  |
| 1.5. O mundo desenvolvido frente ao mundo em desenvolvimento.....                      | 30  |
| 1.5. El mundo desarrollado frente al mundo en desarrollo.....                          | 31  |
| 1.6. A América Latina: cenário duvidoso e Mercosul consolidado.....                    | 32  |
| 1.6. América Latina: escenario dudoso y Mercosur consolidado.....                      | 33  |
| 2. Sobre as principais teorias de influência nos processos de integração.....          | 36  |
| 2. Acerca de las principales teorías de influencia en los procesos de integración..... | 37  |
| 2.1. A tendência clássica e neoclássica.....   | 38  |
| 2.1. La tendencia clásica y neoclásica.....  | 39  |
| 2.2. O Estruturalismo e a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento.....                     | 44  |
| 2.2. El Estructuralismo y la Teoría de los Polos de Desarrollo.....                    | 45  |
| 3. Evolução histórica recente dos IDE na Argentina e no Brasil.....                    | 56  |
| 3. Evolución histórica reciente de las IED en Argentina y Brasil.....                  | 57  |
| 3.1. Generalidades sobre o mundo e a América Latina.....                               | 56  |
| 3.1. Generalidades sobre el mundo y América Latina.....                                | 57  |
| 3.2. O caso argentino.....   | 64  |
| 3.2. El caso argentino.....  | 65  |
| 3.3. O caso brasileiro.....  | 66  |
| 3.3. El caso brasileño.....  | 67  |
| 4. Radicação de IDE na América Latina pela Tríada (EUA, Europa e Japão).....           | 74  |
| 4. Radicación de IED en América Latina por la Triada (EE.UU., Europa y Japón).....     | 75  |
| 4.1. As relações com os EUA.....   | 76  |
| 4.1. Relaciones con los EE.UU.....   | 77  |
| 4.2. As relações com a Europa.....   | 84  |
| 4.2. Relaciones con Europa.....  | 85  |
| 4.3. As relações com o Japão.....  | 92  |
| 4.3. Relaciones con Japón.....   | 93  |
| 5. Conclusões.....   | 102 |
| 5. Conclusiones.....   | 103 |
| Bibliografia.....  | 106 |

## INTRODUÇÃO

O tema do grande fluxo de IDE que há recebido a América Latina forma parte do contexto em que estamos vivendo: de globalização, de regionalização, de abertura econômica e de mudanças no sistema produtivo. Os anos 90 apresentam uma forte mudança do atual ciclo econômico, onde os processos de privatizações e de livre ingresso de capitais (principalmente nos setores promovidos, como por exemplo: o setor automotivo) contribuíram para que os países aumentassem a oferta de divisas, de liquidez e capitalizassem suas dívidas.

Ademais de poder solucionar uma parte dos problemas financeiros, os IDE proporcionam: novas fontes de trabalho, inovação tecnológica, gestão eficaz e capacitação (Di Giovan, 1992, p. 273). Supõe-se que tudo isso gerará a longo prazo uma modernização na economia, que trará vantagens frente à competitividade mundial.

A importância de como os IDE vão se distribuir entre os países da região (Mercosul) é um tema-chave para dirigir-nos a uma integração sólida, profunda e equitativa. Os países, ainda que estejam integrados e estabeleçam protocolos conjuntos para a promoção e proteção de investimentos intra e extra zona, continuamente criam leis internas de caráter impositivo e de proteção industrial, que desviam os fluxos dos investimentos.

O primeiro capítulo descreve a situação mundial atual: a globalização e a regionalização, fazendo alusão ao contexto global que mostra a diferença da passagem de um modelo "fordista" a um modelo "toyotista" de produção, ademais de introduzir novos vocábulos como: *joint ventures*, contratos de *management*, robotização, programa de qualidade total e subcontratações. Neste contexto os IDE aumentam consideravelmente em nossos países, por haver uma expectativa de crescimento maior na América Latina. Neste âmbito aparece o fenômeno das privatizações, onde o Estado passa a vender seu patrimônio para pagar parte de suas dívidas dando uma maior participação aos entes privados (nacionais e estrangeiros) em setores que antes eram exclusivos do Estado. A matéria-prima adquire menos importância, pois pode ser adquirida em qualquer parte do mundo a preços razoáveis.

Para disciplinar as regras deste mundo surgem instituições como a OMC, que dita regras sobre o comércio e os investimentos mundiais. A regionalização aparece paralelamente como uma forma de unir forças

## INTRODUCCIÓN

El tema del gran flujo de IED que ha recibido América Latina forma parte del contexto en que estamos viviendo: globalización, regionalización, apertura económica y cambios en el sistema productivo. Los años 90 presentan un fuerte cambio del actual ciclo económico, donde los procesos de privatizaciones y de libre ingreso de capitales (principalmente a los sectores promovidos, como por ejemplo: el sector automotriz) contribuyeron para que los países aumentasen la oferta de divisas, de liquidez y capitalizaran sus deudas.

Además de poder solucionar una parte de los problemas financieros, las IED aportan: nuevas fuentes de trabajo, innovación tecnológica, gestión eficaz y capacitación (Di Giovan, 1992, p. 273). Se supone que todo esto generará a largo plazo una modernización en la economía, que traerá ventajas frente a la competencia mundial.

La importancia de como las IED van a distribuirse entre los países de la región (Mercosur) es un tema clave para dirigirnos hacia una integración sólida, profunda y equitativa. Los países aunque estén integrados y establezcan protocolos conjuntos para la promoción y protección de inversiones intra y extra zona, continuamente crean leyes internas de carácter impositivo y de protección industrial, que distorsionan los flujos de inversiones.

El capítulo uno describe la situación mundial actual: globalización y regionalización, en alusión al contexto global cuyo rasgo distintivo muestra el paso de un modelo "fordista" a un modelo "toyotista" de producción, además de introducir nuevos vocablos como: *joint ventures*, contratos de *management*, robotización, programa de calidad total y subcontrataciones. En este contexto las IED aumentan considerablemente en nuestros países, por haber una expectativa de crecimiento mayor en América Latina. En este ámbito aparece el fenómeno de las privatizaciones, donde el Estado pasa a vender su patrimonio para pagar parte de sus deudas dando una participación mayor a los entes privados (nacionales y extranjeros) en sectores que antes eran exclusivos del Estado. La materia prima adquire menos importancia, pues puede ser adquirida en cualquier parte del mundo a precios razonables.

Para disciplinar las reglas de este mundo surgen instituciones como la OMC, que dictan reglas sobre el comercio y las inversiones mundiales. La regionalización aparece paralelamente como una forma de unir fuerzas

para competir no mundo globalizado e beneficiar-se com os fluxos de IDE, podendo gerar uma maior especialização na produção através da economia de escala, criando vantagens comparativas dinâmicas, mas também gerar um protecionismo por parte dos blocos desenvolvidos que possuem independência nas suas decisões, diferentes dos países em desenvolvimento que dependem dos capitais estrangeiros por terem pouca capacidade de economia interna para alimentar o investimento.

O *segundo capítulo* desenvolve as principais teorias de influência nos processos de integração, que servem para explicar e localizar a teoria que corresponde ao processo integracionista que se transita. Neste sentido é necessário mencionar que existem duas teorias que podem fundamentar os processos de integração:

- A Teoria Neoclássica baseada na complementação dos mercados de forma espontânea, usando leis de mercado como mecanismo de integração e fundamentados em princípios de livre comércio. O predomínio competitivo é do mercado e o Estado fica reduzido a um rol de espectador. As economias dos mercados a integrar-se são competitivas e complementárias. Essa teoria desenvolve temas como a criação e o desvio de comércio, que podem abrir ou proteger o mercado regional. É considerada estática, pois compreende as duas primeiras etapas da integração: a zona de livre comércio e a união aduaneira.

- A Teoria Estruturalista propõe uma integração não somente dos mercados, mas de toda a economia e em profundidade. A economia tende a fundir-se e para isso é essencial a unificação de políticas e o estabelecimento de políticas comuns. A integração deve ser solidária, deve haver compensações entre os países que compõem o grupo, o enriquecimento deve ser conjunto. Esta teoria é considerada dinâmica. Dentro deste contexto desenvolvem-se temas como o da teoria dos pólos de desenvolvimento, onde os mesmos são unidades motrizes que impulsionam a integração.

Hoje, os países da América Latina aplicam mais a Teoria Neoclássica, pois possuem políticas de abertura e regem-se pelas leis de livre mercado, onde o Estado cada vez participa menos. No Mercosul aflora uma nova tendência, ou seja, tentar complementar-se a nível profundo, como propõe a Teoria Estruturalista, com economias de escala, para satisfazer o objetivo de crescer em conjunto.

O *terceiro capítulo* alude à evolução histórica recente dos IDE na

para competir en el mundo globalizado y beneficiarse de los flujos de IED, pudiendo generar una mayor especialización en la producción a través de la economía de escala, creando ventajas comparativas dinámicas, pero también puede generar un proteccionismo por parte de los bloques desarrollados que poseen independencia en sus decisiones, distintos de los países en desarrollo que dependen de capitales extranjeros por tener poca capacidad de ahorro interno para alimentar la inversión.

El *segundo capítulo* desarrolla las principales teorías de influencia en los procesos de integración, para poder explicar y ubicarnos en la teoría que corresponde al proceso integracionista que se transita. En este sentido es dable mencionar que existen dos teorías que pueden fundamentar los procesos de integración:

- La Teoría Neoclásica basada en la complementación de los mercados de forma espontánea, usando leyes de mercado como mecanismo de integración y fundados en principios de libre comercio. El predominio competitivo es del mercado y el Estado queda reducido a un rol de espectador. Las economías de los mercados a integrarse son competitivas y complementarias. Esta teoría desarrolla temas como la creación y la desviación de comercio, que pueden abrir o proteger el mercado regional. Es considerada estática, pues comprende las dos primeras etapas de la integración: la zona de libre comercio y la unión aduanera.

- La Teoría Estructuralista propone una integración no solamente de los mercados, sino de toda la economía y en profundidad. La economía tiende a fusionarse y para eso es esencial la unificación de políticas y el establecimiento de políticas comunes. La integración debe ser solidaria, debe haber compensaciones entre los países que conforman el grupo, el enriquecimiento debe ser conjunto. Esta teoría es considerada dinámica. Adentro de este contexto se desarrollan temas como la teoría de los polos de desarrollo, donde los mismos son unidades motrizes que impulsan la integración.

Hoy los países de Latinoamérica aplican más la Teoría Neoclásica, pues poseen políticas de apertura y se rigen por las leyes del libre mercado, donde el Estado cada vez participa menos. En el Mercosur aflora una tendencia actual en intentar complementarse a nivel profundo, como propone la Teoría Estructuralista, con economías de escala para satisfacer el objetivo de crecer en conjunto.

El *tercer capítulo* alude a la evolución histórica reciente de las



Argentina e no Brasil. Ocorre uma seqüência histórica de como se desenvolveram os IDE a partir da década de 70 até hoje. O capítulo percorre um caminho, desde os 70, sobre como se dirigiam os fluxos dos investimentos no mundo e até a América Latina, passando por etapas de crescimento (1979-1982), de crise (1983 a 1986) e de reativação (1987 a 1990) dos IDE nos nossos países. Esta parte se complementa com o quarto capítulo do trabalho, que se refere à radicação de IDE na América Latina pelos EUA, Europa e Japão.

Desenvolvem-se os pontos históricos importantes em cada país em particular, primeiro na Argentina e depois no Brasil, mostrando pontos de semelhança e de contraste entre os dois países.

O *quarto capítulo* mostra as políticas de IDE dos países mais fortes do mundo até Argentina e o Brasil. A primeira parte refere-se às relações dos dois países com os EUA, num contexto de transações comerciais e instalações de empresas transnacionais.

EUA foi o país que mais investiu na América Latina, mas que na época de crise diminuiu suas quantias. Atualmente, estão sendo aumentadas consideravelmente e estão fazendo acordos bilaterais para aumentar tais investimentos, ainda que a conformação do Nafta os tenha desviado.

A segunda parte descreve as relações com a Europa. Esse continente manteve constante o nível de investimentos até a Latino-América, ainda na etapa de crise. Alemanha foi o país que mais investiu na década de 70, mas atualmente quem mais investe é o Reino Unido. Também é importante notar que a Espanha teve uma grande participação, pois atuou nos processos de privatizações da região. Um ponto importante que impulsionará mais investimentos europeus até a região é a assinatura do Acordo-Marco de Cooperação Comercial e Econômica entre a UE e o Mercosul.

A última parte fala sobre as relações com o Japão, apesar de que o país não teve muita relevância frente aos outros, pois seu programa de investimentos não era dirigido até a América Latina, e sim até a Ásia Oriental e os EUA. O Brasil, na década de 70, foi o terceiro maior receptor de IDE japonesas, atingindo a metade dos fluxos destinados à América Latina, entretanto, diminuindo após a época de crise. Atualmente, as perspectivas são de que o Japão invista mais na região, considerando que os países possuem mais estabilidade econômica e formam parte de um forte bloco regional.

IED en Argentina y Brasil. Se hace una secuencia histórica de como se desarrollaron las IED a partir de la década de los 70 hasta hoy. El capítulo hace un recorrido, desde los 70, sobre como se manejaban los flujos de inversiones en el mundo y hacia Latinoamérica, pasando por etapas de crecimiento (1979-1982), de crisis (1983 a 1986) y de reactivación (1987 a 1990) de la IED en nuestros países. Esta parte se complementa con el cuarto capítulo del trabajo que se refiere a la radicación de IED en América Latina por EE.UU., Europa y Japón.

Se desarrollan los puntos históricos importantes en cada país en particular, primero Argentina y después Brasil, mostrando puntos de similitud y de contraste entre los dos países.

El *cuarto capítulo* desarrolla las políticas de IED de los países más fuertes del mundo hacia Argentina y Brasil. La primera parte refiere a las relaciones de los dos países con los EE.UU., en un contexto de transacciones comerciales e instalaciones de empresas transnacionales.

EE.UU. fue el país que más invirtió en Latinoamérica, pero que en la época de crisis disminuyó sus aportes. Actualmente los ha aumentado considerablemente y está haciendo acuerdos bilaterales para fomentar tales inversiones, aunque la conformación del Nafta los haya desviado.

La segunda parte describe las relaciones con Europa. Ese continente mantuvo constante el nivel de inversiones hacia Latinoamérica, aún en la etapa de crisis. Alemania fue el país que más invirtió en la década del 70, pero actualmente quien más invierte es el Reino Unido. También es importante notar que España tuvo una gran participación, pues participó en los procesos de privatizaciones de la región. Un punto importante que va a impulsar más inversiones europeas hacia la región es la firma del Acuerdo Marco de Cooperación Comercial y Económica entre la UE y el Mercosul.

La última parte habla sobre las relaciones con Japón, aunque el país no tuvo mucha relevancia frente a los otros, pues su programa de inversiones no era dirigido hacia América Latina y si hacia Asia Oriental y EE.UU. Brasil en la década de 70 fue el tercer mayor receptor de IED japonesas, abarcando la mitad de los flujos destinados a Latinoamérica, pero después estos flujos disminuyeron en la época de crisis. En el presente, las perspectivas se presentan para que Japón invierta más en la región, considerando que los países poseen más estabilidad económica y forman parte de un fuerte bloque regional.

Ao final apresentam-se as conclusões que dão uma idéia das perspectivas dos IDE hoje, para a América Latina, principalmente no Mercosul. Em síntese, temos presentes dois objetivos:

a) a importância dos processos de integração para os países em desenvolvimento

b) a necessidade de contar com investimentos produtivos.

O problema consiste em articular ambos objetivos: consolidar o mercado ampliado mediante a integração e ao mesmo tempo atrair IDE para o aproveitamento deste mercado.

### 1. SITUAÇÃO MUNDIAL ATUAL: GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

Nos últimos anos os IDE globais cresceram rapidamente. Incrementaram-se em 34%. Os fatores que explicam este aumento são a globalização das firmas e indústrias, o progresso tecnológico, a expansão do setor de serviços e a integração da economia regional.

Por isso é necessário explicar o panorama mundial para poder falar da importância dos IDE na Argentina e no Brasil.

#### 1.1. AS MUDANÇAS DE MODELO

O mundo de hoje é diferente do de décadas atrás. Passa por uma transformação dinâmica. Estamos vivendo na era da globalização.

Passamos do modelo “fordista” de produção em grande escala de bens, que utilizava ao máximo as economias de escala e a automação na produção. Os empregados eram pouco qualificados, desempenhavam funções específicas e a divisão era bem hierarquizada. A produção era vertical e horizontal, onde as empresas oligopólicas eram interdependentes.

Pouco a pouco os japoneses começaram a se destacar, estabelecendo seu próprio modelo chamado “toyotismo”. A produção passa a ser vertical e há um grande aparecimento de firmas subcontratistas (pequenas e médias) de grande especialização produtiva, com entrega imediata do produto, a chamada produção sem estoque ou *just in time*. Desenvolve-se a qualidade total nas empresas e não há uma hierarquização como no anterior modelo, as pessoas se movem livremente e resolvem os problemas conjuntamente nas diversas etapas de produção.

As tendências à internacionalização produtiva, por meio de investimentos diretos de grandes firmas no exterior, licenças *joint ventures*,

Al final se presentan las conclusiones que dan una idea de las perspectivas que presentan los IED hoy para la América Latina, principalmente para el Mercosur.

En síntesis, tenemos presentes dos objetivos:

a) la importancia de los procesos de integración para los países en desarrollo;

b) la necesidad en contar con inversiones productivas.

El problema consiste en articular ambos objetivos: consolidar el mercado ampliado mediante la integración y a la vez atraer IED para el aprovechamiento de este mercado.

### 1. SITUACIÓN MUNDIAL ACTUAL: GLOBALIZACIÓN Y REGIONALIZACIÓN

En los últimos años las IED globales crecieron rápidamente. Se incrementaron en un 34%. Los factores que explican este aumento son la globalización de firmas e industrias, progreso tecnológico, expansión del sector de servicios e integración de la economía regional.

Por eso es necesario desarrollar el panorama mundial para poder hablar de la importancia de las IED en Argentina y Brasil.

#### 1.1. LOS CAMBIOS DE MODELO

El mundo de hoy es distinto al de unas décadas atrás. Pasa por una transformación dinámica. Estamos viviendo en la era de la globalización.

Pasamos del modelo “fordista” de producción en gran escala de bienes, que utilizaba al máximo las economías de escala y la automatización en la producción. Los empleados eran poco calificados, desempeñaban funciones específicas y la división era bien jerarquizada. La producción era vertical y horizontal, donde las empresas oligopólicas eran interdependientes.

De a poco los japoneses empezaron a destacarse, estableciendo su propio modelo, el llamado “toyotismo”. La producción pasa a ser vertical y una gran aparición de firmas subcontratistas (pequeñas y medianas) de gran especialización productiva, con entrega inmediata del producto, la llamada producción sin stock o *just in time*. Se desarrolla la calidad total en las empresas y no hay una jerarquización como en el anterior modelo, las personas se mueven libremente y resuelven los problemas conjuntamente en las diversas etapas de producción.

Las tendencias a la internacionalización productiva, a través de inversiones directas de grandes firmas en el exterior, licencias *joint*

contratos de *management* e subcontratação intensificam-se e estimulam o fenômeno da globalização.

“Os fluxos de investimentos diretos estrangeiros, que se consideram como um dos indicadores da crescente globalização, põem em relevância que dito investimento há crescido muito mais rápido que as exportações e a produção na segunda metade dos anos 80” (Chudnovsky, 1993, p. 76).

“A chamada globalização vai acompanhada de uma nova interdependência que se define através da regionalização mundial, que se expressa nas zonas de influência determinadas pelos países hegemônicos com a liderança dos EUA. Macroeconomicamente, a globalização que se advierte a escala mundial alcança todos os aspectos até hoje conhecidos de ordem internacional que inclui as idéias, teorias e paradigmas, assim como as suas formas de organização social, a política, a democracia e a definição do Estado como sujeito nacional que modifica suas formas de condução e legitimação tanto nos marcos dos processos de acumulação do capital como no ordenamento da vida política e social, além da instrumentação das suas relações externas.” (Burgueño, 1993, p. 101).

Singapura, Taiwan, Hong Kong, Malásia e Tailândia são destacados como modelos de agressividade econômica. O Japão vive em recessão, mas possui um dos índices mais baixos de desemprego. As corporações americanas estão demitindo seus empregados e transferindo suas indústrias para países com mão-de-obra mais barata. A globalização é uma aceleração do capitalismo, a matéria-prima também pode ser adquirida em qualquer parte do mundo e o produto final vendido a qualquer país. O campo financeiro também participa do ritmo acelerado: o volume de empréstimos internacionais para capital privado a médio e longo prazos aumentou. Com a rápida informação e as bolsas de valores do mundo interconectadas, há uma grande participação de capital volátil, que na sua maioria volta aos países de origem, deixando uma sensação de temor nos países fracos.

A tecnologia foi um fator fundamental no mundo globalizado, pois melhorou a qualidade dos transportes e das comunicações, que tornaram as distâncias irrelevantes para as operações empresariais.

Para o presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso: “A globalização está multiplicando a riqueza e desencadeando forças produtivas numa escala sem precedentes. Tornaram-se universais os

*ventures*, contratos de *management* y subcontratación se intensifican y estimulan el fenómeno de la globalización.

“Los flujos de inversión extranjera directa, que se consideran como uno de los indicadores de la creciente globalización, no sólo ponen de relieve que dicha inversión ha crecido mucho más rápido que las exportaciones y la producción en la segunda mitad de los años 80” (Chudnovsky, 1993, p. 76).

“La llamada globalización va acompañada de una nueva interdependencia que se define a través de la regionalización mundial que a su vez expresa las zonas de influencia determinadas por los países hegemónicos con el liderazgo de EE.UU. Macroeconómicamente, la globalización que se advierte a escala mundial alcanza a todos los aspectos del hasta hoy conocido orden internacional que incluye las ideas, teorías y paradigmas así como a sus formas de organización social, la política, la democracia y la definición del Estado como sujeto nacional que modifica sus formas de conducción y legitimación tanto en los marcos de los procesos de acumulación del capital como en el ordenamiento de la vida política y social, además de la instrumentación de sus relaciones externas” (Burgueño, 1993, p. 101).

Singapur, Taiwan, Hong Kong, Malasia y Tailandia son destacados como modelo de agresividad económica. Japón vive en recesión, pero posee una de los índices más bajos de desocupación. En las corporaciones americanas están dimitiendo sus empleados y transferiendo sus industrias para países de mano de obra más barata. La globalización es una aceleración del capitalismo, la materia prima también puede ser adquirida en cualquier parte del mundo y el producto final vendido a cualquier país. El campo financiero también participa del ritmo acelerado: el volumen de préstamos internacionales, para capital privado a mediano y largo plazo, aumentó. Con la rápida información y las bolsas de valores del mundo interconectadas, hay una gran participación de capital volátil, que en su mayoría vuelve a los países de origen, dejando una sensación de temor en los países débiles.

La tecnología fue un factor fundamental en el mundo globalizado, pues mejoró la calidad de los transportes y de las comunicaciones, que tornaron las distancias irrelevantes para las operaciones empresariales.

Para el presidente de Brasil Fernando Henrique Cardoso: “La globalización está multiplicando la riqueza y desencadenando fuerzas

valores como a democracia e a liberdade. Envolve diversos processos simultâneos: a difusão internacional da notícia, redes como a Internet, o tratamento internacional de temas como o meio ambiente, direitos humanos e a integração” (Nascimento Neto, 1996, p. 82).

As privatizações também são conseqüências do mundo globalizado. A falência do Estado trouxe a necessidade de vender bens como: usinas, estradas e serviços. Hoje utiliza-se o sistema BOT (*Build. Operate. Transfer*) pelas empresas privadas, o empresário constrói a estrada ou ponte, cobra pedágio durante algum tempo, até se ressarcir e depois o transfere ao Estado.

O papel participante das grandes corporações é fundamental neste mundo. O cérebro da indústria está no país de origem (elaboração de projetos, planejamento de *marketing* e funções de gerência) e a parte física (a produção) está nos países em desenvolvimento. Hoje, a indústria tem um poder de decisão maior frente aos governos.

Os consumidores também formam parte do processo, consomem cada vez maior número de produtos de todas as partes do mundo, ampliando sua margem de consumo. Como exemplo disso tomamos o caso da Fiat, que lançou no Brasil um novo carro chamado “Palio”, e vai substituir o “Uno”. Será fabricado simultaneamente em Minas Gerais, no Brasil, Argentina, Colômbia, Venezuela, Índia, Marrocos e China. Será montado com peças importadas da Venezuela, Marrocos, Equador, Egito, Argélia e Vietnã (Nascimento Neto, 1996, p. 84).

O problema que a globalização apresenta é o corte dos custos (empregos) que as empresas vêm fazendo para conseguir melhores preços e qualidade mais alta. Os governos já não protegem mais o trabalho e as rendas das pessoas. Ao contrário, flexibilizam suas legislações laborais. Um país que protege e encarece o trabalho, não apresenta o elemento essencial para radicar IDE, que é a mão-de-obra barata, e sendo, portanto, excluído desse processo.

Fechar não é a palavra. Para o mundo globalizado o objetivo é abrir. Para o progresso é necessário ter acesso a capitais e novidades tecnológicas. A matéria-prima não tem tanta importância econômica como antes. É possível comprá-la a preços baixos em qualquer lugar. Este é o maior problema da América Latina, que tem abundância em matéria-prima, e ao vender estes produtos no mercado internacional, perde pelo seu baixo preço. Para aumentar as vantagens comparativas,

productivas en una escala sin precedentes. Se tornaron universales los valores como la democracia y la libertad. Envuelve diversos procesos simultâneos: la difusión internacional de la noticia, redes como la *Internet*, el tratamiento internacional de temas como el medio ambiente, derechos humanos y la integración” (Nascimento Neto, 1996, p. 82).

Las privatizaciones también son consecuencias del mundo globalizado. La falencia del Estado trajo la necesidad de vender bienes como: usinas, rutas y servicios. Hoy se utiliza el sistema BOT (*Build. Operate. Transfer*) por las empresas privadas, el empresario construye la ruta o puente, cobra peaje durante algún tiempo, hasta resarcirse y después la transfiere al Estado.

El papel participante de las grandes corporaciones es fundamental en este mundo. El cerebro de la industria está en su país de origen (elaboración de proyectos, planeamiento de *marketing* y funciones de gerencia) y la parte física (la producción) está en los países en desarrollo. Hoy, la industria tiene un poder de decisión mayor frente a los gobiernos.

Los consumidores también forman parte del proceso, consumen cada vez mayor número de productos de todas partes del mundo, ampliando su margen de consumo. Como ejemplo de eso tomamos el caso de Fiat que lanzará en Brasil un nuevo auto llamado “Palio”, que va a sustituir al “Uno”. Será fabricado simultaneamente en Minas Gerais en Brasil, Argentina, Colombia, Venezuela, India, Marruecos y China. Será montado con piezas importadas de Venezuela, Marruecos, Ecuador, Egipto, Argelia y Vietnam (Nascimento Neto, 1996, p. 84).

El problema que la globalización presenta es el corte de los costos (empleos) que las empresas vienen haciendo para conseguir mejores precios y calidad más alta. Los gobiernos ya no protegen más el trabajo y las rentas de las personas. Al contrario, flexibilizan sus legislaciones laborales. Un país que protege y encarece el trabajo, no presenta el elemento esencial para radicar IED, que es la mano de obra barata, y consecuentemente es excluído.

Cerrar no es la palabra. Para el mundo globalizado el objetivo es abrir. Para el progreso es necesario tener acceso a capitales y novedades tecnológicas. La materia prima no tiene tanta importancia económica, como antes. Es posible comprarla a precios bajos en cualquier lugar. Este es el mayor problema de América Latina que tiene abundancia en materia prima y al vender esos productos en el mercado internacional, pierde, por su bajo precio. Para aumentar las ventajas comparativas,

o Brasil está tentando implementar um projeto realizado por algumas cidades da França, que reúne a iniciativa privada (empresas estrangeiras ou nacionais) e o governo, para a produção de novas tecnologias.

#### 1.2. *O PAPEL DO GATT, DA OMC E DO GRUPO DOS SETE*

No mundo globalizado surgiu um ente regulador chamado Gatt (Acordo Geral de Alíquotas de Aduanas e Comércio), criado em 1947, que está composto por 125 países. Foi aperfeiçoado institucionalmente com a criação da OMC (Organização Mundial de Comércio) no ano de 1995. Estes sistemas pregam o multilateralismo e toleram sob determinadas condições a formação de grandes blocos econômicos, com um mecanismo agora mais eficaz para solucionar os conflitos.

O Gatt surgiu para regular as diferenças de poder de negociação entre os atores internacionais, apesar de não conseguir controlar o unilateralismo dos EUA e a política protecionista da União Européia.

O Gatt se esgotou, ficando em segundo plano. As empresas transnacionais e o Grupo dos Sete, composto pela Itália, os EUA, a Inglaterra, o Canadá, a França, a Alemanha e o Japão (50% da produção mundial, 64% das exportações e 55% das importações) aceleraram a liberação do comércio, e esse órgão tornou-se irrelevante como foro de regulação internacional.

Os pontos interessantes a serem aprendidos pela América Latina das economias dos países desenvolvidos são: o crescimento do Japão, EUA e Canadá e o porquê do menor crescimento dos países europeus; a baixa taxa de desemprego do Japão e a atração que exerce seu grande mercado interno.

Com o fracasso do Gatt surge a OMC, que possuindo um maior peso institucional regula os intercâmbios internacionais, evitando a fragmentação do sistema do comércio mundial. A formação de grandes blocos econômicos (na América, Europa e Japão) havia dado lugar a desvios de comércio e abandono do multilateralismo, estabelecendo barreiras para proteger seus membros. Diferente dos blocos formados por economias fracas (Mercosul e Pacto Andino), que abrem suas economias. Outro objetivo da organização é tratar de equilibrar o comércio a nível macro e micro, para evitar as concorrências desleais. Neste contexto profundizar as economias, estabelecendo estratégias de desenvolvimento regional, é fundamental.

Brasil está intentando implementar un proyecto realizado por algunas ciudades de Francia, que reúne la iniciativa privada (empresas extranjeras o nacionales) y el gobierno, para la producción de nuevas tecnologías.

#### 1.2. *EL PAPEL DEL GATT, DE LA OMC Y DEL GRUPO DE LOS SIETE*

En el mundo globalizado surgió un ente regulador llamado Gatt (Acuerdo General de Aranceles de Aduanas y Comercio), creado en 1947, que está compuesto por 125 países. Fue perfeccionado institucionalmente con la creación de la OMC (Organización Mundial de Comercio) en el año de 1995. Estos sistemas pregonizan el multilateralismo y toleran bajo determinadas condiciones la formación de grandes bloques económicos, con un mecanismo ahora más eficaz para solucionar conflictos.

El Gatt surgió para regular las diferencias de poder de negociación entre los actores internacionales, aunque no consiguió controlar el unilateralismo de EE.UU. y la política proteccionista de la Unión Europea.

El Gatt se agotó, quedando en segundo plano. Las empresas transnacionales y el Grupo de los Siete, compuesto por Italia, EE.UU., Inglaterra, Canadá, Francia, Alemania y Japón (50% de la producción mundial, 64% de las exportaciones y el 55% de las importaciones) aceleraron la liberalización del comercio y este órgano se tornó irrelevante como foro de regulación internacional.

Los puntos interesantes a ser aprendidos por América Latina de las economías de los países desarrollados son: el crecimiento de Japón, EE.UU. y Canadá y el por qué del menor crecimiento de los países europeos; la baja tasa de desocupación de Japón y la atracción que ejerce su gran mercado interno.

Con el fracaso del Gatt surge la OMC, que poseyendo un mayor peso institucional regula los intercambios internacionales, evitando la fragmentación del sistema del comercio mundial. La formación de grandes bloques económicos (en América, Europa y Japón) había dado lugar a desviaciones de comercio y abandono del multilateralismo, poniendo barreras para proteger a sus miembros. Distinto el caso de los bloques formados por economías débiles (Mercosur y Pacto Andino), que abren sus economías. Otro objetivo de la organización es tratar de equilibrar el comercio a nivel macro y micro, para evitar las competencias desleales. En este contexto profundizar las economías, estableciendo estrategias de desarrollo regional es fundamental.

A competitividade internacional é um jogo em que se involucram as empresas, influenciando na capacidade apresentada por cada região... “uma questão relevante, na que sempre convém insistir, é que o último objetivo do desenvolvimento econômico regional não depende da imprecisa noção de competitividade, se não da produtividade com que se empreguem os recursos de todo tipo (humanos, financeiros, tecnológicos, etc.) para alcançar um alto e crescente nível de vida para os seus habitantes” (Albuquerque, 1995, p. 51).

Aumentando a produtividade, fazemos crescer a economia, mas a região deve atualizar-se constantemente. No aumento dos maiores níveis de produtividade é que os IDE jogam um papel fundamental, pois são capazes de mover e incrementar novas tecnologias nas regiões e criar empregos. A política regional também pode ajudar na atualização, criando leis necessárias ao processo e adequando os serviços às mudanças tecnológicas e de organização para competir com mais vantagens.

Hoje as relações comerciais voltam a ser “para fora” na América Latina, como na época da Segunda Guerra Mundial. Há uma homogeneidade capitalista, subordinada, desigual e fragmentada pelos territórios. Homogeneidade, porque o processo pretende tornar indiferente a localização do investimento, da produção e dos fluxos de intercâmbio. Subordinada porque o poder de decisão está no exterior, restringindo a soberania territorial de cada país. Desigual, pois as nações não possuem ritmos iguais e o intercâmbio se dará, não em um país isolado, e sim, numa área integrada. Fragmentária porque não inclui todos os países e descontínua, porque deixa rupturas de continuidade territorial (Cobos, 1995, p. 66).

### 1.3. A FORMAÇÃO DE BLOCOS

A globalização levou os países a participarem deste contexto em forma separada ou por meio de blocos econômicos. A liberação e abertura foram essenciais para atrair IDE, mas a concorrência pela radicação de investimentos favoreceu os países integrantes dos blocos regionais, pois a união exerce o poder de convencimento com mais facilidade que um país isolado.

Por isso é essencial que os países se integrem, para se beneficiarem dos fluxos de IDE. Com respeito a isso, a pesquisa feita por Mellado e Ali em vários setores sociais mostra que 81,1% na Argentina e 47,7% no Brasil concordam que o Mercosul favorece a radicação de investi-

La competitividad internacional es un juego en que se involucran las empresas, influyendo en la capacidad presentada por cada región... “una cuestión relevante, en la que siempre conviene insistir, es que el objetivo último del desarrollo económico regional no depende de la imprecisa noción de competitividad, sino de la productividad con que se empleen sus recursos de todo tipo (humanos, financieros, tecnológicos, etc.) para alcanzar un alto y creciente nivel de vida para sus habitantes” (Albuquerque, 1995, p. 51).

Aumentando la productividad hacemos crecer la economía, pero la región debe actualizarse constantemente. En el aumento de los mayores niveles de productividad es que las IED juegan un papel fundamental, pues son capaces de mover e incrementar nuevas tecnologías en las regiones y crear empleos. La política regional también puede ayudar en la actualización, creando leyes necesarias al proceso y adecuando los servicios a los cambios tecnológicos y de organización para competir con más ventajas.

Hoy las relaciones comerciales vuelven a ser “hacia afuera” en América Latina, como en la época de la Segunda Guerra Mundial. Hay una homogeneización capitalista, subordinada, desigual y fragmentada por los territorios. Homogeneización, porque el proceso pretende hacer indiferente la localización de la inversión, la producción y los flujos de intercambio. Subordinada porque el poder de decisión está en el exterior, restringiendo la soberanía territorial de cada país. Desigual, pues las naciones no poseen ritmos iguales y el intercambio se dará, no en un país aislado, sino en un área integrada. Fragmentaria porque no incluye a todos los países y discontinua, porque deja rupturas de continuidad territorial (Cobos, 1995, p. 66).

### 1.3. LA FORMACIÓN DE BLOQUES

La globalización llevó a los países a insertarse en este contexto en forma separada o a través de bloques económicos. La liberalización y la apertura fueron esenciales para atraer IED, pero la competencia por la radicación de inversiones, favoreció a los países integrantes de bloques regionales, pues la unión ejerce el poder de convencimiento con más facilidad, que un país aislado.

Por eso es esencial que los países se integren, para beneficiarse de los flujos de IED. Respecto de ello, la investigación hecha por Mellado y Ali en varios sectores sociales arroja que el 81,1% en Argentina y el 47,7% en Brasil concordan que el Mercosur favorece a la radicación de

mentos estrangeiros. Ainda com respeito “à criação de pólos industriais especializados com a restrição de estabelecer estas mesmas indústrias entre os países-membros”, a maioria dos setores estão de acordo com esta política; na Argentina há uma aceitação de 62,3% e no Brasil de 56,8%. Em matéria de harmonizar as legislações comerciais e societárias há uma aceitação de 95,6% na Argentina e 93,2% no Brasil.

Também está demonstrado na pesquisa que os grandes grupos econômicos e os governos são os que impulsionaram a integração no Mercosul. No Brasil 77,3% e na Argentina 95,7% dizem que os governos tiveram uma alta participação e que as empresas multinacionais, 56,8% no Brasil e 81,1% na Argentina, também no processo de integração. Os setores sociais (75% no Brasil e 95,6% na Argentina) também opinam que os grandes grupos econômicos foram os mais favorecidos no processo.

Com estes dados podemos chegar à conclusão de que os grupos econômicos são os que dinamizaram o processo e se favoreceram com ele, entretanto, atualmente os empresários argentinos (100%) e brasileiros (88,9%) sentem que é necessário harmonizar as legislações, assim como criar organismos supranacionais jurisdicionais (empresários argentinos 75% e brasileiros 100%) para solucionar os conflitos que surjam (1995, p.33 e seguintes).

Os IDE estão relacionados com a distribuição desigual dos benefícios e custos num sistema de integração econômica, que se acentua mais nos países em desenvolvimento. Os países de menores recursos ficam mais vulneráveis no comércio e na polarização do mercado integrado. O país mais desenvolvido do bloco possui melhor política cambiária e monetária, menores preços em alguns fatores de produção (salário), e nos produtos básicos (energia) para atrair investimentos e crescer mais.

O espaço integrado proporciona a abertura de outras plantas de produção, levando à polarização, que poderá se agravar se houver livre circulação de fatores, pois estes irão aos pólos mais desenvolvidos. A intervenção das instituições do bloco se faz necessária para resolver as assimetrias, que podem ser irreversíveis com o passar do tempo. É possível que uma política conjunta de investimentos atenue as diferenças sociais do ajuste, estabelecendo regras para o estabelecimento de novas plantas de produção e redução das existentes.

inversiones extranjeras. Además respecto a “la creación de polos industriales especializados con la restricción de establecer esas mismas industrias entre los países miembros”, la mayoría de los sectores están de acuerdo con esa política; en Argentina hay una aceptación de 62,3% y en Brasil de 56,8%. En materia de armonizar las legislaciones comercial y societaria hay una aceptación de 95,6% en Argentina y 93,2% en Brasil.

También está demostrado en la investigación que los grandes grupos económicos y los gobiernos son quienes impulsaron la integración en el Mercosur. En Brasil 77,3% y en Argentina 95,7% dicen que los gobiernos tuvieron una alta participación y que las empresas multinacionales, 56,8% en Brasil y 81,1% en Argentina, también en el proceso de integración. Los sectores sociales (75% en Brasil y 95,6% en Argentina) también opinan que los grandes grupos económicos fueron los más favorecidos en el proceso.

Con esos datos podemos llegar a la conclusión que los grupos económicos son los que dinamizaron el proceso y se favorecieron con él, pero ahora los empresarios argentinos (100%) y brasileños (88,9%) sienten que es necesario armonizar las legislaciones, así como crear organismos supranacionales jurisdiccionales (empresarios argentinos 75% y brasileños 100%) para dirimir los conflictos que surjan (1995, p. 33 y siguientes).

Las-IED están relacionadas con la distribución desigual de los beneficios y costos en un sistema de integración económica, que se acentúa más en los países en desarrollo. Los países de menores recursos quedan más vulnerables en el comercio y en la polarización del mercado integrado. El país más desarrollado del bloque posee mejor política cambiaria y monetaria, menores precios en algunos factores de producción (salario), y en los productos básicos (energía) para atraer inversiones y crecer más.

El espacio integrado proporciona la apertura de otras plantas de producción, llevando a la polarización, que podrá agravarse si hay libre circulación de factores, pues esos irán a los polos más desarrollados. La intervención de las instituciones del bloque se hace necesaria para resolver las asimetrías, que pueden ser irreversibles con el pasar del tiempo. Es posible que una política conjunta de inversiones atenuaría las diferencias sociales del ajuste, estableciendo reglas para el establecimiento de nuevas plantas de producción y la reducción de las existentes.

“A curto prazo as mudanças afetam tanto o aproveitamento da capacidade instalada quanto o nível de emprego; a médio e longo prazos, mudam a especialização das empresas no seu interior, a utilização dos recursos naturais, o aproveitamento das economias de escala, o grau de concorrência no mercado integrado, as oportunidades de investimentos e o nível de economia interna e, por último, a capacidade de gerar economias externas” (Ffrench-Davis, 1978, p. 268).

Normalmente nos processos de integração há desvio de comércio e/ou a criação de comércio. Para a teoria convencional o desvio é prejudicial e a criação é boa, mas ignoram que nos países em desenvolvimento há processos de ajuste e que os mesmos não têm capacidade para competir no mesmo nível tecnológico dos países fortes, ocasionando, pela criação de comércio e a abertura desregulada, o fechamento das indústrias.

O efeito positivo é que o esquema de integração proporciona uma maior especialização na produção, fazendo com que as empresas não produzam diversos bens e sim se especializem em um determinado. O aproveitamento das economias de escala é outro ponto favorável porque, exportando conjuntamente, se atravessa melhor as barreiras impostas pelos países desenvolvidos. A programação da produção evita a polarização das atividades mais dinâmicas, permitindo um melhor uso das economias de especialização, criação de economias externas e vantagens comparativas dinâmicas.

Há que pensar nas facilidades que cada país possui para produzir um tipo de produto, pois não convém investir para produzir o mesmo produto se o outro país da região produz com mais qualidade e eficiência. O universo produtivo proporciona uma variada e extensa diversidade de atividades. Temos de pensar em como podemos nos complementar e não competir dentro do Mercosul.

No começo do Mercosul, o Brasil e a Argentina não estavam muito dispostos a renunciar os seus próprios privilégios e reconhecer que o processo de integração requer esforços de ambas as partes. Isso pôde ser notado nas discussões acerca do estabelecimento de uma tarifa externa comum e na regulação do tema dos automotores. Para fixar a TEC tínhamos dois caminhos: quanto mais baixa, maior intervenção dos terceiros países e dificuldades para a produção doméstica em reestruturar a produção regional e obter vantagens com o mercado

“A corto plazo los cambios afectan tanto el aprovechamiento de la capacidad instalada cuanto al nivel de empleo, en los medianos y largos plazos, cambian la especialización de las empresas en el interior de ellas, la utilización de recursos naturales, el aprovechamiento de las economías de escala, el grado de concurrencia en el mercado integrado, las oportunidades de inversiones y el nivel de ahorro, y la capacidad de generar economías externas” (Ffrench-Davis, 1978, p. 268).

Normalmente en los procesos de integración hay desvío de comercio y/o la creación de comercio. Para la teoría convencional el desvío es perjudicial y la creación es buena, pero ignoran que en los países en desarrollo hay procesos de ajuste y que ellos no tienen capacidad para competir en el mismo nivel tecnológico de los países fuertes, ocasionando, por la creación de comercio y la apertura desregulada, el cierre de industrias.

El efecto positivo es que el esquema de integración proporciona una mayor especialización en la producción, haciendo que las empresas no produzcan diversos bienes y en cambio se especialicen en uno determinado. El aprovechamiento de las economías de escala es otro punto favorable porque exportando conjuntamente se atraviesan mejor las barreras impuestas por los países desarrollados. La programación de la producción evita la polarización de las actividades más dinámicas, permitiendo un mejor uso de las economías de especialización, creación de economías externas y ventajas comparativas dinámicas.

Hay que pensar en las facilidades que cada país posee para producir un tipo de producto, pues no conviene invertir para producir el mismo producto si el otro país de la región produce con más calidad y eficiencia. El universo productivo proporciona una variada y extensa diversidad de actividades. Tenemos que pensar en como podemos complementarnos y no competir dentro del Mercosur.

En el comienzo del Mercosur, Brasil y Argentina no estaban muy dispuestos a renunciar a sus propios privilegios y reconocer que el proceso de integración requiere esfuerzos de ambas partes. Eso pudimos notar en las discusiones acerca del establecimiento de una tarifa externa común y en la regulación del tema de los automotores. Para fijar la TEC teníamos dos caminos: cuanto más baja, mayor intervención de los terceros países y dificultades para la producción doméstica en reestructurar la producción regional para obtener ventajas del mercado ampliado,



ampliado; quanto mais alta a TEC, maior a proteção da produção interna da região e mais altos os custos para os consumidores regionais. O Brasil se posicionava por uma maior proteção, tendo em vista o grau de industrialização do país. A Argentina se posicionava contra, por uma TEC mais baixa, por possuir um grau de abertura econômica mais acelerado que o Brasil.

#### 1.4. OS FATORES QUE MOVEM O MUNDO GLOBALIZADO

A década de 90 está sendo definitiva com respeito às forças internacionais que dominarão o século XXI. O Grupo dos Sete controla o poder econômico, tecnológico, informático e militar. Os fatores de produção, que antes eram formados pelo capital, o trabalho e os recursos naturais, hoje são substituídos pela produção de conhecimentos e a acumulação tecnológica. Há uma desmaterialização da produção, onde se requer menos matérias-primas por unidade de produção.

A automação e a robótica fizeram com que o trabalho perdesse valor frente ao capital, além dos fenômenos de transnacionalização e globalização do sistema de produção, financiamento e comercialização.

As telecomunicações; transporte e informática produziram inovações nos sistemas de gestão e *management* fusionando a tecnologia e o capital.

Os programas de qualidade total também são requisitos importantes no mundo globalizado. A qualidade total é necessária para que as empresas possam competir internacionalmente, sem desvantagens. Foi com a qualidade total que o Japão cresceu depois da pós-guerra, deixando de ser um país pobre com um alto grau de analfabetismo. Os empresários japoneses tiveram que estudar o que estava acontecendo no mundo e concluiram que hoje o sistema funciona como um desdobramento, cria-se dentro da empresa um núcleo pioneiro de qualidade total, que repassa conhecimentos, novos hábitos e conceitos.

Os empresários brasileiros estão adotando o mesmo sistema do Japão, como, por exemplo, a empresa Gerdau: "A empresa Gerdau é um dos maiores grupos siderúrgicos do Brasil. Foi sempre uma boa empresa. Depois que introduziu o conceito de qualidade total nos processos de produção tornou-se excelente. Seu desempenho é considerado como um dos maiores do mundo. Em vários índices, a Cosigua, a principal siderúrgica da Gerdau, já supera os japoneses. Nos últimos anos, a geração de sucata na Gerdau caiu 70%, a produção horária das

cuanto más alta la TEC, mayor la protección de la producción interna de la región y más altos costos para los consumidores regionales. Brasil se posicionaba por una mayor protección, teniendo en cuenta el grado de industrialización del país. Argentina se posicionaba en contra, por una TEC más baja, por poseer un grado de apertura económica más acelerado que Brasil.

#### 1.4. LOS FACTORES QUE MUEVEN EL MUNDO GLOBALIZADO

La década del 90 está siendo definitiva con respecto a las fuerzas internacionales que dominarán el siglo XXI. El Grupo de los Siete controla los poderes económico, tecnológico, informático y militar. Los factores de producción, que antes eran formados por capital, trabajo y recursos naturales, hoy quedaron desplazados por la producción de conocimientos y la acumulación tecnológica. Hay una desmaterialización de la producción, donde se requieren menos materias primas por unidad de producción.

La automatización y robotización hicieron que el trabajo perdiera valor frente al capital, además de los fenómenos de transnacionalización y globalización del sistema de producción, financiamiento y comercialización.

Las telecomunicaciones, transporte e informática produjeron innovaciones en los sistemas de gestión y *management* fusionando la tecnología y el capital.

Los programas de calidad total también son requisitos importantes en el mundo globalizado. La calidad total es necesaria para que las empresas puedan competir internacionalmente, sin desventajas. Fue con la calidad total que Japón creció después de la postguerra, dejando de ser un país pobre con un alto grado de analfabetismo. Los empresarios japoneses tuvieron que estudiar lo que estaba pasando en el mundo y concluyeron que hoy el sistema funciona como un desdoblamiento, se crea adentro de la empresa un núcleo pionero de calidad total, que repasa conocimientos, nuevos hábitos y conceptos.

Los empresarios brasileños están adoptando el mismo sistema de Japón, como por ejemplo en la empresa Gerdau: "La empresa Gerdau es uno de los mayores grupos siderúrgicos de Brasil. Fue siempre una buena empresa. Después que introdujo el concepto de calidad total en los procesos de producción se tornó excelente. Su desempeño ya está en uno de los mayores del mundo. En varios índices, la Cosigua, la principal siderúrgica de Gerdau, ya supera a los japoneses. En los últimos

suas fábricas aumentou 25% e o número de produtos com defeito reduziu em 90%. É uma marca extraordinária. São 70 milhões de dólares de produção no ano de 1993....” (Campos, 1993, p. 8).

#### 1.5. *O MUNDO DESENVOLVIDO FRENTE AO MUNDO EM DESENVOLVIMENTO*

Quatro fatores mudaram o mundo nas últimas décadas: o fim do socialismo de Estado, a união da Europa, a decadência dos EUA como potência hegemônica e as atuações do Japão e dos Tigres Asiáticos.

Aparentemente, de todos os fatores que mais afetaram a América Latina seriam dois: a União Européia e a perda hegemônica dos EUA.

A União Européia no começo afetou os nossos países com o protecionismo e o desvio do comércio, que protegia o bloco e favorecia o intercâmbio entre os países integrantes. A Europa unida se converteu no eixo produtivo, financeiro e comercial do mundo, com o Japão e a Ásia, provocando uma diminuição do poder dos EUA.

A perda da hegemonia dos EUA está vinculada com a economia e isso se reflete nos sucessivos déficits fiscais e comerciais, a atuação nas guerras internacionais, que aumentaram o orçamento militar. É o maior devedor do mundo, mas continua tendo privilégios por ser possuidor de uma moeda nacional como reserva internacional.

Em julho de 1990 o Presidente Bush lança o programa “Iniciativa para as Américas” propondo uma estratégia para o desenvolvimento da região. A dívida, o comércio e o investimento eram os três temas que mencionava o programa. Constitui um mecanismo para acelerar as reformas econômicas nos países e responder às necessidades econômicas e estratégicas dos EUA, que consistiam em reajustar sua macroeconomia, pela recessão e a falta de competitividade, ocasionadas pela redução dos investimentos, dos fundos para a pesquisa, da infra-estrutura e produtividade e o aumento da importação por preferências do mercado interno.

“Somente numa década, os Estados Unidos deixaram de ser o maior credor internacional para serem o maior devedor internacional, quase duplicando o orçamento que requer o serviço da dívida (de 13% a 20%) e reduzindo quase a metade da capacidade de poupar do país (de 7% a 4%)” (Gorostiaga, 1993, p. 65).

Os governos latino-americanos dependem, em possibilidade de crescimento, de investimentos estrangeiros, obtenção de recursos financeiros e ampliação do comércio, da economia e da política norte-

años, la generación de chatarra en Gerdau cayó 70%; la producción horaria de sus fábricas aumentó 25% y el número de productos con defecto se redujo en 90%. Es una marca extraordinaria. Son 70 millones de dólares de producción en el año de 1993....” (Campos, 1993, p. 8).

#### 1.5. *EL MUNDO DESARROLLADO FRENTE AL MUNDO EN DESARROLLO*

Cuatro factores cambiaron el mundo en las últimas décadas: el fin del socialismo del Estado, la unión de Europa, la decadencia de EE.UU. como potencia hegemónica y las actuaciones de Japón y los Tigres Asiáticos.

De todos los factores parecería ser que los que más afectaron a América Latina fueron dos: la Unión Europea y la pérdida hegemónica de EE.UU.

La Unión Europea en el comienzo afectó a nuestros países con el proteccionismo y la desviación del comercio, que protegia el bloque y favorecia el intercambio entre los países integrantes. Europa unida se convirtió en el eje productivo, financiero y comercial del mundo, junto con Japón y Asia, provocando una disminución del poder de EE.UU.

La pérdida de la hegemonía de EE.UU. está vinculada con la economía y ello se refleja en los sucesivos déficits fiscales y comerciales, la actuación en guerras internacionales, que aumentaron el presupuesto militar. Es el mayor deudor del mundo, pero continúa teniendo privilegios por tener la moneda nacional como reserva internacional.

En julio de 1990 el Presidente Bush lanza el programa “Iniciativa para las Américas” proponiendo una estrategia para el desarrollo de la región. La deuda, el comercio y la inversión eran los tres temas que desarrollaba el programa. Constituye un mecanismo para acelerar las reformas económicas en los países y responder a las necesidades económicas y estratégicas de EE.UU., que consistían en reajustar su macroeconomía, por su recesión y falta de competitividad, ocasionada por la reducción en la inversión, de los fondos para la investigación, de la infraestructura y productividad y el aumento de la importación por preferencias del mercado interno.

“En una sola década Estados Unidos pasó de ser el mayor acreedor internacional al mayor deudor internacional, casi duplicando el presupuesto que requiere el servicio de la deuda (de 13% a 20%) y reduciendo casi la mitad del ahorro del país (de 7% a 4%)” (Gorostiaga, 1993, p. 65).

Los gobiernos latinoamericanos dependen, en posibilidades de crecimiento, inversión extranjera, obtención de recursos financieros y ampliación del comercio, de la economía y política norteamericana y su

americana e da sua possível recuperação. A dependência da América Latina em relação aos capitais estrangeiros se deve à insuficiência da economia interna para alimentar o investimento. A exceção é o Chile, que vem crescendo 7,7% do PIB, que em 1995 foi de Us\$ 50 bilhões. Tem a sua economia internacionalizada e uma economia interna de 20% do PIB, inflação mensal de 0,5%, um controle para evitar o capital especulativo, com uma das taxas mais baixas de desemprego da América Latina (5,5%) e um aumento da renda média a 3.000 dólares, 48% dos investimentos externos do Chile estão no Mercosul.

Ainda que a América Latina tenha feito um acordo de cooperação com a União Européia, o desejo de muitos países é antes de tudo integrar todo o continente americano. A Cúpula das Américas em 1994, realizada em Miami, marcou o ano 2005 como prazo para a formação de um espaço econômico comum, chamado Afta (Acordo de Livre Comércio das Américas). As posições do Brasil e da Argentina são distintas; Argentina está a favor do acordo, enquanto que o Brasil prefere consolidar o Mercosul e unir a América Latina.

Não só os norte-americanos estão em dificuldades. Quase todos os países industrializados apresentaram nos últimos anos déficits orçamentários, endividamento público e déficit nas balanças de pagamentos, acompanhado de baixo crescimento econômico.

A consequência do lento crescimento das economias industrializadas leva os países ao protecionismo, exercendo forte pressão nas negociações com os outros países do globo. A Rodada do Uruguai, depois de sete anos de conversações, conseguiu fortalecer o comércio multilateral e liberar os mercados afins 1993.

Os déficits dos EUA, Canadá, Reino Unido e Itália foram compensados pelo superávit do Japão e em menor medida o da França.

O problema da balança de pagamentos também afeta os países em desenvolvimento; esses teriam que gerar um superávit nos seus balanços com o exterior em bens e serviços para poder pagar os gastos vindos dos serviços da dívida externa e as saídas de capitais relativos a lucros e dividendos que remuneram o investimento direto.

#### 1.6. *A AMÉRICA LATINA: CENÁRIO DUVIDOSO E MERCOSUL CONSOLIDADO*

Com o efeito direto da globalização, em 1995, tivemos na América Latina a repercussão em todo o continente do “efeito tequila”. Os países tiveram de estabelecer profundas mudanças.

posible recuperación. La dependencia de América Latina en relación a los capitales extranjeros se debe a la insuficiencia del ahorro interno para alimentar la inversión. La excepción es Chile, que viene creciendo 7,7% del PBI, que en 1995 fue de Us\$ 50.000 millones. Tiene su economía internacionalizada y un ahorro interno de 20% del PBI, inflación mensual de 0,5%, un control para evitar el capital especulativo, con una de las tasas más bajas de desocupación de América Latina (5,5%) y un aumento de la renta mediana a 3.000 dólares; 48% de las inversiones externas de Chile están en el Mercosur.

Aunque América Latina tenga hecho un acuerdo de cooperación con la Unión Europea, el deseo de muchos países es antetodo integrar todo el continente americano. La Cumbre de las Américas en 1994, realizada en Miami, marcó el año 2005 como plazo para la formación de un espacio económico común, llamado Afta (Acuerdo de Libre Comercio de las Américas). Las posiciones de Brasil y Argentina son distintas; Argentina está a favor del acuerdo, en tanto que Brasil prefiere consolidar el Mercosur y unir Latinoamérica.

No sólo los norteamericanos están en dificultades. Casi todos los países industrializados presentaron en los últimos años déficit presupuestarios, endeudamiento público y déficit en las balanzas de pagos acompañado de bajo crecimiento económico.

La consecuencia del lento crecimiento de las economías industrializadas lleva los países al proteccionismo, ejerciendo fuerte presión en las negociaciones con otros países del globo. La Ronda de Uruguay, después de siete años de conversaciones, consiguió fortalecer el comercio multilateral y liberar los mercados a fines de 1993.

Los déficits de EE.UU., Canadá, Reino Unido e Italia fueron compensados por el superávit de Japón y en menor medida de Francia.

El problema de la balanza de pagos también afecta a los países en desarrollo; los países tendrían que generar un superávit en su balance con el exterior en bienes y servicios para poder pagar los gastos provenientes de los servicios de la deuda externa y las salidas de capitales relativos a ganancias y dividendos que remuneran la inversión directa.

#### 1.6. *AMÉRICA LATINA: ESCENARIO DUDOSO Y MERCOSUR CONSOLIDADO*

Como efecto directo de la globalización, en 1995, tuvimos en América Latina la repercusión en todo el continente del “efecto tequila”. Los países tuvieron que establecer profundos cambios.

No começo o Mercosul foi o cenário principal para a atração de investimentos, onde cada sócio foi definindo seus setores estratégicos. O Brasil aplicou uma política mais protecionista industrialmente e desregulou o comércio de alimentos. A Argentina, mais aberta, lutou por conservar seu parque automotivo e investiu com segurança no setor de alimentos e energia.

Parece que o fenômeno da regionalização exigiu que o Mercosul planejasse algumas mudanças para poder enfrentar o mundo globalizado e não continuasse perdendo participação no comércio internacional. Ações de cooperação e integração nos campos econômico, social, político, comercial e tecnológico deveriam ser auxiliadas por instituições regionais, políticas de investimento produtivo (IDE), fusão de empresas estatais e privadas, criação de um fundo de desenvolvimento para a região, fortalecimento do mercado interno, criação de novos empregos, resolução do problema da dívida conjuntamente (dívida externa do Mercosul), produção de suas próprias tecnologias e, finalmente, investimento em educação, incentivando e auxiliando os programas de pesquisa.

A negociação conjunta é requisito fundamental nas relações com as empresas transnacionais no que se refere à transferência tecnológica e aos IDE, pois ao haver um mercado ampliado, as empresas dos países decidem abastecer toda a região através de uma planta industrial ou distribuir partes ou peças. A política a respeito de IDE que cada país adote será decisiva para atrair capitais. O ingresso de capitais aumenta a produção, mas também retira recursos em forma de lucro. Para que o fluxo de capitais estrangeiros seja estável e não favoreça um país determinado, é necessário que os países legislem conjuntamente as matérias relativas aos IDE, principalmente as remessas de capitais e lucros.

A última reunião do Foro Econômico Mundial em Davos (fevereiro de 1996) mostrou que a evolução da economia mundial na era da globalização é um processo irreversível. A integração regional foi considerada prioridade absoluta. Neste marco se manterá a globalização e suas conseqüências, e a dimensão social e ética. Teme-se uma universalização que marginalize e exclua vários setores populacionais, pois é sabido que os países não adquirem conhecimentos e tecnologia ao mesmo tempo.

Estamos participando de todo o processo e a união é necessária.

En el comienzo el Mercosur fue escenario principal para la atracción de inversiones, donde cada socio fue definiendo sus sectores estratégicos. Brasil aplicó una política más proteccionista industrialmente y desreguló el comercio de alimentos. Argentina, más abierta, lucha por conservar su parque automotriz y invierte con seguridad en el sector de alimentos y energía.

Parecería ser que el fenómeno de la regionalización exige al Mercosur plantear algunos cambios para poder enfrentar el mundo globalizado y no continuar perdiendo participación en el comercio internacional. Acciones de cooperación e integración en lo económico, social, político, comercial y tecnológico deberían ser auxiliadas por instituciones regionales, políticas de inversión productiva (IED), fusión de empresas estatales y privadas, creación de un fondo de desarrollo para la región, fortalecimiento del mercado interno, creación de nuevos empleos, resolución del problema de la deuda conjuntamente (deuda externa del Mercosur), producción de sus propias tecnologías y, finalmente, inversión en educación incentivando y auxiliando los programas de investigación.

La negociación conjunta es requisito fundamental en las relaciones con empresas transnacionales en lo que se refiere a transferencia tecnológica y IED, pues al haber un mercado ampliado las empresas de los países se deciden a abastecer a toda la región a través de una planta industrial o distribuir partes o piezas. La política respecto de IED que cada país adopte será decisiva para atraer capitales. El ingreso de capitales aumenta la producción, pero también retira recursos en forma de ganancia. Para que el flujo de capitales extranjeros sea estable y no favorezca un país determinado, es necesario que los países legislen conjuntamente las materias relativas a las IED, principalmente las remesas de capitales y ganancias.

La última reunión del Foro Económico Mundial en Davos (febrero de 1996) mostró que la evolución de la economía mundial en la era de la globalización es un proceso irreversible. La integración regional fue considerada prioridad absoluta. En este marco, se mantendrá la globalización y sus consecuencias, la dimensión social y ética. Se teme una mundialización que margine y excluya varios sectores poblacionales, pues los países no adquieren conocimientos y tecnología al mismo tiempo.

Estamos participando de todo el proceso y la unión se hace

Ainda que sejamos países atrasados em termos de tecnologia, justiça social, infra-estrutura e em estabelecer uma estabilidade econômica confiável, a Argentina e o Brasil têm mais perspectivas de crescimento e de atrair investimentos, por serem países novos e terem muito a ser feito ainda.

A situação mundial atual foi decisiva para que as empresas automotivas e de autopartes planejassem novas estratégias. O mercado ampliado, impulsionado pelo fenômeno da regionalização, foi um dos fatores-chaves para que as empresas investissem mais no Mercosul. As novas técnicas e tecnologias que são divulgadas com rapidez pelo mundo globalizado são totalmente incorporadas pelas empresas automotivas. A complementação e a economia em escala também são utilizadas por essas empresas, o que demonstra uma grande adaptação das mesmas ao panorama mundial atual.

## 2. SOBRE AS PRINCIPAIS TEORIAS DE INFLUÊNCIA NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

O regime de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) é um tema importante dentro do processo de integração. Para poder analisá-lo melhor, teremos que explicar as teorias em que se baseia o dito processo.

Em primeiro lugar, o termo *integração* pode ser definido com diversos enfoques. Não obstante, no que diz respeito à integração econômica, hoje é fundamental analisá-la dentro de um bloco a nível global.

A integração apresenta-se de muitas formas, alcançando distintos graus de profundidade. No setor econômico conta com aspectos como: comercial, serviços, investimentos e políticas econômicas. No setor sócio-político se apresentam outros tais como: de massas, de elites, institucionais, políticos e comportamentais.

Ao final desta pesquisa o conceito escolhido versará sobre a perspectiva econômica, onde o número e o valor de investimentos comunitários têm importância para o produto bruto regional.

A respeito podemos citar Ramón Tamames (1970, p. 68): "A integração é um processo de crescente interpenetração das estruturas, mediante um conjunto de reparações institucionais, combinado por um certo número de países que decidem substituir o estreito marco dos seus respectivos mercados nacionais, por um mais amplo governado

necesaria. Aunque seamos países atrasados en términos de tecnología, justicia social, infraestructura y en establecer una estabilidad económica confiable, Argentina y Brasil tienen más perspectivas de crecimiento y de atraer inversiones, porque los dos son países nuevos con mucho por hacer.

La situación mundial actual fue decisiva para que las empresas automotrices y de autopartes plantearan nuevas estrategias. El mercado ampliado, impulsado por el fenómeno de la regionalización, fue uno de los factores claves para que las empresas invirtiesen más en el Mercosur. Las nuevas técnicas y tecnologías que son divulgadas con rapidez por el mundo globalizado son totalmente incorporadas por las empresas automotrices. La complementación y la economía en escala también son utilizadas por esas empresas, lo que demuestra una gran adaptación de las mismas al panorama mundial actual.

## 2. ACERCA DE LAS PRINCIPALES TEORÍAS DE INFLUENCIA EN LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN

El régimen de Inversiones Extranjeras Directas (IED) es un tema importante dentro del proceso de integración. Para poder analizarlo mejor, tendremos que explicar las teorías en que se basa dicho proceso.

En primer lugar, el término *integración* puede ser definido con diversos enfoques. No obstante, en lo que respecta a la integración económica hoy es fundamental analizarla dentro de un bloque o a nivel global.

La integración se presenta de muchas formas, alcanzando distintos grados de profundidad. En el sector económico cuentan aspectos como: comercial, servicios, inversiones y políticas económicas. En el sector sociopolítico se presentan otros tales como: de masas, de elites, institucional, político y actitudinal.

A los fines de esta investigación el concepto elegido versará sobre la perspectiva económica, donde el número y valor de inversiones comunitarias tiene importancia para el producto bruto regional.

Al respecto podemos citar a Ramón Tamames (1970, p. 68): "La integración es un proceso de creciente interpenetración de las estructuras, mediante un conjunto de arreglos institucionales, acordados por un cierto número de países que deciden sustituir el estrecho marco de sus respectivos mercados nacionales, por uno más amplio gobernado por un conjunto de instituciones con un mayor o menor

por um conjunto de instituições com um maior ou menor número de meios supranacionais”.

### 2.1. *A TENDÊNCIA CLÁSSICA E NEOCLÁSSICA*

A Teoria Clássica do comércio internacional baseia-se na “Divisão Internacional do Trabalho”, que significa que um país se dedica a produzir os bens sobre os que têm mais facilidade e conhecimento para produzir. Produz e exporta os bens e compra no exterior os que os outros países produzem a menor custo. Quando o excedente é exportado é como se se ampliasse o mercado. Smith a denominou teoria dos custos absolutos, onde um país produz aquilo que tem baixos custos. Esta teoria foi criticada porque os países desenvolvidos teriam menores custos em todos os setores. Com isso David Ricardo fundou sua teoria dos custos relativos onde cada país produziria aquilo que tivesse vantagens relativas, que eram determinadas por uma relação de troca entre os dois países e entre os produtos.

Com base nessa teoria, surge a Teoria Neoclássica, que supõe a complementação dos mercados de forma espontânea, usando as leis de mercado como mecanismo de integração, fundadas nos princípios do livre comércio. Deveriam ser dadas condições para um mercado de livre concorrência, em que o Estado não poderia intervir, com autonomia de mercado (livre concorrência entre empresas), transparência e livre entrada e saída de produtos.

Para os autores neoclássicos, as economias dos mercados a integrar-se dividiam-se em competitivas e complementárias. Se não houvesse a intervenção do Estado, que torna os países competitivos, com o livre mercado, as economias complementar-se-iam. Essa teoria é criticada porque a integração assim concebida é estática, ela não une as economias e só corresponde a uma situação de equilíbrio num suposto livre mercado.

Essa teoria desenvolve as novas formas de divisão internacional do trabalho e de especialização territorial, onde o crescimento econômico é espontâneo e se transmite automaticamente do centro à periferia. Os efeitos de criação do comércio devem superar os de desvio de comércio.

A Teoria Neoclássica tem sido exposta como teoria das Uniões Aduaneiras, que corresponde a etapa anterior aos processos de integração real. Para o Gatt, a União Aduaneira implica na eliminação de toda a classe de restrição ao comércio dos países signatários que a integram, mas, ao mesmo tempo, admite-se que exista uma coordenação de políticas

número de resortes supranacionais”.

### 2.1. *LA TENDENCIA CLÁSICA Y NEOCLÁSICA*

La Teoría Clásica del comercio internacional se basa en la “División Internacional del Trabajo”, que significa que un país se dedica a producir los bienes sobre los que tiene más facilidad y conocimiento para producir. Produce y exporta esos bienes y compra en el exterior lo que los otros países producen a menores costos. Cuando el excedente se exporta es como si se agrandara el mercado. Smith la denominó teoría de los costos absolutos, donde un país produce aquello en que tiene bajos costos. Esta teoría fue criticada porque los países desarrollados tendrían menores costos en todos los sectores. Con eso David Ricardo fundó su teoría de los costos relativos donde cada país produciría aquello que tuviese ventajas relativas, que eran determinadas por una relación de cambio de dos países y dos productos.

En base a esta teoría surge la Teoría Neoclásica que supone la complementación de los mercados en forma espontánea, usando las leyes de mercado como mecanismo de integración, fundado en los principios del libre comercio. Debía darse condiciones de un mercado de libre competencia, donde el Estado no puede intervenir, atomicidad de mercado (competencia libre de empresas), transparencia y libre entrada y salida de productos.

Para los autores neoclásicos las economías de los mercados a integrarse se dividían en competitivas y complementarias. Si no hubiese la intervención del Estado que torna los países competitivos, con el libre mercado se daría una complementariedad de sus economías. Esta teoría es criticada porque la integración así concebida es estática, ella no une las economías y solo corresponde a una situación de equilibrio en un supuesto libre mercado.

Esta teoría desarrolla nuevas formas de división internacional del trabajo y de especialización territorial, donde el crecimiento económico es espontáneo y se transmite automáticamente del centro a la periferia. Los efectos de creación del comercio deben así superar los de desviación del comercio.

La Teoría Neoclásica ha sido expuesta como teoría de las Uniones Aduaneras, la que a su vez es etapa anterior a los procesos de integración real. Para el Gatt la Unión Aduanera implica la eliminación de toda clase de restricción al comercio de los países signatarios que se integran, pero al mismo tiempo se admite que exista una coordinación de políticas

de impostos para regular o comércio com terceiros países. Ao terminar o esquema da Divisão Internacional do Trabalho, por haver políticas diferentes com o resto do mundo, produzir-se-ão vantagens e desvantagens. Para alguns, a vantagem consiste em alcançar um maior bem-estar, inexistente antes da integração, onde a criação do comércio deve ser superior ao desvio do comércio, resultando em medidas restritivas à própria União Aduaneira.

A criação de comércio se dá numa situação de livre comércio, em que se substituem fontes internas de altos custos de produção, por outras fontes regionais de abastecimento de menores custos. O volume do comércio aumenta porque há mais intercâmbios internos e com terceiros países.

O desvio de comércio se refere à substituição de produtos estrangeiros de baixos custos por outros produtos de mais altos custos dentro da região. Com o aumento do preço, produzido pelo desvio de comércio, diminui a capacidade aquisitiva da população e se deteriora o nível de bem-estar, não há aumento de comércio. O importador deve comprar dentro da União Aduaneira, ainda que os preços sejam superiores, mas dentro do próprio mercado, onde cada integrante escolherá os menores custos.

A criação do comércio conduz a uma melhor localização dos recursos, enquanto que a desvantagem se constitui numa localização deteriorada dos mesmos.

Para Bela Balassa (1986, p.61), existem diversas causas que determinam a proeminência da criação ou do desvio de comércio:

- a) o grau de complementação ou de concorrência existente;
- b) a magnitude das mudanças pode se dar pela dimensão do novo mercado que se cria, que permita uma série maior de combinações;
- c) o custo dos transportes é dado pela distância, os acidentes físicos existentes ou pela proximidade aos portos, mesmo que a distância seja maior;
- d) a pré-existência de uma alta porcentagem de comércio entre os países-membros em relação ao total;
- e) o nível das alíquotas existentes antes da união.

O Tratado de Manágua de 1960 abandonou o princípio da reciprocidade, priorizando a formação da área de livre comércio, na qual os bens produzidos na região poderiam circular livremente. Isso deu origem

arancelarias para regular el comercio con terceros países. Al romper el esquema de la división internacional del trabajo por haber políticas diferentes con el resto del mundo, se producirán ventajas y desventajas. Para algunos la ventaja consiste en lograr un mayor bienestar que antes de la integración, donde la creación del comercio debe ser superior a la desviación del comercio, la que resultará como consecuencia medidas restrictivas insitas a la propia unión aduanera.

La creación de comercio se da en una situación de libre comercio, donde se sustituyen fuentes internas de altos costos de producción por otras fuentes regionales de abastecimiento de menores costos. El volumen del comercio aumenta porque hay más intercambios internos y con terceros países.

La desviación de comercio se refiere a la sustitución de productos extranjeros de bajos costos por otros productores de más altos costos dentro de la región. Con el aumento del precio producido por la desviación de comercio, disminuye la capacidad adquisitiva de la población y se deteriora su nivel de bienestar, no hay aumento de comercio. El importador debe comprar adentro de la unión aduanera aunque los precios sean superiores, pero dentro del mercado cada integrante elige sus menores costos.

La creación del comercio conduce a una mejor localización de los recursos mientras que la desventaja se constituye en una localización deteriorada de esos recursos.

Para Bela Balassa (1986, p. 61) existen diversas causas que determinan la preeminencia de la creación o desviación de comercio:

- a) el grado de complementación o competencia existente;
- b) la magnitud de los cambios puede darse por la dimensión del nuevo mercado que se crea, que permita una serie mayor de combinaciones;
- c) el costo de los transportes está dado por la distancia, los accidentes físicos existentes o por la cercanía a los puertos, aunque la distancia sea mayor;
- d) la preexistencia de un alto porcentaje de comercio entre los países miembros en relación al total;
- e) el nivel de los aranceles existentes antes de la unión.

El Tratado de Managua de 1960 abandonó el principio de reciprocidad, priorizando la formación del área de libre comercio en la cual los bienes producidos en la región podrían circular libremente. Esto dio

à criação do comércio e à declinação de algumas atividades competitivas à importação dos países-membros. Alguns países da região não concordaram com a medida argumentando que as economias centro-americanas não eram complementárias, e sim competitivas, existindo indústrias que seriam eliminadas, pois possuíam desvantagens comparativas e que as atividades manufatureiras se concentrariam em áreas com menores custos de mão-de-obra, abundante capital e maior proximidade dos mercados.

Assim, no Mercado Comum Centro-Americano a criação de comércio tem sido temida pelos seus membros, pois havia incerteza quanto aos efeitos que esta traria, como a destinação dos recursos e a diminuição da atividade manufatureira. Decidiu-se garantir a cada país-membro a obtenção de benefícios por meio de uma programação industrial.

Willmore (1975, p.122) diz: "É importante ter presente que os países em processo de desenvolvimento podem obter benefícios não somente graças à criação do comércio, se não também, e talvez primordialmente, a um desvio de comércio eficiente. A especialização regional pode reduzir o custo da substituição de importações, um custo que pode ser muito alto no caso de uma industrialização autárquica em economias pequenas".

Esse problema foi solucionado pelo Mercado Comum Centro-Americano, mas não totalmente, pois enfrentaram o problema dos monopólios e dos processos de ajuste.

No Mercosul: "as estimativas que se tem feito até o ano 1992, sobre a criação e o desvio de comércio para o Caso Argentino-Brasileiro demonstraram que tem havido um efeito de desvio de comércio líquido, em base ao enfoque de Balassa da elasticidade-ingresso da demanda de importações (...)

Em geral, no conjunto de importações, o resultado há sido de desvio de comércio, posto que a elasticidade das importações totais diminuíram.

Houve maior criação de comércio nos produtos primários, principalmente os cereais, legumes e frutas. Os efeitos de desvio apareceram nos produtos manufaturados, materiais crus não-comestíveis, produtos químicos, maquinaria e equipamento de transporte" (Sabra, 1993, p.548).

Os intercâmbios bilaterais cresceram muito nos últimos anos, havendo déficit comercial para a Argentina nos primeros anos de cooperação e em 1995 e, no começo de 1996, inicia-se o déficit por

origen a la creación del comercio y la declinación de algunas actividades competitivas a la importación de los países miembros. Algunos países de la región no concordaron con la medida argumentando que las economías centroamericanas no eran complementarias, sino competitivas, existiendo industrias que serían eliminadas, pues poseían desventajas comparativas y que las actividades manufactureras se concentrarían en áreas con menores costos de mano de obra, abundante capital y mayor proximidad a los mercados.

Así, en el Mercado Común Centroamericano la creación de comercio ha sido temida por sus miembros, pues había incertidumbre de cuales efectos ella traería, como la destinación de recursos y la disminución de la actividad manufacturera. Se decidió asegurar a cada país miembro la obtención de beneficios a través de una programación industrial.

Willmore (1975, p. 122) dice: "Es importante tener presente que los países en proceso de desarrollo pueden obtener beneficios no sólo gracias a la creación del comercio, sino también, y quizá primordialmente, a una desviación de comercio eficiente. La especialización regional puede reducir el costo de la sustitución de importaciones, un costo que puede ser muy alto en el caso de una industrialización autárquica en economías pequeñas".

Ese problema fue solucionado por el Mercado Común Centroamericano, pero no del todo, pues enfrentaron el problema de los monopolios y los procesos de ajuste.

En el Mercosur: "las estimaciones que se han hecho hasta el año 1992 sobre la creación y desviación de comercio para el Caso Argentino-Brasileño demostraron que ha habido un efecto de desvío de comercio neto, en base al enfoque de Balassa de la elasticidad-ingreso de la demanda de importaciones (...)

En general, en el conjunto de importaciones, el resultado ha sido de desvío de comercio, puesto que la elasticidad de las importaciones totales disminuyeron.

Hubo mayor creación de comercio en los productos primarios, principalmente los cereales, legumbres y frutas. Los efectos de desvío aparecieron en los productos manufaturados, materiales crudos no comestibles, productos químicos, maquinaria y equipo de transporte" (Sabra, 1993, p. 548).

Los intercambios bilaterales crecieron mucho en los últimos años, habiendo déficit comercial para Argentina en los primeros años de



parte do Brasil, com a implementação do Plano Real (fins de 1994).

Em síntese, pode se dizer que no Mercosul houve no começo um desvio de comércio, mas é importante ressaltar que o processo de integração se dá em níveis de alíquotas baixas para as principais economias do Mercosul (em que as distorções, produto do desvio de comércio são mínimas) e com uma capacidade de criação de comércio (exportações intrazonais) que foi se acentuando com o passar dos anos.

## 2.2. O ESTRUTURALISMO E A TEORIA DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO

A Teoria Estruturalista é contrária às teorias liberais que explicam a extensão dos mercados por suas supostas leis. Para os estruturalistas, a integração não é só dos mercados e dos intercâmbios, se não de toda a economia e em profundidade. As economias tendem a fundir-se, a combinar-se, e para isso é essencial a unificação e o estabelecimento de políticas comuns. Nesta teoria há uma ampliação do mercado, mas distinta da clássica, pois se sustém a necessidade de controlar a distorsão do mercado de concorrência, evitando os oligopólios e o mercado de concorrência imperfeita.

A União Européia é a que melhor representa esse sistema, em que há órgãos supranacionais que evitam os abusos de poder por parte dos oligopólios.

Os clássicos, como vimos anteriormente, consideram a integração como estática. Para Marchal (1970, p. 1), criador da teoria estruturalista, a integração é progressiva, solidária entre seus membros. Para essa teoria, ainda que as economias sejam interdependentes, elas devem ser solidárias. Deve haver compensações entre os países que conformam o grupo, um pode se beneficiar mais do que o outro, mas o enriquecimento deve ser do conjunto.

Para que haja integração estrutural, tem que atuar-se politicamente, coordenando leis dos países que formam o bloco. Há um estado dinâmico que é suscetível de graus:

1) a zona de livre comércio: liberação gradual dos direitos às alíquotas entre os países até chegar ao livre comércio;

2) União Aduaneira: etapa em que o conjunto já liberou as alíquotas e estabelece uma alíquota externa comum frente a terceiros países que não fazem parte do bloco;

3) Mercado Comum: onde há coordenação de políticas;

cooperación y en 1995 y a comienzos de 1996 empezó a haber déficit por parte de Brasil, al comenzar el Plan Real (fines de 1994).

En síntesis, puede decirse que en el Mercosur hubo en el comienzo un desvío de comercio, pero es importante resaltar que el proceso de integración se da con niveles arancelarios bajos para las principales economías del Mercosur (donde las distorsiones producto del desvío de comercio son mínimas) y con una capacidad de creación de comercio (exportaciones intrazonales) que fue acentuándose con el pasar de los años.

## 2.2. EL ESTRUCTURALISMO Y LA TEORÍA DE LOS POLOS-DE DESARROLLO

La Teoría Estruturalista es contraria a las teorías liberales que explica la extensión de los mercados por sus supuestas leyes. Para los estructuralistas la integración no es solo de los mercados y de los intercambios, sino de toda la economía y en profundidad. Las economías tienden a fusionarse, a compenetrarse y para eso es esencial la unificación de políticas y el establecimiento de políticas comunes. En esta teoría hay una ampliación del mercado, pero distinta de la clásica, pues se sostiene la necesidad de controlar la distorsión del mercado de competencia, evitando los oligopolios y el mercado de competencia imperfecta.

La Unión Europea es la que mejor representa ese sistema, donde hay órganos supranacionales que evitan los abusos de poder por parte de los oligopolios.

Los clásicos, como vimos anteriormente, consideran la integración como estática. Para Marchal (1970, p. 1), creador de la teoría estructuralista, la integración es progresiva, solidaria entre sus miembros. Para esta teoría, aunque las economías sean interdependientes, ellas deben ser solidarias. Debe haber compensaciones entre los países que conforman el grupo, uno puede beneficiarse más que el otro, pero el enriquecimiento debe ser del conjunto.

Para que haya integración estructural tiene que actuarse políticamente coordinando leyes de los países que forman el bloque. Hay un estado dinámico que es susceptible de grados:

1) La zona de libre comercio: liberación gradual de derechos arancelarios entre los países hasta llegar al libre comercio;

2) Unión Aduanera: etapa en que el conjunto ya liberó los aranceles y establece un arancel externo común frente a terceros países que no hacen parte del bloque;

3) Mercado Común: donde hay además una coordinación de políticas;

4) União Econômica: onde finalmente se integram de forma coordenada as economias.

Para os estruturalistas a integração completa só existe no momento que se unificam as políticas e se criam órgãos supranacionais.

Só a intervenção pública faz com que não haja desigualdades entre as nações.

Esta teoria estruturalista supõe:

- a proteção das nações mais fracas;
- a proximidade geográfica como condição essencial que facilita mais os contatos, intercâmbios e a ajuda entre os países;
- nível de desenvolvimento e homogeneidade das estruturas. A união deve ser entre iguais, para evitar o predomínio;
- a necessidade de impedir que se agravem as diferenças regionais.

Em todas as integrações há diferenças entre as regiões de cada país. Como é sabido há regiões mais pobres, onde a mão-de-obra é barata, desqualificada e portanto na atualidade não serviria para atrair investimentos.

- Evitar o domínio de interesses privados. A fusão para formar grandes empresas na região tende a frear os oligopólios pré-existentes, mas esta concorrência pode trazer pressões e práticas desleais.

- Supranacionalidade e sistemas de maiorias. Há que renunciar a soberania e aceitar que as decisões sejam ditadas pelos órgãos supranacionais, que tomam as decisões por maioria qualificada, em que as minorias têm que negociar.

O pensador estruturalista Perraux (1967) critica a teoria clássica em matéria de repartição dos benefícios entre os países. Normalmente, há uma seleção dos benefícios por parte dos mais poderosos. O país mais poderoso impõe seu sistema financeiro aos mais fracos. O investimento direto nesse marco pode chegar a ser uma medida de discriminação, pois muda o mercado interno do país mais pobre e modifica a origem das suas importações.

A respeito diz: "Somente quando as unidades são iguais em poder e iguais em informação, pode se dizer que o livre intercâmbio de bens e serviços entre elas proporciona a cada uma o máximo de satisfação possível..." (1967, p. 8).

Esse autor foi o criador da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento. Segundo essa teoria podemos dizer que o mundo se divide em países

4) Unión Económica: donde finalmente se integran de forma coordinada las economías.

Para los estructuralistas la integración completa sólo existe en el momento que se unifican las políticas y se crean órganos supranacionales.

Sólo la intervención pública hace que no haya desigualdades entre las naciones.

Esta teoría estructuralista supone:

- la protección de las naciones más débiles;
- la proximidad geográfica como condición esencial que facilita más los contactos, intercambios y ayuda entre los países;
- nivel de desarrollo y homogeneidad de las estructuras. La unión debe ser entre iguales, para evitar el predominio;
- la necesidad de impedir que se agraven las diferencias regionales.

En todas las integraciones hay diferencias entre regiones de cada país. Como es sabido hay regiones más pobres, donde la mano de obra es barata, lo cual en la actualidad no serviría para atraer inversiones, porque la mano de obra debe ser calificada.

- Evitar el dominio de intereses privados. La fusión para formar grandes empresas en la región tiende a frenar los oligopolios preexistentes pero esa competencia puede a su vez traer presiones y prácticas desleales.

- Supranacionalidad y sistemas de mayorías. Hay que renunciar a la soberanía y aceptar que las decisiones sean dictadas por los órganos supranacionales, que toman las decisiones por mayoría calificada, donde las minorías tienen que negociar.

El pensador estructuralista Perraux (1967) critica la teoría clásica en materia de repartición de los beneficios entre los países. Normalmente hay una selección de los beneficios por parte de los más poderosos. El país más poderoso impone su sistema financiero a los más débiles. La inversión directa en este marco puede llegar a ser una medida de discriminación, pues cambia el mercado interno del país más pobre y modifica el origen de sus importaciones.

Al respecto dice: "Sólo cuando las unidades son iguales en poder e iguales en información, puede decirse que el libre intercambio de bienes y servicios entre ellas proporciona a cada una el máximo de satisfacción posible..." (1967, p. 8).

Ese autor fue el creador de la Teoría de los Polos de Desarrollo. Según esa teoría podemos decir que el mundo se divide en países

desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Os pólos podem ser criados em qualquer parte do mundo, por exemplo, unidades econômicas motrizes que normalmente são indústrias ou empresas, que propagam efeitos de impulso. Essa unidade motriz depende das decisões dos grupos econômicos e financeiros, com os poderes públicos nos países subdesenvolvidos. A empresa grande, em uma nação fraca, encontra interesses comuns, ela traz efeitos de aglomeração, maior acumulação de benefícios, aumenta a oferta e a demanda, amplia as produções locais e traslada a mão-de-obra.

Os centros de produção utilizam técnicas avançadas e têm um coeficiente de capital elevado por unidade de produto com importantes capitais fixos, aglomerados e indivisíveis. Assim eles exercem efeitos de impulso. Nesse processo de polarização se distinguem duas fases sucessivas:

- A primeira é a de desenvolvimento em profundidade do pólo, a densidade da população e as implantações industriais se dão num espaço limitado, a atração exercida pelo pólo de mão-de-obra e capitais sobre as regiões vizinhas é negativo. As forças se dão até o centro do pólo.

- A segunda corresponde ao desenvolvimento do pólo na superfície horizontal, as implantações industriais se fixam na sua periferia enchendo os espaços vazios. Nessa fase de "satelitização", sob a ação de forças centrífugas predominantes, o pólo se expande, estimulando o crescimento das regiões, que fazem limite com ele. Os efeitos negativos serão sentidos pelas regiões mais afastadas.

O crescimento dos pólos estabelece um nexo de união entre os mesmos e as regiões vizinhas.

Considera-se que os investimentos estrangeiros podem atuar como pólos de desenvolvimento, pois os mesmos trazem tecnologias, capital fixo, infra-estrutura e emprego para a região onde pretendem se fixar.

No Mercosul há um grande interesse que esses investimentos aumentem, porque, além de beneficiar economicamente o país onde se radicam (investimentos de capitais para tecnologia e infra-estrutura), trazem também benefícios sociais, como a criação de empregos.

Não só a eliminação de alíquotas favorece o desenvolvimento econômico, esta mudança estrutural produz efeitos potenciais para a integração. Em consequência, a economia de divisas na região permitiria o investimento em setores dinâmicos mudando o aspecto comercialista

desarrollados y países subdesarrollados. Los polos pueden ser creados en cualquier parte del mundo, por ejemplo unidades económicas motrices que normalmente son industrias o empresas, que propagan efectos de impulsión. Esa unidad motriz depende de las decisiones de grupos económicos y financieros, con los poderes públicos en los países subdesarrollados. La empresa grande en una nación débil encuentra intereses comunes; ella trae efectos de aglomeración, mayor acumulación de beneficios, aumenta la oferta y la demanda, amplia las producciones locales y traslada la mano de obra.

Los centros de producción utilizan técnicas avanzadas y tienen un coeficiente de capital elevado por unidad de producto con importantes capitales fijos, aglomerados e indivisibles. Así ellos ejercen efectos de impulsión. En ese proceso de polarización se distinguen dos fases sucesivas:

-La primera es la de desarrollo en profundidad del polo, la densidad de la población e implantaciones industriales se dan en un espacio limitado, la atracción ejercida por el polo de mano de obra y capitales sobre las regiones vecinas es negativo. Las fuerzas se dan hacia el centro del polo.

-La segunda corresponde al desarrollo del polo en superficie horizontal, las implantaciones industriales se fijan en su periferia llenando los espacios vacíos. En esa fase de "satelización" bajo la acción de fuerzas centrífugas predominantes, el polo se expande, estimulando el crecimiento de regiones, que le hacen límite. Los efectos negativos serán sentidos por regiones más alejadas.

El crecimiento de los polos establece un nexo de unión entre los mismos y las regiones vecinas.

Se considera que las inversiones extranjeras pueden actuar como polos de desarrollo. Pues las mismas traen tecnologías, capital fijo, infraestructura y empleo para la región donde pretenden fijarse.

En el Mercosur hay un gran interés que estas inversiones aumenten, porque ellas además de beneficiar económicamente el país donde se radiquen, con inversión de capitales para tecnología e infraestructura, traen también beneficios sociales como la creación de empleos.

No sólo la eliminación de aranceles favorece el desarrollo económico, este cambio estructural produce efectos potenciais para la integración. En consecuencia, el ahorro de divisas de la región permitiría la inversión en sectores dinámicos cambiando el aspecto comercialista

da teoria clássica, que destinava a economia para a importação.

Na América Latina, a teoria estruturalista foi transmitida pela Cepal, que propunha a equiparação de todos os países da região, ainda que a heterogeneidade fosse uma característica forte entre os países. Prebisch propunha o desenvolvimento da indústria que produziria especializações e intercâmbios recíprocos (Schaposnik, 1994, p. 14).

A divisão internacional do trabalho proposta na Teoria Clássica não servia para América Latina, porque os países desenvolvidos começaram a se fechar nessa época e a competir com os subdesenvolvidos, restringindo a importação de produtos primários.

A escola cepalina abrange a teoria da dependência, enunciada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que não deixa de perdurar no tempo. Com a globalização, há grupos de países que se tornaram cada vez mais dependentes das grandes potências (Schaposnik, 1994, p. 16).

Hoje a integração econômica apresenta dois efeitos: o estático e o dinâmico.

O efeito estático deriva da designação de recursos que se produz como consequência da abertura. É o resultado de uma designação mais eficiente de recursos produtivos num mercado amplo, que não impõe restrições ao movimento de bens.

O efeito dinâmico refere-se à taxa de crescimento a longo prazo da economia através do maior crescimento da produtividade ou aumento na taxa de formação de capital. Esse efeito tem um caráter permanente.

As teorias da integração econômica desenvolvem mais os efeitos estáticos. Os efeitos dinâmicos não merecem tanta atenção, talvez porque operam a longo prazo e não têm resultados imediatos.

Uma área de livre comércio (integração estática) pode afetar o crescimento dos países da região, mas esse crescimento não vai ser tão consistente e fazer crescer a economia de escala, criar uma maior concorrência, implantar tecnologia, ter mais segurança e mudar os fluxos de investimento, como ocorre com os efeitos dinâmicos.

Pareceria ser que estes efeitos dinâmicos não são tomados em conta pelos países latino-americanos, pois muitas vezes as decisões são tomadas por forças externas, que não deixam que a informação chegue sem ser distorcida.

O tema da criação, e o desvio de comércio considerado anterior-

de la teoría clásica, que destinaba el ahorro para la importación.

En América Latina la teoría estructuralista fue transmitida por la Cepal, que proponía la equiparación de todos los países de la región, aunque la heterogeneidad fuese una característica fuerte entre los países. Prebisch proponía el desarrollo de la industria que produciría especializaciones e intercambios recíprocos (Schaposnik, 1994, p. 14).

La división internacional del trabajo propuesta en la Teoría Clásica no servía para América Latina, porque los países desarrollados empezaron a cerrarse en esa época y a competir con los subdesarrollados, restringiendo la importación de productos primarios.

La escuela cepalina abarca la teoría de la dependencia, enunciada por Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto, que no deja de perdurar en el tiempo. Con la globalización hay grupos de países que se tomaron cada vez más dependientes de las grandes potencias (Schaposnik, 1994, p. 16).

Hoy la integración económica presenta dos efectos: el estático y el dinámico.

El efecto estático deriva de la designación de recursos que se produce como consecuencia de la apertura. Es el resultado de una asignación más eficiente de recursos productivos en un mercado amplio, que no impone restricciones al movimiento de bienes.

El efecto dinámico se refiere a la tasa de crecimiento a largo plazo de la economía a través de mayor crecimiento de la productividad o aumento en la tasa de formación de capital. Este efecto tiene un carácter permanente.

Las teorías de la integración económica desarrollan más los efectos estáticos. Los efectos dinámicos no merecen tanta atención, quizá porque operan a largo plazo y no tienen resultados inmediatos.

Un área de libre comercio (integración estática) puede afectar el crecimiento de los países de la región, pero este crecimiento no va a ser tan consistente y hacer crecer la economía de escala, crear una mayor competencia, implantar tecnología, tener más seguridad y cambiar los flujos de inversión, como en cambio ocurre con los efectos dinámicos.

Pareceria ser que estos efectos dinámicos no son tomados en cuenta por los países latinoamericanos, pues muchas veces las decisiones son tomadas por fuerzas externas, que no dejan que la información llegue sin distorsionarse.

El tema de la creación y desviación de comercio considerado anterior-

mente pela Teoria Neoclássica, volta a ser formulado, hoje, através da criação e do desvio de investimento.

Para Roberto Bouzas (1993, p.12): “A criação do investimento era a resposta ao desvio do comércio. Quando há desvio de comércio, criam-se fluxos de investimento que procuram substituir com a produção dentro da área geográfica ampliada, o que antes eram fluxos de comércio. O desvio de investimento é a contracara da criação de comércio entre os sócios e basicamente reflete os movimentos de capital ou a designação do capital que se produz entre os sócios do processo de integração, como resultado desse mesmo processo de reconfiguração produtiva”.

Segundo Bouzas, existem quatro tipos de fluxos de investimento que se vinculam aos processos de integração:

- Investimento defensivo para substituir importações. Este modelo, aplicado na Europa, demonstrou que os movimentos de capital de investimento direto tendiam a conter o desvio de comércio que se produzia como consequência das preferências outorgadas aos países da região ampliada.

- Investimento ofensivo para substituir importações. Caracteriza-se por apontar um mercado ampliado. É um investimento que substitui o comércio potencial, não compensando o desvio de comércio, e sim enfrentando a expansão do mercado, que cresce mais rápido.

- Investimento motivado pela reorganização de atividades produtivas. Encontra-se respaldado pela reestruturação industrial e econômica que se produz dentro da região.

- Investimento motivado pela mudança nas condições globais de competitividade da região que se integra. O espaço integrado melhora as condições de eficiência econômica competindo internacionalmente, e gera fluxos de investimentos para se inserir na divisão internacional do trabalho.

Com as referências expostas pode advertir-se que o Mercosul, como processo de integração, não possui as mesmas características que o europeu. Pois, nesse contexto, o bloco não se fecha para se especializar e desviar o comércio, até que se sinta em condições para abri-lo; pelo contrário, é um bloco aberto aos investimentos estrangeiros diretos, já que os países que o integram estão abrindo suas economias.

A Argentina foi a pioneira nessa política de abertura, e o Brasil agora a está implementando. Com os programas de estabilidade do Brasil

mente por la Teoría Neoclásica, vuelve a ser planteado hoy, a través de la creación y desviación de inversión.

Para Roberto Bouzas (1993, p. 12): “La creación de inversión era la respuesta a la desviación del comercio. Cuando hay desviación de comercio se crean flujos de inversión que procuran reemplazar con producción dentro del área geográfica ampliada lo que antes eran flujos de comercio. La desviación de inversión es la contracara de la creación de comercio entre los socios y básicamente refleja los movimientos de capital o la designación del capital que se produce entre los socios del proceso de integración, como resultado de ese mismo proceso de reconfiguración productiva”.

Según Bouzas, existen cuatro tipos de flujos de inversión que se vinculan a los procesos de integración:

- Inversión defensiva para sustituir importaciones. Este modelo aplicado en Europa, demostró que los movimientos de capital de inversión directa tendían a contener la desviación de comercio que se producía como consecuencia de las preferencias otorgadas a los países de la región ampliada.

- Inversión ofensiva para sustituir importaciones. Se caracteriza por apuntar a un mercado ampliado. Es una inversión que sustituye el comercio potencial, no compensando el desvío de comercio, sino enfrentando la expansión del mercado, que crece más rápido.

- Inversión motivada por la reorganización de actividades productivas. Se encuentra respaldada por la reestructuración industrial y económica que se produce dentro de la región.

- Inversión motivada por el cambio en las condiciones globales de competitividad de la región que se integra. El espacio integrado mejora las condiciones de eficiencia económica compitiendo internacionalmente y genera flujos de inversiones para insertarse en la división internacional del trabajo.

Con las referencias expuestas puede advertirse que el Mercosur, como proceso de integración, no posee las mismas características que el europeo. Pues en este contexto el bloque no se cierra para especializarse y desviar el comercio, hasta que se sienta en condiciones para abrirlo, por el contrario es un bloque abierto a las inversiones extranjeras directas, ya que los países que lo integran están abriendo sus economías.

Argentina fue la pionera en esa política de apertura, Brasil ahora la

e da Argentina sobrou mais dinheiro para o consumo, que impulsionou as vendas do comércio, mais produção para as indústrias e também uma maior utilização dos serviços. A estabilidade monetária contribui para o enriquecimento de um país. Não basta ter somente um grande mercado, temos que ter um mercado potencial, ou seja, um grande mercado consumidor, e isso atrai o investimento. Ao aumentar o poder aquisitivo da população, aumenta o consumo, e ao aumentar o consumo, aumentam os investimentos.

Nessa direção pode-se adiantar como conclusão:

- a) o primeiro tipo de fluxo de investimento está descartado;
- b) o Mercosul possui um investimento ofensivo, pois os países que o integram vêm crescendo nos últimos anos;
- c) o terceiro tipo de fluxo não é tão relevante no momento, pois ainda não está bem definida a política industrial da região;
- d) o quarto tipo de fluxo também pode ser importante, pois na era da globalização os pólos industriais dinâmicos cumprem o objetivo de estruturar novamente as economias com um padrão mais alto de desenvolvimento industrial que será essencial no mundo que estamos vivendo, onde a concorrência será entre os blocos e não mais entre os países. A estrutura dinâmica faz com que a integração seja profunda e com isso vá criando a necessidade de harmonizar políticas, onde teremos uma legislação própria que deverá ser seguida. Isso dá segurança e boa imagem aos investidores estrangeiros.

Em síntese, podemos dizer que o setor automotivo está regulado separadamente pelos dois países, mas há projetos para uma coordenação futura dos regimes automotivos para criar um regime comum. Pareceria que o tema automotivo no Mercosul apresenta alguns princípios da teoria estruturalista, pois tenta harmonizar políticas para impedir as diferenças regionais. Apresenta também a criação de um pólo de desenvolvimento que vai propagar efeitos de impulso e gerar desenvolvimento na periferia (instalações de indústrias de autopeças ao redor para prover o pólo) no momento que uma indústria automotiva se radique na região. Podemos dizer que de um modo geral o Mercosul apresenta maiores influências da teoria neoclássica pelo seu grau de abertura e prioridade pelo comércio, pois a maioria dos setores não estão regulados conjuntamente, além de não haver regras para a parte social da integração, como as que existem no comércio.

está implantando. Con los programas de estabilidad de Brasil y Argentina sobró más dinero para el consumo, que impulsó las ventas del comercio, más producción para las industrias y también una mayor utilización de los servicios. La estabilidad monetaria contribuye al enriquecimiento de un país. No basta tener solamente un gran mercado, tenemos que tener un mercado potencial, o sea, un gran mercado consumidor, y eso sí atrae la inversión. Al aumentar el poder adquisitivo de la población aumenta el consumo, y al aumentar el consumo aumentan las inversiones.

En esta dirección se puede adelantar a modo de conclusión:

- a) el primer tipo de flujo de inversión está descartado;
- b) el Mercosur posee una inversión ofensiva, pues los países que lo integran vienen creciendo en los últimos años;
- c) el tercer tipo de flujo no es tan relevante por el momento, pues todavía no está bien definida la política industrial de la región;
- d) el cuarto tipo de flujo también puede ser importante, pues en la era de la globalización los polos industriales dinámicos cumplen el objetivo de estructurar nuevamente las economías con un patrón más alto de desarrollo industrial que será esencial en el mundo que estamos viviendo, donde la competencia será entre bloques y no más entre países. La estructura dinámica hace que la integración sea profunda y con eso va creando la necesidad de armonizar políticas, donde tendremos una legislación propia que deberá ser seguida. Eso da seguridad y buena imagen a los inversores extranjeros.

En síntesis, podemos decir que el sector automotriz está regulado separadamente por los dos países, pero hay proyectos para una coordinación futura de los regímenes automotrices para crear un régimen común. Pareceria que el tema automotriz en el Mercosur presenta algunos principios de la teoría estructuralista, pues intenta armonizar políticas para impedir las diferencias regionales. Se presenta también la creación de un polo de desarrollo que va a propagar efectos de impulso y generar desarrollo en la periferia (instalaciones de industria autopartista alrededor para proveer el polo) en el momento que una industria automotriz se radique en la región. Podemos decir que de un modo general el Mercosur presenta mayores influencias de la teoría neoclásica por su grado de apertura y prioridad por el comercio, pues la mayoría de los sectores no están regulados conjuntamente, además de no haber reglas para la parte social de la integración como las hay en el comercio.

### 3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA RECENTE DOS IDE NA ARGENTINA E NO BRASIL

A América Latina sempre foi considerada uma região nova, se formos compará-la com a Europa e outros países mais desenvolvidos. Há muitas coisas para serem feitas, mas a instabilidade característica da América Latina faz com que os investimentos sejam em sua maioria especulativos e de curto prazo e não diretos, de longo prazo.

É importante descrever a evolução dos IDE no mundo, incluindo América Latina, a Argentina e o Brasil em distintos períodos.

#### 3.1. GENERALIDADES SOBRE O MUNDO E A AMÉRICA LATINA

A necessidade de aplicar políticas de ajuste começou na década de 70. Depois da crise internacional sofrida pelos países latino-americanos durante o pós-guerra, houve um estancamento no crescimento dos países. Anteriormente a guerra havia proporcionado aos países expansão industrial e progressos na agricultura, serviços, transportes e comunicações, elevou o bem-estar geral dos assalariados em termos de saúde, educação e aposentadoria. Nessa época houve uma grande acumulação de capitais, acompanhada de bem-estar social.

Os investimentos começaram a decrescer, na América Latina, a partir dos anos 70 e 80. O Chile desde 1970 manteve igual tratamento entre nacionais e estrangeiros e uma política mais aberta e poucas restrições com respeito a repatriação de capitais. No outro extremo estiveram os países do Pacto Andino que possuíam políticas restritivas com leis e regulamentos que favoreciam o investidor doméstico, em várias áreas da economia.

Um dos acontecimentos mais importantes na década de 70 foi a revelação do Japão como grande potência. As empresas japonesas passaram a investir em países que anteriormente eram explorados por empresas norte-americanas e europeias. Começaram a se unir, comprar ações e participar de oligopólios já existentes. Enfrentaram os EUA no seu próprio território, exportando seus produtos e, na década de 80, investindo diretamente ali.

Começa a dimensão tripolar de investimentos (EUA, Japão e CEE), que por sua importância será tratada detalhadamente no capítulo que segue.

Os IDE nos anos 70 se associaram ao termo das políticas de

### 3. EVOLUCIÓN HISTÓRICA RECIENTE DE LAS IED EN ARGENTINA Y BRASIL

América Latina siempre fue considerada una región nueva, si podemos compararla con Europa y otros países más desarrollados. Hay muchas cosas por hacerse, pero la inestabilidad característica de Latinoamérica, hace que las inversiones sean en su mayoría especulativas y de corto plazo y no directas de largo plazo.

Es importante describir la evolución de las IED en el mundo, incluyendo América Latina, Argentina y Brasil en distintos períodos.

#### 3.1. GENERALIDADES SOBRE EL MUNDO Y AMÉRICA LATINA

La necesidad de aplicar políticas de ajuste empezó en la década del 70. Después de la crisis internacional sufrida por los países latinoamericanos durante el postguerra, hubo un estancamiento en el crecimiento de los países. Anteriormente la guerra había proporcionado a los países la expansión industrial y progresos en la agricultura, servicios, transportes y comunicaciones, llevó el bienestar general de los asalariados en términos de salud, educación y jubilación. En esa época hubo una gran acumulación de capital, acompañada de bienestar social.

Las inversiones empezaron a decrecer, en América Latina, a partir de los años 70 y 80. Chile, desde, 1970 mantuvo igual tratamiento entre nacionales y extranjeros y una política más abierta y pocas restricciones respecto de la repatriación de capitales. En el otro extremo estuvieron los países del Pacto Andino que poseían políticas restrictivas con leyes y reglamentos que favorecían al inversor doméstico, en varias áreas de la economía.

Uno de los acontecimientos más importantes en la década del 70 fue la revelación de Japón como gran potencia. Las empresas japonesas pasaron a invertir en países que anteriormente eran explorados por empresas norteamericanas y europeas. Pasaron a unirse, comprar acciones y participar de oligopolios ya existentes. Enfrentaron a los EE.UU. en su propio territorio, exportando sus productos y en la década del 80 invirtiendo directamente allí.

Comienza la dimensión tripolar de inversiones (EE.UU., Japón y CEE), que por su importancia será tratada detalladamente en el capítulo que sigue.

Las IED en los años 70 se asociaron al término de las políticas de

substituição de importações. Os investimentos cresceram entre 1977 e 1981. Houve uma mudança na composição setorial favorecendo o setor manufatureiro (por não poder investir em outros setores que tinham proteção nacional) e os de maior dinamismo foram os setores petrolero e financeiro, nos anos de maior abertura econômica.

Na década de 80 os países da América Latina experimentaram uma queda nos seus ingressos de IDE junto com a África e o Oriente Médio, ao contrário da Ásia e da Europa, que tiveram um desempenho satisfatório. A exceção dos países latino-americanos foi a Colômbia, onde os ingressos de IDE cresceram em 1985. Houve radicação de IDE neste país no setor energético, pelo descobrimento e explorações de jazidas de hidrocarburetos.

Os países que têm recebido mais IDE na região foram: a Argentina, o Brasil e o México. Esses países absorveram 38,3% do total de IDE que recebia a América Latina. Em 1981 as participações diminuíram a 20%.

Durante a década de 80, a chamada “década perdida”, a América Latina ficou marginalizada dos mercados mundiais e acentuaram-se as relações dos países com os EUA. A participação da região no comércio mundial passou de 5,7% em 1980 a 4,1% em 1988, provocado pelo processo de ajuste e o protecionismo dos países industrializados (De Macadar, 1992, p.44).

O novo padrão de industrialização dos países desenvolvidos (especialização intra-setorial) e a formação de blocos econômicos contribuíram para que se terminasse com a antiga divisão internacional do trabalho (Teoria Clássica). Isso provocou a crise dos anos 80 na América Latina.

O avanço da tecnologia no mundo desenvolvido ameaçou a competitividade interna e externa dos países latino-americanos. Com a automação da indústria começa a aparecer a necessidade de ter mão-de-obra qualificada e não mais mão-de-obra barata.

Com o aparecimento das novas formas de tecnologia, surge também a propriedade sobre elas, e para sua aquisição se devia pagar muito caro. Assim, os países desenvolvidos aplicavam essa tecnologia além de ter sua propriedade intelectual.

O Japão começa a investir na produção de conhecimentos e negocia a propriedade da invenção e não mais a máquina em si mesma, como

sustitución de importaciones. Las inversiones crecieron entre 1977 y 1981. Hubo un cambio en la composición sectorial favoreciendo el sector manufacturero (por no poder invertir en otros sectores que tenían protección nacional) y los de más dinamismo fueron los sectores petrolero y financiero, en los años de mayor apertura económica.

En la década del 80 los países de América Latina experimentaron una caída en sus ingresos de IED junto con África y Medio Oriente, al contrario de Asia y Europa, que han tenido un desempeño satisfactorio. La excepción de los países latinoamericanos fue Colombia, donde los ingresos de IED crecieron en 1985. Hubo radicación de IED en este país, en el sector energético, por el descubrimiento y explotaciones de yacimientos de hidrocarburos.

Los países que han recibido más IED en la región fueron: Argentina, Brasil y México. Estos países absorbieron el 38,3% del total de la IED que recibía Latinoamérica. En 1981 las participaciones disminuyeron al 20%.

Durante la década del 80, la llamada “década perdida”, América Latina quedó marginada de los mercados mundiales y se acentuó las relaciones de los países con los EE.UU. La participación de la región en el comercio mundial pasó de 5,7% en 1980 a 4,1% en 1988, provocado por el proceso de ajuste y el proteccionismo de los países industrializados (De Macadar, 1992, p. 44).

El nuevo patrón de industrialización de los países desarrollados (especialización intrasectorial) y la formación de bloques económicos, contribuyeron a terminar con la antigua división internacional del trabajo (Teoría Clásica). Eso provocó la crisis de los 80 en Latinoamérica.

El avance de la tecnología en el mundo desarrollado amenazó la competitividad interna y externa de los países latinoamericanos. Con la automatización de la industria empieza a aparecer la necesidad de tener mano de obra calificada y no más mano de obra barata.

Al aparecer nuevas formas de tecnología, surge también la propiedad sobre ellas, y para su adquisición se debía pagar muy caro. Así, los países desarrollados aplicaban esa tecnología además de tener su propiedad intelectual.

Japón empieza a invertir en la producción de conocimientos y negocia la propiedad de la invención y no más la máquina en sí misma,



fazia o modelo fordista.

Com o panorama mundial voltado para um avanço dinâmico e rápido da informação, a América Latina fica atrás no tempo. Nossos países sempre tiveram recursos naturais em abundância, mas a demanda exigia cada vez mais informação e conhecimento e os recursos que a América Latina possuía ficaram em segundo plano.

As empresas transnacionais começaram a se estabelecer aqui e determinar o preço no mercado interno, deslocando a participação da empresa nacional e provocando o fechamento das pequenas e médias empresas.

A Alemanha foi o principal investidor europeu na América Latina na década de 80. A queda de investimentos europeus em 1982 foi provocada pela desconfiança, problemas da dívida e estancamento provocado pelas políticas de ajuste. Isso gerou um desvio de fluxos de investimentos, prejudicando a América Latina, mas não podemos dizer que isso eliminou totalmente os investimentos. Não podemos esquecer que a União Européia assinou um acordo de cooperação com o Mercosul que, a longo prazo, pode voltar a impulsionar o aumento dos investimentos até a região.

O programa EC Investments Partners foi feito para os países do Pacto Andino e a outros países da Latino-América como: o Brasil, o Chile e o Uruguai. Esse programa incentivava o desenvolvimento das empresas mistas (européias e latino-americanas), através de doações de estudo de viabilidade, financiamento moderado e participação no capital, por meio de ações.

Os programas de conversão da dívida externa aumentaram os fluxos de IDE da Europa até a América Latina a partir de 1986. A situação econômica dos países apresentava um aumento da oferta monetária e conseqüentemente inflação.

No Brasil os investimentos se destacaram dos anos 1976 a 1982, voltando a apontar novamente em 1988, pelas medidas de conversão da dívida externa. O Chile teve seus maiores investimentos nos anos 1983 a 1989, mas não se deteve, os investimentos ainda continuam crescendo.

A contração dos IDE na Argentina, no Brasil e no México foi resultado dos problemas com a dívida externa e as políticas de ajuste. A capitalização da dívida empregada pelos países mencionados ajudou a recuperar um pouco os fluxos de IDE, se caracterizando como um

como lo hacía en el modelo fordista.

Con el panorama mundial volcado a un avance dinámico y rápido de la información, América Latina queda atrás en el tiempo. Nuestros países siempre tuvieron recursos naturales en abundancia, pero la demanda exigía cada vez más información y conocimiento y los recursos que Latinoamérica poseía quedaron en segundo plano.

Las empresas transnacionales comenzaron a establecerse aquí y determinar el precio en el mercado interno, desplazando la participación de la empresa nacional y provocando el cierre de las pequeñas y medianas empresas.

Alemania fue el principal inversor europeo en América Latina durante los años 80. La caída de inversiones europeas en 1982 fue provocada por la desconfianza, problemas de la deuda y estancamiento provocado por las políticas de ajuste. Eso generó un desvío de flujos de inversiones, perjudicando América Latina, pero no podemos decir que eso eliminó totalmente las inversiones. No podemos olvidar que la Unión Europea firmó un acuerdo de cooperación con el Mercosur que a largo plazo, puede volver a impulsar el aumento de las inversiones hacia la región.

El programa EC Investments Partners fue hecho para los países del Pacto Andino y a otros países de Latinoamérica como: Brasil, Chile y Uruguay. Ese programa incentivaba el desarrollo de empresas mixtas (europeas y latinoamericanas), a través de donaciones de estudio de viabilidad, financiación blanda y participación en el capital, por medio de acciones.

Los programas de conversión de la deuda externa, aumentaron los flujos de IED de Europa hacia América Latina a partir de 1986. La situación económica de los países presentaba un aumento de la oferta monetaria y consecuentemente inflación.

En Brasil las inversiones se destacaron de los años 1976 a 1982, volviendo a repuntar en 1988, por las medidas de conversión de la deuda externa. Chile tuvo sus mayores inversiones en los años 1983 a 1989, pero no se detuvo, las inversiones todavía continúan creciendo.

La contracción de las IED en Argentina, Brasil y México resultó de los problemas de la deuda externa y las políticas de ajuste. La capitalización de la deuda empleada por dichos países ayudó a recuperar un poco los flujos de IED, caracterizándose como un subsidio para los

subsídio para os investidores estrangeiros. A recuperação de IDE no México nos anos 1985 a 1986 se deu pela mudança estrutural e a reinserção na divisão internacional do trabalho, a partir das suas vantagens de custo e localização (Bouzas, 1989, p. 24).

Nos anos 80 os IDE eram tratados sob dois aspectos: da regulação e controle e o aspecto promocional. A Argentina, o Brasil e o Chile regulavam os IDE para tentar eliminar os aspectos negativos como: o risco de desnacionalizar a estrutura produtiva, o poder excessivo nas mãos das empresas estrangeiras e o impacto das mesmas sobre o desenvolvimento da tecnologia, a balança de pagamento e o emprego. Atualmente os países se caracterizam não pela regulação restritiva e sim pelo estímulo e proteção dos IDE.

Além de haver escassez em investimentos, houve um descrédito ao reinvestimento. Isso ocorreu pela dificuldade que os investidores tinham em remeter os lucros obtidos a seus países. O Brasil e o México tiveram a maior declinação em reinvestimentos. Outros fatores se somavam para não investir e reinvestir, tais como: a grande incerteza sobre o futuro da economia, a instabilidade macroeconômica ou as condições políticas do país receptor e a vontade de retornar o máximo de dinheiro para compensar o alto risco. A alta inflação reduzia a eficiência na operação dos negócios, impossibilitava determinar o capital a ser empregado pela grande volatilidade dos preços relativos, dificultava o financiamento a longo prazo e a perda de grande parte do mercado consumidor por haver uma queda do poder aquisitivo já que os salários não aumentavam na proporção do aumento dos preços gerados pela inflação.

Com o aparecimento do Nafta também se perderam muitos investimentos dos EUA, que passaram a se radicar no México (país integrante do bloco), substituindo os investimentos antes direcionados ao Brasil e à Argentina.

A partir de fins dos anos 90 os fluxos de IDE voltam aos países da América Latina, principalmente à Argentina, pelos programas de privatizações, em que participaram as empresas transnacionais (ET) e a capitalização da dívida.

A maioria dos países da região têm liberalizado suas leis com respeito aos IDE, atraindo mais investimentos. O estabelecimento de políticas para estabilizar a economia também ajudou para que os

inversionistas extranjeros. La recuperación de IED en México en los años 1985 a 1986 se dio por el cambio estructural y la reinserción en la división internacional del trabajo, a partir de sus ventajas de costo y localización (Bouzas, 1989, p. 24).

En los 80 las IED eran tratadas bajo dos aspectos: de regulación y control y el aspecto promocional. Argentina, Brasil y Chile regulaban las IED para intentar eliminar los aspectos negativos como: el riesgo de desnacionalizar el aparato productivo, el poder excesivo en manos de empresas extranjeras y el impacto de las mismas sobre el desarrollo de tecnología, la balanza de pagos y el empleo. Actualmente los países se caracterizan no por la regulación restrictiva sino por el estímulo y protección de la IED.

Además de haber escasez en inversiones, hubo un descrédito a la reinversión. Eso ocurrió, por la dificultad que los inversores tenían en remitir las ganancias obtenidas a sus países. Brasil y México tuvieron la mayor declinación en reinversiones. Otros factores se sumaban para no invertir y reinvertir, tales como: la gran incertidumbre sobre el futuro de la economía, la inestabilidad macroeconómica o las condiciones políticas del país receptor y la voluntad de retornar el máximo de dinero para compensar el alto riesgo. La alta inflación reducía la eficiencia en la operación de los negocios, imposibilidad de determinar el capital a ser empleado por la gran volatilidad de los precios relativos, dificultad en obtener financiamiento a largo plazo y una pérdida de gran parte del mercado consumidor por haber siempre una pérdida del poder adquisitivo ya que los salarios no aumentaban en la proporción del aumento de los precios generado por la inflación.

Con la aparición del Nafta también se perdieron muchas inversiones de EE.UU., que pasaron a radicarse en México (país integrante del bloque), desplazando a Brasil y Argentina.

A partir de fines de los 90 los flujos de IED vuelven a los países de Latinoamérica, principalmente en Argentina, por los programas de privatizaciones en que participaron las empresas transnacionales (ET) y la capitalización de la deuda.

La mayoría de los países de la región han liberalizado sus leyes respecto a las IED, atrayendo más inversiones. El establecimiento de políticas para estabilizar la economía también ayudó para que las

investimentos estrangeiros se radicassem sem receio e sem deixar de salientar o que o mercado ampliado proporcionava ao Mercosul, junto com o âmbito da política macroeconômica que apresentou uma reativação da demanda interna, estabilidade nos preços, equilíbrio fiscal e negociações para o pagamento da dívida externa.

Nos anos noventa, o fator “droga” e a ameaça ao meio ambiente são áreas para a intervenção dos países desenvolvidos na América Latina. A Alemanha e os países escandinavos têm interesse em investir para evitar a desflorestação na região amazônica e os EUA em ajudar os países que querem eliminar a droga (Secchi, 1992, p. 17).

Em síntese, podemos ver então que várias foram as políticas para regular os IDE na América Latina desde os anos 50. Alguns períodos foram caracterizados pela maior flexibilização e outros de maior proteção nacional. A Argentina e o Brasil, países centrais do estudo, flexibilizaram as políticas de IDE, mas o Brasil por possuir maior mercado potencial atraiu mais investimentos que a Argentina.

Isso tende a mudar, porque atualmente não se deve falar de mercado brasileiro ou argentino, devemos falar do mercado Mercosul, e é a partir da propagação desse mercado que os investimentos se radicarão no bloco.

### 3.2. O CASO ARGENTINO.

O Estado argentino outorgou tratamento nacional aos investidores estrangeiros, mas limitações ao investimento nos setores específicos, no ano 1976. Também estabeleceu o direito a remeter utilidades e a repatriar o capital, ainda que existissem restrições de caráter geral para transferir capitais ao exterior.

Em 1980 ocorreu um aumento na flexibilidade, concedendo acesso ao crédito a médio prazo e regimes promocionais.

A falta de interesse das empresas estrangeiras em usar recursos próprios para investir se caracterizou pela instabilidade e incerteza das políticas econômicas nos anos 80 (Kosacoff, 1993, p.25).

Os programas de conversão para capitalizar a dívida externa não contribuíram em adicionar mais IDE, senão em transferir um subsídio aos investimentos. Foi diferente o ocorrido no Brasil, como veremos mais adiante, onde se deu um aumento significativo dos mesmos.

A Argentina experimentou na década de oitenta dificuldades econômicas que se revelaram: o estancamento da produção e uma

inversiones extranjeras se radicasen sin miedo y sin dejar de resaltar lo que el mercado ampliado proporciona al Mercosur, junto con el ámbito de la política macroeconómica que presentó una reactivación de la demanda interna, estabilidad en los precios, equilibrio fiscal y negociaciones para el pago de la deuda externa.

En los años noventa, el factor de la droga y la amenaza al medio ambiente son áreas para la intervención de los países desarrollados en América Latina. Alemania y los países escandinavos tienen interés en invertir para evitar la deforestación en la región amazónica y EE.UU. en ayudar a los países que quieren erradicar la droga (Secchi, 1992, p. 17).

En síntesis, podemos ver entonces que varias fueron las políticas para regular las IED en América Latina desde los años 50. Algunos períodos fueron caracterizados por mayor flexibilización y otros de mayor protección nacional. Argentina y Brasil, países centrales de estudio, flexibilizaron las políticas de IED, pero Brasil por poseer mayor mercado potencial atrajo más inversiones que Argentina.

Esto tiende a cambiar, porque actualmente no se debe hablar de mercado brasileño o argentino, debemos hablar del mercado Mercosur, y es a partir de la propagación de ese mercado que las inversiones se radicarán en el bloque.

### 3.2. EL CASO ARGENTINO

El Estado argentino otorgó trato nacional a los inversionistas extranjeros, pero limitaciones a la inversión en sectores específicos, en el año 1976. También estableció el derecho a remesar utilidades y a repatriar capital, aunque existieran restricciones de carácter general para transferir capitales al exterior.

En 1980 ocurrió un aumento en la flexibilidad, concediendo acceso al crédito de mediano plazo y regímenes promocionales.

La falta de interés de las empresas extranjeras de usar recursos propios para invertir se caracterizó por la inestabilidad e incertidumbre de las políticas económicas en los años 80 (Kosacoff, 1993, p. 25).

Los programas de conversión para capitalizar la deuda externa no contribuyeron en adicionar más IED, sino transferir un subsidio a inversiones. Fue diferente lo ocurrido en Brasil, como veremos más adelante, donde ocurrió un aumento significativo de las inversiones.

Argentina experimentó en la década del ochenta dificultades económicas que se revelaron en: el estancamiento de la producción y

instabilidade macroeconômica. Teve uma leve recuperação nos anos 85 e 86 com os programas de capitalização de passivos externos para tratar a dívida externa. Podemos dizer que nessa década não haviam novos investimentos; o que se faziam eram reinvestimentos para a ampliação e modernização das plantas já existentes. A exceção notável foi o setor de alimentos que produziu azeites para o mercado externo.

Na Argentina o regime liberal para o IDE vem desde o ano de 1976, mas o fluxo maior de IDE só veio com as reformas econômicas a partir de 1991.

“De acordo com as estimativas da balança de pagamentos, em relação ao final dos anos 80 (US\$ 1 bilhão em média) o ingresso de IDE na Argentina multiplicou-se por quatro em 1992 e por seis vezes em 1993. A sua grande maioria canalizou-se através do programa de privatizações” (Chudnovsky, Lopez e Porta, 1995, p.35).

Nos últimos sete anos a Argentina recebeu 18,134 bilhões de dólares em IDE, no entanto o Brasil foi receptor de 10,732 bilhões de dólares.

A Argentina teve o seu auge em IDE nos anos de 91 (US\$ 2,439 bilhões), 92 (US\$ 4,179 bilhões) e 93 (US\$ 6,305 bilhões) por causa das privatizações, e em 1994 caiu a US\$ 1,200 bilhões pelo efeito da crise no México (ONU, 1995, p.22).

### 3.3. O CASO BRASILEIRO

No Brasil desde o final da década de 50, houve uma participação das indústrias multinacionais na produção industrial brasileira, pelo Plano de Metas lançado em 1957, pelo governo de Juscelino Kubitschek, caracterizado pelo dinamismo e grandes avanços tecnológicos que ampliavam a industrialização substitutiva.

Nos últimos anos das décadas de 60 e 70 houve uma atração de capitais externos, configurando uma política externa combinada com um protecionismo na área comercial e tecnológica com um posicionamento liberal em termos de IDE. A nova etapa de industrialização brasileira em 1968, a chamada fase do “milagre brasileiro”, teve uma forte participação de IDE. O setor de serviços foi o que mais cresceu e o setor manufatureiro foi o que mais exportou. Nesse período aumentou a conformação de *joint ventures* para manter a estabilidade do capital estrangeiro na economia brasileira e aproveitar as vantagens competitivas das ET. O IDE foi dirigido a substituir importações e gerar saldos exportáveis nos setores de insumos intermediários e bens de capital.

una inestabilidad macroeconómica. Tuvo una leve recuperación en los años 1985 a 1986 con los programas de capitalización de pasivos externos para tratar la deuda externa. Podemos decir que en esa década no había nuevas inversiones; lo que se hacían eran reinversiones para la ampliación y modernización de plantas ya existentes. La excepción notable fue el sector de alimentos que produjo aceites para el mercado externo.

En Argentina el régimen liberal para la IED viene desde el año 1976, pero el flujo mayor de IED sólo vino con las reformas económicas a partir de 1991.

“De acuerdo con las estimaciones del balance de pagos, en relación a finales de los años 80 (US\$ 1.000 millones en promedio) el ingreso de IED en Argentina se ha multiplicado por cuatro en 1992 y por seis veces en 1993. En su gran mayoría se ha canalizado a través del programa de privatizaciones” (Chudnovsky, Lopez y Porta, 1995, p. 35).

En los últimos siete años Argentina recibió 18.134 millones de dólares en IED, en tanto Brasil fue receptor de 10.732 millones de dólares.

Argentina tuvo su auge en IED en los años 1991 (US\$ 2.439 millones), 1992 (US\$ 4.179 millones) y 1993 (US\$ 6.305 millones) por causa de las privatizaciones, en 1994 cayó a US\$ 1.200 millones por el efecto de la crisis en México. (ONU, 1995, p. 22)

### 3.3. EL CASO BRASILEÑO

En Brasil y desde el final de la década del 50 hubo una participación de las industrias multinacionales en la producción industrial brasileña, por el Plan de Metas lanzado en 1957, por el gobierno de Juscelino Kubitschek, caracterizado por el dinamismo y grandes avances tecnológicos que ampliaba la industrialización substitutiva.

En los últimos años de las décadas del 60 y del 70 hubo una atracción de capitales externos, configurando una política externa combinada con un proteccionismo en el área comercial y tecnológica con un posicionamiento liberal en términos de IED. La nueva etapa de industrialización brasileña en 1968, la llamada fase del “milagro brasileño”, tuvo una fuerte participación de IED. El sector de servicios fue el que más creció y el sector manufacturero fue el que más exportó. En este período aumentó la conformación de *joint ventures* para mantener la estabilidad del capital extranjero en la economía brasileña y aprovechar las ventajas competitivas de las ET. La IED fue dirigida a sustituir importaciones y generar saldos exportables en sectores de insumos intermedios y bienes de capital.

No final dos anos 60, este modelo foi apresentando uma clara deterioração expressa na saturação do consumo de bens industriais como os automotores, substituição de bens naturais por sintéticos, atraso da tecnologia das indústrias e, na parte social, um aumento nos salários como conseqüência da falta de mão-de-obra. Com menos mão-de-obra houve um estancamento na produção, levando a uma baixa rentabilidade para a indústria, que estimulou uma busca de mão-de-obra mais barata e novos mercados.

A tendência nos anos sessenta e primeiros anos dos setenta era de proteção da economia nacional, mas ao mesmo tempo de diminuição das restrições ao tratamento dos IDE.

O Brasil tem sido o principal receptor de IDE no mundo em desenvolvimento, reduzindo-os nos anos 80, com a crise da dívida. Seus maiores atrativos têm sido a dimensão e o potencial de crescimento do seu mercado interno, a alta proteção da atividade econômica doméstica, derivada do seu regime de comércio exterior e a política liberal de tratamento ao capital estrangeiro, ainda que tenha apresentado proibição de investimento em alguns setores e proteção das indústrias nacionais, tendência predominante na política brasileira até os dias atuais, mesmo com a conformação do Mercosul.

Em 1988 o governo do Presidente Sarney mudou o tratamento das importações, incentivou a promoção das exportações, priorizou o desenvolvimento tecnológico e a promoção às indústrias.

A Constituição Federal de 1988 continuou apresentando flexibilidade em relação aos IDE, mas com algumas reservas em alguns setores a serem explorados pelas empresas brasileiras, como veremos mais adiante. Com a revisão constitucional que se está fazendo no Brasil, as restrições ao capital estrangeiro em ditos setores vão desaparecer, flexibilizando e abrindo caminho aos IDE.

O Brasil, em setembro de 1988, assinou com seus credores um amplo acordo sobre a renegociação da dívida externa. Os objetivos eram explorar os mecanismos para reduzir o estoque da dívida e preparar o retorno ao mercado voluntário de capitais. A motivação do processo era dada pelo custo de oportunidade, para as filiais das empresas multinacionais, de manter o passivo financeiro, em relação a um aumento do capital acionário. Até 1977 era comum entre empresas estrangeiras a prática de fazer investimentos diretos disfarçados de empréstimos, como

A fines de los 60, este modelo fue presentando un claro deterioro expresado en la saturación del consumo de bienes industriales como los automotores, sustitución de bienes naturales por sintéticos, atraso de la tecnología de las industrias y en la parte social, un aumento en los salarios como consecuencia de la falta de mano de obra. Con menos mano de obra hubo un estancamiento en la producción llevando a una baja rentabilidad para la industria, que estimuló a una búsqueda de la mano de obra más barata y nuevos mercados.

La tendencia en los años sesenta y primeros años de los setenta era de protección de la economía nacional, pero al mismo tiempo de disminución de las restricciones al tratamiento de las IED.

Brasil ha sido el principal receptor de IED en el mundo en desarrollo, reduciéndose en los años 80, con la crisis de la deuda. Sus mayores atractivos han sido la dimensión y el potencial de crecimiento de su mercado interno, la alta protección de la actividad económica doméstica, derivada de su régimen de comercio exterior y la política liberal de tratamiento al capital extranjero, aunque ha presentado prohibición de inversión en algunos sectores y protección de las industrias nacionales, tendencia predominante en la política brasileña hasta los días actuales, aún con la conformación del Mercosur.

En 1988 el gobierno del Presidente Sarney cambió el tratamiento de importaciones, incentivó la promoción de exportaciones, priorizó el desarrollo tecnológico y promoción a las industrias.

La Constitución Federal de 1988 continuó presentando flexibilidad en relación a la IED, pero con algunas reservas de algunos sectores a ser explotados por empresas brasileñas, como veremos más adelante. Con la revisión constitucional que se está haciendo en Brasil, las restricciones al capital extranjero en dichos sectores van a desaparecer, flexibilizando y abriendo camino a las IED.

Brasil, en septiembre de 1988, firmó con sus acreedores un amplio acuerdo sobre la renegociación de la deuda externa. Los objetivos eran explotar los mecanismos para reducir el stock de la deuda y preparar el retorno al mercado voluntario de capitales. La motivación del proceso era dada por el costo de oportunidad, para filiales de empresas multinacionales, de mantener el pasivo financiero, relativamente a un aumento del capital accionario. Hasta 1977 era común entre empresas extranjeras la práctica de hacer inversiones directas disfarzadas de préstamos, como

resultado do tratamento fiscal privilegiado recebido pelos juros da remessa de dividendos. Essa situação se reverte no fim do ano, com a decisão do governo de conceder incentivos fiscais à conversão da dívida em capital de risco. Isso foi um atrativo para os investidores diretos convertendo os títulos da dívida em capital de risco. Entre 1981 e 1984 o volume das operações cresce rapidamente.

Em 1988 entraram em vigência as novas regras, as operações foram divididas em dois grupos: dívidas vencidas e dívidas a serem vencidas. As vencidas deveriam ser convertidas em capital de risco por meio de leilões. As dívidas a serem vencidas dos setores público e privado não passavam pelo processo de leilão, eram negociações privadas pelas partes interessadas. Para efeito de registro de IDE e para fins de remessas de lucros, seria imputado um deságio equivalente ao do mais recente leilão. O único custo para a empresa estrangeira era o imposto de renda sobre a remessa de dividendos.

As empresas multinacionais utilizaram esse procedimento para a realização dos seus investimentos. Os IDE pela via tradicional praticamente desapareceram em 1988. Houve uma forte variação positiva dos IDE em 1988, quatro vezes a média dos IDE no período de 1980-1987 e 6% dos investimentos médios totais da economia, diferente da tendência declinante apresentada a partir de 1982. Pode-se dizer que isso ocorreu pela transformação da dívida externa em capital de risco. Ainda que os IDE fossem elevados, estes fluxos não chegavam a mudar a tendência geral da formação bruta do capital do país.

A conversão beneficiou particularmente as empresas multinacionais e secundariamente aquelas empresas nacionais que têm recursos em moeda estrangeira fora do país. Dos fundos ingressados, 59% dirigiram-se às atividades manufatureiras, em comparação com os 75% pré-existentes. O turismo e os bancos de investimento receberam mais de 15% dos novos fundos, quando representavam 1% do investimento anterior (Pires de Souza, 1990, p. 13).

O ano de 1988 pode ser associado ao "boom" do processo de conversão e ao elevado grau de capitalização das empresas.

Os pontos negativos da conversão é que deixa o país mais vulnerável ao mercado financeiro internacional e às elevadas taxas de juros. Nos casos dos leilões o impacto é direto, para quitar a dívida os investidores entregam o valor correspondente em papel-

resultado del tratamiento fiscal privilegiado recibido por los intereses a la remesa de dividendos. Esta situación se revierte en el fin del año, con la decisión del gobierno de conceder incentivos fiscales a la conversión de la deuda en capital de riesgo. Eso fue un atractivo para los inversores directos convirtiendo los títulos de la deuda en capital de riesgo. Entre 1981 y 1984 el volumen de las operaciones crece rápidamente.

En 1988 entraron en vigencia las nuevas reglas, las operaciones fueron divididas en dos grupos: deudas vencidas y deudas a ser vencidas. Las vencidas deberían ser convertidas en capital de riesgo por medio de subastas. Las deudas a ser vencidas de los sectores público y privado no pasaban por el proceso de subasta, eran negociaciones privadas por las partes interesadas. Para efecto de registro de IED y para fines de remesas de ganancias, sería imputado un desagio equivalente al del más reciente remate. El único costo para la empresa extranjera era el impuesto de renta sobre la remesa de dividendos.

Las empresas multinacionales utilizaron ese procedimiento para la realización de sus inversiones. Las IED por la vía tradicional prácticamente desaparecieron en 1988. Hubo una fuerte variación positiva de las IED en 1988, cuatro veces a la media de las IED en el período de 1980-1987 y 6% de las inversiones medias totales de la economía, diferente de la tendencia declinante presentada a partir de 1982. Se puede decir que eso ocurrió por la transformación de la deuda externa en capital de riesgo. Aunque fueron elevadas las IED estos flujos no llegaron a cambiar la tendencia general de la formación bruta del capital del país.

La conversión beneficia particularmente a las empresas multinacionales y secundariamente a aquellas empresas nacionales que tienen recursos en moneda extranjera fuera del país. De los fondos ingresados, el 59% se dirigió a las actividades manufactureras, en comparación con el 75% preexistente. El turismo y los bancos de inversión recibieron más del 15% de los nuevos fondos, cuando representaban el 1% de la inversión anterior (Pires de Souza, 1990, p. 13).

El año 1988 puede ser asociado al "boom" del proceso de conversión y al elevado grado de capitalización de las empresas.

Los puntos negativos de la conversión es que deja al país más vulnerable al mercado financiero internacional y a las elevadas tasas de interés. En los casos de las subastas el impacto es directo; para quitar la deuda los inversores entregan el valor correspondiente en papel moneda

moeda para o Banco Central. Com isso gera-se mais inflação, pois há maior oferta de moeda. Por esse motivo o governo quis suspender as conversões, mas enfrentou pressões pelos benefícios e os juros que apresentam as transações.

O Brasil tentou por meio da conversão renegociar a dívida externa e com isso conseguiu maiores IDE, mas ao mesmo tempo não conseguiu equilibrar o sistema monetário e financeiro do país. Por isso este regime foi suspenso no começo de 1989.

Nos anos 70/92 no Brasil, houve uma forte corrente de investimentos dos EUA (32,4%), do Japão (14,0%) e da CEE (32,7%). De 1986/1990 caíram os investimentos norte-americanos (30,11%), aumentando os do Japão (17,0%) e os da CEE (36,2%) (Veiga, 1995, p. 56).

Houve um aumento dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil nos últimos anos; em 1993 se investiu um total de Us\$ 43,768 bilhões, com uma variação de 9,5% em relação ao ano anterior. Investiu-se mais nos seguintes setores: indústria de transformação, serviços, química, material de transporte e automotores. Os países que mais investiram foram os EUA, a Alemanha, os países asiáticos, o Japão, a Suíça e o Reino Unido (Martins, 1994, p.7 e seguintes).

No ano de 1996 houve um investimento de Us\$ 5 bilhões a Us\$ 6 bilhões no Brasil. Um aumento de 100% em relação a 1995, quando o país recebeu Us\$ 3,2 bilhões, o maior depois de treze anos. Entre os setores mais atrativos estão os de automotor, de autopeças e de telefones celulares (*Zero Hora*, 1996, p.24). As grandes montadoras automotivas anunciaram investimentos de Us\$ 10 bilhões até o ano 2000; incluindo as demais indústrias do setor automotor, chega-se ao total de Us\$ 20 bilhões.

A título de conclusão, podemos dizer que a evolução dos investimentos no setor automotivo na Argentina e no Brasil não foi constante, ainda que sempre tenha sido um setor protegido pelos governos.

Na época da substituição de importações houve um crescimento nos países e um grande consumo de automóveis, que contribuiu para que muitas empresas se instalassem no Brasil e na Argentina.

Com a “década perdida”, os processos de ajuste fizeram com que algumas empresas se retirassem dos países (por exemplo Chrysler

para el Banco Central. Con eso se genera más inflación, pues hay mayor oferta de moneda. Por este motivo el gobierno quiso suspender las conversiones, pero enfrentó presiones por los beneficios y los intereses que presentan las transacciones.

Brasil intentó a través de la conversión renegociar la deuda externa y con eso logró mayores IED, pero al mismo tiempo no consiguió equilibrar el sistema monetario y financiero del país. Por eso que este régimen fue suspendido a comienzo de 1989.

En los años 1970/1992 en Brasil hubo una fuerte corriente de inversiones de los EE.UU. (32,4%), Japón (14,0%) y de la CEE (32,7%). En 1986/1990 cayeron las inversiones norteamericanas (30,11%), aumentando las de Japón (17,0%) y de la CEE (36,2%) (Veiga, 1995, p. 56).

Hubo un aumento de inversiones y reinversiones extranjeras en Brasil en los últimos años; en 1993 se invirtió un total de US\$ 43.768 millones, con una variación de 9,5% respecto al año anterior. Se invirtió más en los siguientes sectores: industria de transformación, servicios, química, material de transporte y automotores. Los países que más invirtieron fueron EE.UU., Alemania, países asiáticos, Japón, Suiza y Reino Unido (Martins, 1994, p. 7 y siguientes).

En el año de 1996 hubo una inversión de Us\$ 5 mil millones a Us\$ 6 mil millones en Brasil. Un aumento de 100% en relación a 1995, cuando el país recibió Us\$ 3,2 mil millones, la mayor después de trece años. Entre los sectores más atractivos están los de automotor, de autopiezas y de teléfonos celulares (*Zero Hora*, 1996, p. 24). Las grandes montadoras automotrices anunciaron inversiones de Us\$ 10 mil millones hasta el año 2000; incluyendo a las demás industrias del sector automotor, se llega al total de Us\$ 20 mil millones.

A modo de conclusión, podemos decir que la evolución de las inversiones en el sector automotriz en Argentina y Brasil no fue constante, aunque siempre haya sido un sector protegido por los gobiernos.

En la época de la sustitución de importaciones hubo un crecimiento en los países y un gran consumo de autos, que contribuyó para que muchas empresas se instalasen en Brasil y Argentina.

Con la “década perdida”, los procesos de ajuste hicieron que algunas empresas se retirasen de los países (por ejemplo Chrysler en Argentina)

na Argentina) ou não reinvestissem ou inovassem as suas plantas já instaladas.

Nos anos 90, mudam as perspectivas dos países através da estabilidade econômica e o mercado ampliado do Mercosul. As empresas automotoras passam a reinvestir capitais em grandes quantidades, abrindo novas plantas para a produção de novos modelos, que irão abastecer e se complementar com o país sócio. Apresenta-se um fenômeno interessante, que é a separação de algumas empresas que nos anos 80 se uniram para poder enfrentar a época do ajuste (por exemplo: a Autolatina, que unia a Ford e a Volkswagen; Sevel Argentina que era composta pela Fiat e a Peugeot) e que agora querem aproveitar o momento para produzir seus próprios modelos ou instalar suas próprias plantas, pois parece ser este o momento do "boom" para os investimentos automotivos no Mercosul.

#### 4. RADICAÇÃO DE IDE NA AMÉRICA LATINA PELA TRIADA (EUA, EUROPA E JAPÃO)

A América Latina sempre recebeu investimentos da Europa, EUA e Japão. Estes investimentos dividem-se em três etapas: de 1979 a 1982 (etapa de crescimento), de 1983 a 1986 (etapa de crise) e de 1987 a 1990 (etapa de reativação). Em 1990 os fluxos de IDE chegaram a 5,500 bilhões de dólares (IRELA, 1993, p.1), pelas reformas econômicas e as privatizações.

Os EUA foram o país que mais investiu na América Latina, mas na época da crise da dívida baixou seus investimentos.

A Europa manteve-se constante, sem deixar de investir, mesmo nos piores anos. A Alemanha, na década de 70, era o país da Europa que mais investia, mas foi substituído pelo Reino Unido, que nunca deixou de investir e aumentou seus investimentos em 100% de 1987 a 1990.

O Japão é o que menos relevância tem frente aos outros dois, porque a América Latina não foi prioridade nos seus programas de investimentos. Essa tendência tende a se reverter, principalmente no setor automotivo.

As relações desses países serão abordadas em separado, para poder explicar a evolução e a tendência futura dos fluxos de investimentos dos EUA, da Europa e do Japão até a Argentina e o Brasil.

o no reinvertiesen o innovasen sus plantas ya instaladas.

En los años 90, cambian las perspectivas de los países a través de la estabilidad económica y el mercado ampliado del Mercosur. Las empresas automotrices pasan a reinvertir capitales en grandes cantidades, abriendo nuevas plantas para la producción de nuevos modelos, que irán a proveer y complementarse con el país socio. Se presenta un fenómeno interesante, que es la separación de algunas empresas que en los años 80 se unieron para poder enfrentar la época de ajuste (por ejemplo: la Autolatina que unía Ford y Volkswagen y la Sevel Argentina que era compuesta por Fiat y Peugeot) y que ahora quieren aprovechar el momento para producir sus propios modelos o instalar sus propias plantas, pues parecería ser éste el momento del "boom" para las inversiones automotrices en el Mercosur.

#### 4. RADICACIÓN DE IED EN AMÉRICA LATINA POR LA TRIADA (EE.UU., EUROPA Y JAPÓN)

América Latina siempre recibió inversiones de Europa, EE.UU. y Japón. Esas inversiones se dividen en tres etapas: de 1979 a 1982 (etapa de crecimiento), de 1983 a 1986 (etapa de crisis) y de 1987 a 1990 (etapa de reactivación). En 1990 los flujos de IED llegaron a 5.500 millones de dólares (IRELA, 1993, p. 1), por las reformas económicas y las privatizaciones.

EE.UU. fue el país que más invirtió en Latinoamérica, pero en la época de la crisis de la deuda bajó sus inversiones.

Europa se mantuvo constante, sin dejar de invertir asimismo en los peores años. Alemania en la década de 70 era el país que más invertía de Europa, pero fue desplazada por el Reino Unido que nunca dejó de invertir y aumentó sus inversiones en 100% desde 1987 a 1990.

Japón es el que menos relevancia tiene frente a los otros dos; porque América Latina no fue prioridad en sus programas de inversiones. Esta tendencia tiende a revertirse, principalmente en el sector automotriz.

Las relaciones de esos países serán tomadas en separado, para poder explicar la evolución y la tendencia futura de los flujos de inversiones de EE.UU., Europa y Japón hacia Argentina y Brasil.



OS FLUXOS DE IDE DA TRIADA ATÉ A AMÉRICA LATINA, 1979-1994  
(em bilhões de dólares e porcentagens - exclui os centros *offshore*)

| País<br>ou região | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 | 1979-1990 | 1990-1994 |
|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| CEE *             | 5,008     | 3,482     | 6,178     | 14,668    | 10,410    |
| EUA               | 8,524     | -415      | 8,412     | 16,521    | 33,662    |
| Japão             | 2,058     | 555       | 1,364     | 3,977     | 1,929     |
| Total             | 15,590    | 3,622     | 15,954    | 35,166    | 46,001    |

Fonte: Irela, 1996

\* Inclui: Alemanha, Espanha, França, Itália, Países Baixos e Reino Unido.

#### 4.1 AS RELAÇÕES COM OS EUA

Os IDE dos EUA até a América Latina ocorrem dentro do contexto das relações comerciais e do comportamento das empresas transnacionais.

Os EUA têm uma longa tradição de utilizar o investimento através das empresas norte-americanas. Esse país possuía uma liderança tecnológica incomparável e a produção em longa escala por parte das indústrias, proporcionado pelo tamanho do mercado, a escassez de pessoal qualificado e a abundância de capital e energia. O taylorismo era empregado como forma de organização do trabalho.

A corporação de indústrias oligopólicas, intensiva em capital e produção, se expandiu internacionalmente através de exportações e logo através de IDE.

Antes da Segunda Guerra Mundial, os investimentos estavam concentrados no setor primário, pois aquele país necessitava de matéria-prima para abastecer seu setor manufatureiro.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a distribuição dos investimentos norte-americanos mudou, metade para os países desenvolvidos e a outra metade para os em desenvolvimento. As empresas estabeleceram fábricas na Europa e no Canadá, principalmente do setor manufatureiro, mas esses países começaram a ter cautela com os IDE norte-americanos, aumentando os tributos, estabelecendo barreiras de ingresso e expropriando as empresas transnacionais.

A partir dos anos 80 ocorre o declínio da liderança dos EUA. A vantagem que aquele país possuía na produtividade por homem ocupado foi diminuindo frente à Europa e ao Japão (...) As exportações dos EUA também caíram em manufaturas e em produtos de alta tecnologia.

LOS FLUJOS DE IED DE LA TRIADA HACIA AMÉRICA LATINA, 1979-1994  
(en millones de dólares y porcentajes- Excluye los centros *offshore*)

| País<br>o región | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 | 1979-1990 | 1990-1994 |
|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| CEE *            | 5.008     | 3.482     | 6.178     | 14.668    | 10.410    |
| EE.UU.           | 8.524     | -415      | 8.412     | 16.521    | 33.662    |
| Japón            | 2.058     | 555       | 1.364     | 3.977     | 1.929     |
| Total            | 15.590    | 3.622     | 15.954    | 35.166    | 46.001    |

Fuente: Irela, 1996

\* Incluye: Alemania, España, Francia, Italia, Países Bajos y Reino Unido.

#### 4.1. RELACIONES CON LOS EE.UU.

Las IED de EE.UU. hacia América Latina ocurren dentro de un contexto de las relaciones comerciales y del comportamiento de las empresas transnacionales.

EE.UU. tiene una larga tradición de utilizar la inversión a través de empresas norteamericanas. Los Estados Unidos poseían un liderazgo tecnológico incomparable y la producción en larga escala por parte de las industrias proporcionado por el tamaño del mercado, la escasez de personal calificado y la abundancia de capital y energía. El taylorismo era empleado como forma de organización del trabajo.

La corporación de industrias oligopólicas, intensiva en capital y producción, se expandió internacionalmente a través de exportaciones, y luego a través de IED.

Antes de la Segunda Guerra Mundial las inversiones estaban concentradas en el sector primario, pues este país necesitaba de materia prima para abastecer su sector manufacturero.

Después de la Segunda Guerra Mundial la distribución de las inversiones norteamericanas cambió, mitad para los países desarrollados y la otra mitad para los en desarrollo. Las empresas establecieron fábricas en Europa y Canadá, principalmente del sector manufacturero, pero esos países empezaron a tener cautela con las IED norteamericanas, aumentando tributos, estableciendo barreras de ingreso y expropiando empresas transnacionales.

A partir de los años 80 ocurre la declinación del liderazgo de EE.UU.. La ventaja que poseía EE.UU. en la productividad por hombre ocupado fue disminuyendo frente a Europa y Japón (...) Las exportaciones de los EE.UU. también cayeron: en manufaturas y en productos de

A decadência nas indústrias tradicionais e nas de tecnologia de ponta se deve ao atraso na tecnologia de produção frente aos japoneses. A baixa taxa de economia interna, mais baixa que a taxa de investimento, fez que os EUA tivessem que pedir fundos emprestados ao exterior para poder sustentar sua taxa de investimento (Chudnovsky, 1993, p. 79).

Em 1981 o IDE dos EUA alcançou seu ponto máximo no México, no Brasil e na Argentina, diminuindo nos anos posteriores e se recuperando em 1986.

Nas décadas de 80 e 90 os IDE localizaram-se mais nos setores de serviços (telecomunicações, transportes, etc.) que nas indústrias primárias ou manufatureiras. As estratégias de integração foram profundas e complexas, determinadas pelas etapas de produção.

Com o aparecimento do Nafta os investimentos dos EUA se voltaram para o México, para obter baixo custo na produção intermediária e final (setores manufatureiro e de automóveis) e para abastecer o mercado dos EUA. Podemos dizer que o Nafta, apesar de regular matérias de investimento, serviços e produtos finais, é distinto do tratado originário de cooperação entre o Canadá e os EUA, que fixava mais proibições e não fazia muitas concessões. Com a entrada do México se fez uma integração distinta, onde há uma relação de dependência desse país, pela sua economia fraca, frente aos outros dois. Para fazer parte do bloco, o México teve que se abrir comercialmente, aprovar a lei de patentes norte-americanas, implementar política de privatizações, principalmente nos setores da petroquímica e financeiro. Hoje, 70% do comércio exterior do México são feitos com os EUA; o acordo flexibilizou os mercados setoriais no México e atraiu IDE, pelo grau de segurança e credibilidade que os dois países desenvolvidos proporcionam. Muitos países da América Latina também expressaram seu desejo de integrar-se ao Nafta, como o Chile e a Argentina.

Para os EUA as políticas internas dos países são importantes na hora de investir. Esperam que essas sejam mais livres e correspondam aos interesses do país investidor. Se isso não acontece, o governo exerce seu poder por meio de retaliações e pressões no meio internacional. Os EUA estabeleceram junto com outros países industrializados políticas para promover a IDE nos países em desenvolvimento, como exemplo a OPIC (Corporação de Investimentos Privados no Estrangeiro) que ressarcia mediante seguro os riscos de expropriações e inconvertibilidade monetária.

alta tecnología. La decadencia en las industrias tradicionales y en las de tecnología de punta se debe al atraso en la tecnología de producción frente a los japoneses. La baja tasa de ahorro interno, más baja que la tasa de inversión, hizo que EE.UU. tuviese que pedir fondos prestados al exterior para poder sostener su tasa de inversión (Chudnovsky, 1993, p. 79).

En 1981 la IED de EE.UU. alcanzó su punto máximo en México, en Brasil y Argentina disminuyendo en los años posteriores, y recuperándose en 1986.

En las décadas de los 80 y 90 las IED se ubicaron más en los sectores de servicios (telecomunicaciones, transporte, etc.) que en las industrias primarias o manufactureras. Las estrategias de integración fueron profundas y complejas, determinadas por etapas de producción.

Con la aparición del Nafta las inversiones de EE.UU. se volcaron para México, para obtener bajo costo en la producción intermedia y final (sector manufacturero, automóviles) y para proveer al mercado de EE.UU. Podemos decir que el Nafta, aunque regule materias de inversión, servicios y productos finales, es distinto del tratado originario de cooperación entre Canadá y EE.UU., que fijaba más prohibiciones y no hacía muchas concesiones. Con la entrada de México se hizo una integración distinta en que hay una relación de dependencia de este país, por su economía débil, frente a los otros dos. Para hacer parte del bloque, México tuvo que abrirse comercialmente, aprobar la ley de patentes norteamericana, implementar política de privatizaciones, principalmente en los sectores de la petroquímica y financiero. Hoy, 70% del comercio exterior de México son hechos con EE.UU.; el acuerdo flexibilizó los mercados sectoriales en México y atrajo IED, por el grado de seguridad y credibilidad que los dos países desarrollados proporcionan. Muchos países de América Latina también expresaron su deseo de integrarse al Nafta, como Chile y Argentina.

Para los EE.UU. las políticas internas de los países son importantes a la hora de invertir. Esperan que estas sean más libres y correspondan a los intereses del país inversor. Si eso no pasa, el gobierno ejerce su poder por medio de retaliaciones y presiones en el medio internacional. Los EE.UU. estableció junto con otros países industrializados políticas para promover la IED en países en desarrollo, como ejemplo la Opic (Corporación de Inversiones Privadas en el Extranjero) que resarcía mediante seguro los riesgos de expropiaciones e inconvertibilidad monetaria.

Os tratados de investimentos bilaterais também reduziam as barreiras para os IDE e os protegiam. Estabeleciam o tratamento de nação mais favorecida aos investidores estrangeiros, indenização mais rápida, transferência de utilidades, etc.

O único país latino-americano que estabeleceu tratado bilateral com os EUA foi a Argentina. Só avançaram as relações com os outros países através da Iniciativa para as Américas do Presidente Bush, que abrangia toda a América Latina.

Os Estados Unidos incrementaram seus IDE durante o período de 1987-1990 para a América Latina e o Caribe, ao redor de Us\$ 8,4 bilhões, onde o Brasil (50%), o México (39%) e o Chile (8%) foram os países que mais receberam investimentos norte-americanos.

OS FLUXOS DE IDE DOS EUA ATÉ A LATINO-AMÉRICA E O CARIBE  
(em bilhões de dólares)

| Países           | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 | 1990-1994 |
|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Argentina        | 1,577     | 437       | -138      | 3,374     |
| Brasil           | 1,991     | 705       | 5,378     | 11,215    |
| Chile            | 412       | 116       | 890       | 2,175     |
| Colômbia         | 853       | -263      | -1,548    | 845       |
| Equador          | 99        | 177       | -61       | -         |
| Jamaica          | -22       | -120      | 88        | -         |
| México           | 2,005     | 223       | 4,157     | 11,158    |
| Peru             | 1,053     | -301      | -514      | -206      |
| Trinidade/Tobago | 33        | -547      | -13       | -         |
| Venezuela        | 523       | -842      | 173       | 2,846     |
| Outros Países    | -         | 0         | -         | 2,255     |
| Total            | 8,524     | -415      | 8,412     | 9,618     |

Fonte: OECD, Paris

Irela, 1996 (Dados de 1990-1994)

Na Argentina havia um grande investimento no setor financeiro, de petróleo e gás. Os investimentos norte-americanos foram de 40% dos fluxos totais. Mais tarde houve um grande investimento no setor de serviços, pelas privatizações. A Argentina disputava certos mercados, muitas vezes pelo protecionismo e o subsídio agrícola, que os EUA também praticavam. Com o plano de convertibilidade e a abertura, muitos

Los tratados de inversiones bilaterales también reducían las barreras para las IED y las protegían. Establecían el trato de nación más favorecida a los inversores extranjeros, indemnización más rápida, transferencia de utilidades, etc.

El único país latinoamericano que estableció tratado bilateral con EE.UU. fue Argentina. Sólo avanzaron las relaciones con los otros países a través de la Iniciativa para las Américas del presidente Bush, que abarcaba a toda América Latina.

Estados Unidos incrementó sus IED durante el período de 1987-1990 para Latinoamérica y Caribe, alrededor de Us\$ 8,4 mil millones, donde Brasil (50%), México (39%) y Chile (8%) fueron los países que más recibieron las inversiones norteamericanas.

LOS FLUJOS DE IED DE EE.UU. HACIA LATINOAMÉRICA Y CARIBE  
(en millones de dólares)

| Países          | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 | 1990-1994 |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Argentina       | 1,577     | 437       | -138      | 3,374     |
| Brasil          | 1,991     | 705       | 5,378     | 11,215    |
| Chile           | 412       | 116       | 890       | 2,175     |
| Colombia        | 853       | -263      | -1,548    | 845       |
| Ecuador         | 99        | 177       | -61       | -         |
| Jamaica         | -22       | -120      | 88        | -         |
| México          | 2,005     | 223       | 4,157     | 11,158    |
| Perú            | 1,053     | -301      | -514      | -206      |
| Trinidad/Tobago | 33        | -547      | -13       | -         |
| Venezuela       | 523       | -842      | 173       | 2,846     |
| Otros Países    | -         | 0         | -         | 2,255     |
| Total           | 8,524     | -415      | 8,412     | 9,618     |

Fuente: OECD, Paris

Irela, 1996 (datos de 1990-1994)

En Argentina había una gran inversión en el sector financiero, de petróleo y gas. Las inversiones norteamericanas fueron de 40% de los flujos totales. Más tarde hubo una gran inversión en el sector de servicios, por las privatizaciones. Argentina disputaba ciertos mercados, muchas veces por el proteccionismo y el subsidio agrícola, que EE.UU. también practicaba. Con el plan de convertibilidad y apertura muchos

desses problemas foram solucionados, mas ainda existe o problema das patentes medicinais a ser resolvido.

Em agosto de 1989 a Lei de Emergência Econômica estabeleceu na Argentina o tratamento nacional para o capital estrangeiro em todas as atividades produtivas. Otorgou às empresas estrangeiras o livre acesso ao mercado de crédito local e eliminou os impostos de repatriação de capital.

Em 1991, a Argentina assinou com os EUA um Acordo Bilateral de Investimentos, aderindo à arbitragem internacional para a solução de conflitos. A exceção ao tratamento nacional era dada nos setores de transporte aéreo, seguros e pesca.

O Brasil, nas últimas décadas, recebeu grandes fluxos de investimentos dos EUA, principalmente no setor químico, mecânico e metalúrgico, os setores mais dinâmicos do comércio mundial. Os Estados Unidos e o Brasil realizaram negócios comerciais bilaterais por Us\$ 17 bilhões, em 1995.

Em novembro de 1995 o presidente do Brasil se reuniu com o presidente dos EUA para fazer uma retrospectiva das relações comerciais entre os dois países e decidiram estabelecer algumas medidas a nível bilateral: como a criação do Conselho de Desenvolvimento dos Negócios Brasil-EUA (entidade conjunta do setor privado e governamental com a finalidade de promover os investimentos e o comércio bilateral), estabelecer o diálogo no setor de telecomunicações, pela abertura do Brasil e medidas para facilitar o comércio mediante a cooperação de normas e padrões técnicos.

Com a constituição do Nafta os países da América Latina foram substituídos pelo México, que passou a ser o centro dos investimentos. Com o Mercosul, os EUA voltam a olhar a América Latina e não pretendem mais negociar em separado com os quatro países (o chamado acordo quatro mais um). Agora vão negociar o acordo "quatro mais três" (países integrantes do Nafta e países integrantes do Mercosul); as economias dos dois blocos representam 95% do PBI e mais de 85% do comércio do continente americano. Nessa negociação discutiram-se assuntos como o regime de origem, a eliminação das barreiras ao comércio e investimentos e a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) para o ano 2005.

de esos problemas fueron solucionados, pero todavía existe el problema de las patentes medicinales a ser resuelto.

En agosto de 1989 la Ley de Emergencia Económica estableció en Argentina el mismo trato nacional para el capital extranjero en todas las actividades productivas. Otorgó a las empresas extranjeras libre acceso al mercado de crédito local y eliminó los impuestos de repatriación de capital.

En 1991, Argentina firmó con EE.UU. un Acuerdo Bilateral de Inversiones, adheriendo al arbitraje internacional para la solución de conflictos. La excepción al trato nacional eran en los sectores de transporte aéreo, seguros y pesca.

Brasil, en las últimas décadas, recibió grandes flujos de inversiones de los EE.UU., principalmente en el sector químico, mecánico y metalúrgico, los sectores más dinámicos del comercio mundial. Estados Unidos y Brasil realizaron negocios comerciales bilaterales por Us\$ 17 mil millones, en 1995.

En noviembre de 1995 el presidente de Brasil se reunió con el presidente de EE.UU. para hacer una retrospectiva de las relaciones comerciales entre los dos países y decidieron establecer algunas medidas a nivel bilateral: como la creación del Consejo de Desarrollo de Negocios Brasil-EE.UU. (entidad conjunta del sector privado y gubernamental con la finalidad de promover las inversiones y el comercio bilateral), establecer el diálogo en el sector de telecomunicaciones, por la apertura de Brasil y medidas para facilitar el comercio mediante la cooperación de normas y patrones técnicos.

Con la constitución del Nafta los países de América Latina quedaron desplazados por México, que pasó a ser el centro de las inversiones. Con el Mercosur, EE.UU. vuelve a mirar Latinoamérica, no pretende más negociar por separado los cuatro países (el llamado acuerdo cuatro más uno). Ahora va a negociar el acuerdo "cuatro más tres" (países integrantes del Nafta y países integrantes del Mercosur), las economías de los dos bloques representan 95% del PBI y más del 85% del comercio del continente americano. En esta negociación se discutirán asuntos como el régimen de origen, la eliminación de las barreras al comercio e inversiones y la creación de la Alca (Área de Libre Comercio de las Américas) para el año 2005.

Ainda que haja negociações em separado dos dois países, a intenção de negociar conjuntamente está formulada. Os EUA ampliam seus investimentos até o Brasil e a Argentina, porque estão cada vez mais interessados nos negócios que oferece o Mercosul. Consideram que a Argentina é um país atrativo pela sua estabilidade econômica, mas estão preocupados pela excessiva dependência deste país pela demanda brasileira.

O Brasil será o novo cenário dos investimentos da América Latina nos próximos anos e, pelo que vem negociando, grande parte desses serão norte-americanos.

#### 4.2. AS RELAÇÕES COM A EUROPA

Os fluxos de IDE da Europa serão analisados através de cinco países: a Alemanha, a Espanha, a França, a Itália e o Reino Unido.

De 1979 a 1982, a Alemanha foi o maior investidor da Europa, seguido pela França e o Reino Unido. De 1983 a 1986 o Reino Unido passou ao primeiro lugar e a Alemanha ficou em segundo, seguida da Itália. Isso foi no período de crise, onde os investimentos da Europa caíram menos que os dos EUA e do Japão. De 1987 a 1990, os dois primeiros lugares continuaram os mesmos, mas a Espanha tomou o lugar da Itália, pela participação nas privatizações. Neste mesmo período os investimentos europeus representaram 25% do total dos IDE feitos na América Latina, apesar da diminuição de investimentos que ocasionou a criação do Mercado Único Europeu em 1992, que estimulou que se investisse na própria zona.

A Alemanha voltou a investir depois da crise da dívida; 92% dos IDE da Alemanha localizaram-se no Brasil. Agora a participação alemã no Brasil é de 35% e na Argentina de 25%. E ela investe mais no setor industrial.

A Espanha passou a investir nos últimos anos na América Latina; 23% deles se dirigiram à Argentina e 10% ao Brasil. A Argentina recebeu mais por ter relações históricas com aquele país e estar na frente do Brasil quanto à política de privatizações. O setor que mais investimentos recebeu foi o terciário, contrariando a maioria dos países que investiram mais no setor industrial.

A França foi o país que reduziu incrivelmente os IDE na América Latina (50% dos efetuados anteriormente), sem apresentar nenhuma reação. A Argentina e o Brasil foram os países que mais sentiram a

Aunque haya negociaciones en separado de los dos países, el intento de negociar conjuntamente está planteado. EE.UU. amplía sus inversiones hacia Brasil y Argentina, porque está cada vez más interesado en los negocios que ofrece el Mercosur. Consideran a Argentina un país atractivo por su estabilidad económica, pero están preocupados por la excesiva dependencia de este país por la demanda brasileña.

Brasil será el nuevo escenario de las inversiones de Latinoamérica en los próximos años y, por lo que se viene negociando, gran parte de ellas serán norteamericanas.

#### 4.2. RELACIONES CON EUROPA

Los flujos de IED de Europa serán analizados a través de cinco países: Alemania, España, Francia, Italia y el Reino Unido.

De 1979 a 1982, Alemania era el mayor inversor de Europa, seguido por Francia y Reino Unido. De 1983 a 1986 el Reino Unido pasó a primer lugar y Alemania quedó en segundo lugar seguida de Italia. Este fue en el período de crisis, donde las inversiones de Europa cayeron menos que las de EE.UU. y Japón. De 1987 a 1990, en los dos primeros lugares continuaron los mismos, pero España tomó el lugar de Italia, por la participación en las privatizaciones. En este mismo período las inversiones europeas representaron un 25% del total de las IED hechas en América Latina, aún con la disminución de inversiones que ocasionó la creación del Mercado Único Europeo en 1992, que estimuló que se invirtiera en la propia zona.

Alemania volvió a invertir después de la crisis de la deuda. El 92% de las IED alemanas se ubicaron en Brasil. Ahora la participación alemana en Brasil es de 35% y en Argentina 25%. El sector industrial es donde Alemania más invierte.

España pasó a invertir en los últimos años en América Latina, 23% de ellas se orientaron a Argentina y 10% a Brasil. Argentina recibió más por tener relaciones históricas con ese país y estar frente a Brasil en la política de privatizaciones. El sector que más inversiones recibió fue el terciario, contrariando a la mayoría de los países que invirtieron más en el sector industrial.

Francia fue el país que redujo increíblemente las IED en América Latina (50% de las efectuadas anteriormente), sin presentar ningún repunte. Argentina y Brasil fueron los que más sintieron la reducción,

redução, 17% no Brasil e 16% na Argentina. O setor industrial é o que mais fluxos recebeu, principalmente no setor automotivo.

A Itália se manteve constante em matéria de investimentos, mas no último período não acompanhou a tendência de crescimento da maioria dos países. O Brasil é o primeiro receptor dos investimentos italianos e a Argentina o segundo. Os fluxos se concentraram mais no setor industrial.

O Reino Unido foi o maior investidor na América Latina, o principal destinatário foi o Brasil (66%). A Argentina ficou em terceiro lugar com 8% dos investimentos. Assim como Espanha, o setor que mais recebeu fluxos do Reino Unido foi o terciário; o setor industrial se localiza depois do setor primário na região (Stoechiero, 1994, p.61).

PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES EUROPÉIAS NOS IDE  
ATÉ A AMÉRICA LATINA, 1979-1990  
(Em porcentagem – Exclui os centros *offshore*)

| País          | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 |
|---------------|-----------|-----------|-----------|
| Reino Unido   | 23.8      | 39.6      | 45.0      |
| Alemanha      | 30.3      | 23.0      | 24.0      |
| França        | 24.2      | 12.6      | 10.3      |
| Espanha       | 15.0      | 9.7       | 12.4      |
| Itália        | 6.7       | 15.1      | 8.4       |
| Total CEE (5) | 100.0     | 100.0     | 100.0     |

Fonte: Irela, 1993.

Em geral os IDE da Europa concentram-se no setor manufatureiro, e o principal beneficiado foi o Brasil, seguido pela Argentina.

Com a instituição da Comunidade Econômica Européia e finalmente da União Européia em 1992, com o Tratado de Maastricht, muitos dos investimentos que eram dirigidos à América Latina voltaram-se para dentro da Europa. Outros países como os EUA também decidiram investir na Europa, triplicando os IDE entre 1957 e 1964. Com o aumento dos custos de exportação, alguns países da CEE preferiam investir fora da Europa, como a Alemanha e a Itália, ao contrário da Espanha, de Portugal, da Bélgica e da Holanda. Quanto aos IDE intra-CEE, até 1983, a Alemanha e a Holanda eram os principais investidores e a Grécia, a Espanha e Portugal os receptores. Em 1984-1988 a França se firma

17% en Brasil y 16% en Argentina. El sector industrial es el que más flujos recibió, principalmente el sector automotriz.

Italia se mantuvo constante en materia de inversiones, pero en el último período ellas no acompañaron la tendencia de crecimiento de la mayoría de los países. Brasil es el primer receptor de las inversiones italianas y Argentina el segundo. Los flujos se concentraron más en el sector industrial.

Reino Unido fue el mayor inversor en Latinoamérica, el principal destinatario fue Brasil (66%). Argentina se ubicó en tercer lugar con 8% de las inversiones. Así como España el sector que más recibió flujos de Reino Unido fue el sector terciario, el sector industrial se ubica después del sector primario en la región (Stoechiero, 1994, p. 61).

PARTICIPACIÓN DE LAS PRINCIPALES FUENTES EUROPEAS  
EN LAS IED HACIA AMÉRICA LATINA, 1979-1990  
(En porcentaje- Excluye los centros *offshore*)

| País          | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 |
|---------------|-----------|-----------|-----------|
| Reino Unido   | 23.8      | 39.6      | 45.0      |
| Alemania      | 30.3      | 23.0      | 24.0      |
| Francia       | 24.2      | 12.6      | 10.3      |
| España        | 15.0      | 9.7       | 12.4      |
| Italia        | 6.7       | 15.1      | 8.4       |
| Total CEE (5) | 100.0     | 100.0     | 100.0     |

Fuente: Irela, 1993.

En general las IED de Europa se concentran en el sector manufactero, el principal beneficiado fue Brasil, seguido por Argentina.

Con la institución de la Comunidad Económica Europea y finalmente de la Unión Europea en 1992, con el Tratado de Maastricht, muchas de las inversiones que eran dirigidas hacia América Latina se volcaron hacia dentro de Europa. Otros países como EE.UU. también decidieron invertir en Europa, triplicando las IED entre 1957 y 1964. Con el aumento de los costos de exportación, algunos países de la CEE preferían invertir afuera de Europa como Alemania e Italia, al contrario de España, Portugal, Bélgica y Holanda. En cuanto a las IED intra-CEE, hasta 1983 Alemania y Holanda eran los principales inversores y Grecia, España y Portugal los receptores. En 1984-1988 Francia se afirma

como o principal investidor intra-europeu e a Espanha como o maior receptor (Veiga e Barbosa, 1994, p. 17).

Na Europa houve uma política de proteção à indústria (principalmente sobre o tema da concorrência), coordenada pela Comissão Europeia. O artigo 130 do Tratado de Maastricht, prescreve que a Comunidade Europeia incentivará a capacidade de concorrência da indústria: acelerando a adaptação, as alterações estruturais, oferecendo um ambiente favorável à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas dentro do conjunto da Comunidade (em especial a pequena e média); incentivando a cooperação entre empresas e a exploração do potencial industrial das políticas de inovação, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

Na União Europeia há incentivos para que se invista dentro da região, pois há órgãos públicos que protegem, garantem e dão segurança às empresas da Comunidade. Como exemplo temos o Banco Europeu de Investimentos (BEI) que, junto com a Comissão Europeia e certo número de instituições do setor bancário, cria o Fundo Europeu de Investimentos (FEI), que facilita, mediante a concessão de garantias, o financiamento de pequenas e médias empresas. O objetivo do BEI é corrigir os desequilíbrios estruturais e principalmente os das regiões com dificuldades de conversão industrial, desenvolvendo a rede de estradas, os acessos pelas auto-estradas, os trens e aviões, a ampliação e modernização das telecomunicações e o abastecimento energético.

Os empréstimos do BEI têm contribuído para a realização de investimentos num total de 67 bilhões de ecus em 1993. Houve um total de 36.000 investimentos nas pequenas e médias empresas. O BEI ajuda o investidor europeu a manter sua posição tecnológica, financiando os investimentos industriais e os serviços das grandes empresas, realizadas muitas vezes no âmbito da cooperação internacional, fortalecendo a integração europeia ( Banco Europeu de Inversões, 1994, p. 14).

Desde a conformação do Mercosul, em 1991, que a União Europeia (UE) quer se aproximar do bloco. O primeiro contato surgiu em abril de 1991, com os quatro chanceleres do Mercosul e membros da UE. A segunda reunião foi em Guimarães, em Portugal, em maio de 1992, para negociar as modalidades de cooperação que ofereceria a UE ao Mercosul. No final do mês de maio do mesmo ano, o Conselho do Mercosul e a Comissão da Comunidade estabelecem o Acordo-Marco

como el principal inversor intra-europeo y España el mayor receptor (Veiga y Barbosa, 1994, p. 17).

En Europa hubo una política de protección de la industria (principalmente sobre el tema de la competencia), coordinada por la Comisión Europea. El artículo 130 del Tratado de Maastricht prescribe que la Comunidad Europea incentivará la capacidad de competencia de la industria: acelerando la adaptación a las alteraciones estructurales, brindando un ambiente favorable a la iniciativa y al desarrollo de las empresas dentro del conjunto de la Comunidad (en especial la pequeña y mediana), incentivando la cooperación entre empresas y la explotación del potencial industrial de las políticas de innovación, de investigación y de desarrollo tecnológico.

En la Unión Europea hay un incentivo a que se invierta adentro de la región, pues hay órganos públicos que protegen, garantizan y dan seguridad a las empresas de la Comunidad. Como ejemplo tenemos el Banco Europeo de Inversiones (BEI) que, junto con la Comisión Europea y cierto número de instituciones del sector bancario, ha creado el Fondo Europeo de Inversiones (FEI) que facilita, mediante la concesión de garantías, la financiación de Pymes. El objetivo del BEI es corregir los desequilíbrios estructurales y principalmente de regiones con dificultades de conversión industrial, desarrollando la red de carreteras, los enlaces por autopistas, ferrocarril y avión, la ampliación y modernización de telecomunicaciones y el aprovisionamiento energético.

Los préstamos del BEI han contribuido a la realización de inversiones por un total de 67 000 millones de ecus en 1993. Hubo un total de 36000 inversiones de pequeñas y medianas empresas. El BEI ayuda al inversor europeo a mantener su posición tecnológica, financiando inversiones industriales y servicios de grandes empresas, realizadas muchas veces en el ámbito de cooperación internacional, fortaleciendo la integración europea ( Banco Europeo de Inversiones, 1994, p. 14).

Desde la conformación del Mercosur en 1991, que la Unión Europea (UE) quiere aproximarse al bloque. El primer contacto surgió en abril de 1991, con los cuatro cancilleres del Mercosur y miembros de la UE. La segunda reunión fue en Guimarães, en Portugal, en mayo de 1992, para negociar las modalidades de cooperación que ofrecería la UE al Mercosur. En el final del mes de mayo del mismo año, el Consejo del Mercosur y la Comisión de la Comunidad establecen el Acuerdo

de Cooperação Interinstitucional, que inclui a assistência técnica, o intercâmbio de informações, a formação de recursos humanos e o apoio institucional. Em janeiro de 1993, a UE (Comissão) se reúne com o Mercosul (Comité Consultivo Conjunto) estabelecendo o financiamento de projetos prioritários para o Mercosul. Em dezembro de 1994, os dois blocos se comprometem a concluir o Acordo-Marco Inter-Regional nas áreas de cooperação econômica e comercial. Finalmente em 15 de dezembro de 1995 é assinado em Madri o Acordo-Marco de Cooperação Comercial e Econômica entre a UE e o Mercosul.

A potência futura do Mercosul foi decisiva para a união. O bloco é o quarto conjunto econômico mundial, atrás do Nafta, da UE e dos Tigres Asiáticos. É considerado uma “zona de prosperidade emergente” pelo Parlamento Europeu e fonte de importantes recursos naturais. No Cone Sul é onde há uma presença maior de europeus; as relações econômicas e sociais fizeram com que a UE fosse o primeiro sócio comercial do Mercosul e seu primeiro investidor estrangeiro desde o estabelecimento da união aduaneira, com 36% dos capitais empregados.

O Acordo-Marco Inter-Regional de Cooperação Econômica e Comercial, criado dentro das conformidades da OMC, é o primeiro documento diplomático do gênero, assinado pelos sistemas de integrações regionais. Ao possuir caráter misto (econômico e político) outorga profundidade no projeto de cooperação. A meta é avançar até uma zona de livre comércio num prazo de dez anos e auxiliando esse processo. O acordo cria a figura do Conselho de Cooperação (formado pelos membros da UE e do Mercosul a nível ministerial) e a Comissão mista que assessorará o Conselho. Os órgãos têm a função de supervisionar o desenvolvimento da associação entre os blocos. Outro órgão que participará será o BEI, que aumentará os créditos a fim de poder concretar os objetivos do acordo.

Os objetivos principais do acordo são: desenvolver a cooperação econômica e comercial, preparar a liberalização comercial, *promover investimentos* e incentivar o diálogo político institucional entre os dois blocos. A cooperação atinge as áreas de normas agroalimentícias e industriais, assuntos aduaneiros, estatística, propriedade intelectual, indústria, energia, transporte, ciência e tecnologia, telecomunicações e tecnologias de informação, proteção do meio ambiente, cooperação em educação e cultura e luta contra o narcotráfico.

Marco de Cooperación Interinstitucional que incluye asistencia técnica, intercambio de informaciones, formación de recursos humanos y apoyo institucional. En enero de 1993, la UE (Comisión) se reúne con el Mercosur (Comité Consultivo Conjunto) estableciendo la financiación de proyectos prioritarios para el Mercosur. En diciembre de 1994, los dos bloques se comprometen a concluir el Acuerdo Marco Interregional en las áreas de cooperación económica y comercial. Finalmente el 15 de diciembre de 1995 es firmado en Madrid el Acuerdo Marco de Cooperación Comercial y Económica entre la UE y el Mercosur.

La potencia futura del Mercosur fue decisiva para la unión. El bloque es el cuarto conjunto económico mundial, a través del Nafta, de la UE y de los Tigres Asiáticos. Es considerado una “zona de prosperidad emergente” por el Parlamento Europeo y fuente de importantes recursos naturales. En el Cono Sur es donde hay mayor presencia de europeos, las relaciones económicas y sociales hizo que la UE fuera el primero socio comercial del Mercosur y su primer inversor extranjero desde el establecimiento de la unión aduanera, con 36% de los capitales aportados.

El Acuerdo Marco Interregional de Cooperación Económica y Comercial, creado dentro de las conformidades de la OMC, es el primer documento diplomático del género ya firmado por sistemas de integraciones regionales. Al poseer carácter mixto (económico y político) otorga una profundidad en el proyecto de cooperación. La meta es avanzar hacia una zona de libre comercio en un plazo de diez años y para auxiliar en ese proceso el acuerdo crea la figura del Consejo de Cooperación (formado por miembros de la UE y del Mercosur de nivel ministerial) y la Comisión mixta que asesorará al Consejo. Los órganos tienen la función de supervisar el desarrollo de la asociación entre los bloques. Otro órgano que participará será el BEI que aumentará los créditos a fin de poder concretar los objetivos del acuerdo.

Los objetivos principales del acuerdo son: desarrollar la cooperación económica y comercial, preparar la liberalización comercial, *promover inversiones* e incentivar el diálogo político institucional entre los dos bloques. La cooperación abarca las áreas de normas agroalimentarias e industriales, asuntos aduaneros, estadística, propiedad intelectual, industria, energía, transporte, ciencia y tecnología, telecomunicaciones y tecnologías de información, protección al medio ambiente, cooperación en educación y cultura y lucha contra el narcotráfico.



A assinatura do documento repercutiu no âmbito empresarial dos dois blocos. O avanço na promoção e proteção dos investimentos recíprocos ampliará os canais de distribuição já existentes e facilitará processos de complementação produtiva, além de dar mais confiança e segurança jurídica aos investidores, já que há intenção de criar um acordo bilateral de fomento e proteção de investimentos.

O processo de privatizações na Argentina e o começo das privatizações no Brasil impulsionaram a presença de empresas europeias no Mercosul. Na Argentina 28% do capital acionário das empresas privatizadas foram outorgados a consórcios de origem europeia. Segundo as perspectivas, de 1994 a 1998, os investimentos alemães serão de US\$ 700 milhões, os do Reino Unido US\$ 829,9 milhões e os franceses de US\$ 1 bilhão e 279 milhões (El Cronista, 1995).

Em 1991 o IDE dos países da UE na Argentina e no Brasil alcançava os US\$ 14 bilhões, 1,7% dos desembolsos europeus no mundo e 12% dos investimentos nos países em desenvolvimento (El Cronista, 1995).

Hoje o Mercosul recebe da UE 47% do total de IDE e 75% da ajuda oficial europeia destinada ao desenvolvimento. O Acordo estabelece um mercado potencial de mais de 550 milhões de pessoas e um PIB de 8 bilhões de dólares em termos de capacidade de compra. A respeito do tema dos investimentos, esse acordo-marco é um dos pontos vitais para o Mercosul, porque através da UE se poderia acelerar a harmonização de políticas conjuntas em matéria de IDE, pois o Mercosul terá o respaldo financeiro e a experiência da Europa, que já passou por esse processo.

#### 4.3. AS RELAÇÕES COM O JAPÃO

O Japão foi um país que transformou sua participação industrial no mundo, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Começou a produzir bens com um alto valor agregado, obtendo vantagens comparativas frente a outros países. Alguns atribuem essa transformação por possuir um grande mercado e uma boa condução por parte dos empresários, mas o fator mais importante e talvez o decisivo foi a política industrial e tecnológica conjunta aplicada pelo Estado em conjunto com as empresas privadas. Além disso, aquele país sempre foi deficitário em matérias-primas e em combustíveis.

La firma del documento repercutió en el ámbito empresarial de los dos bloques. El avance en la promoción y protección de inversiones recíprocas ampliará los canales de distribución ya existentes y facilitará procesos de complementación productiva, además de dar más confianza y seguridad jurídica a los inversores, ya que hay intención de crear un acuerdo bilateral de fomento y protección de inversiones.

El proceso de privatizaciones en Argentina y el comienzo de privatizaciones en Brasil impulsan la presencia de empresas europeas en el Mercosur. En Argentina 28% del capital accionario de las empresas privatizadas fue adjudicado a consorcios de origen europeo. Según las perspectivas, a partir de 1994 a 1998, las inversiones alemanas serán de US\$ 700 millones, las de Reino Unido US\$ 829,9 millones y francesas de US\$ 1.279,77 millones (El Cronista, 1995).

En 1991 la IED de países de la UE en Argentina y Brasil alcanzaba los US\$ 14.000 millones, 1,7% de los desembolsos europeos en el mundo y 12% de inversiones en países en desarrollo (El Cronista, 1995).

Hoy el Mercosur recibe de la UE el 47% del total de IED y 75% de la ayuda oficial europea destinada al desarrollo. El Acuerdo establece un mercado potencial de más de 550 millones de personas y un PBI de 8 mil millones de dólares en términos de capacidad de compra. Respecto del tema de inversiones, este acuerdo marco es uno de los puntos vitales para el Mercosur, porque a través de la UE podría acelerarse la armonización de políticas conjuntas en materia de IED, pues el Mercosur tendrá el respaldo financiero y la experiencia de Europa que ya pasó por ese proceso.

#### 4.3. RELACIONES CON JAPÓN

Japón fue un país que transformó su participación industrial en el mundo, principalmente después de la Segunda Guerra Mundial. Empezó a producir bienes con un alto valor agregado, obteniendo ventajas comparativas frente a otros países. Algunos atribuyen esa transformación por poseer un gran mercado y una buena conducción por parte de los empresarios, pero el factor más importante y quizá el decisivo fue la política industrial y tecnológica conjunta aplicada por el Estado en conjunto con las empresas privadas. Además, este país siempre fue deficitario en materias primas y en combustibles.

Nos anos 50 e começo dos 60, o Japão exportava na sua maioria produtos têxteis e aproveitava a vantagem que possuía no momento, que era a mão-de-obra barata.

Na metade dos anos 60 houve uma mudança de estratégia; passou-se a investir em indústrias de capital intensivo, como a siderurgia, indústria naval, química e automotiva. Passaram a exportar estes produtos aproveitando ainda a vantagem da mão-de-obra barata que baixava os custos da produção.

Nos anos 70 intensifica-se a mão-de-obra e passa-se a produzir para exportar eletrônicos, petroquímica e alumínio. A partir de 1980 os automóveis, maquinárias e eletrônicos passam a ser os principais produtos de exportação japonesa.

Pareceria que a criação de vantagens comparativas dinâmicas fosse o principal objetivo da política industrial japonesa, como prega a teoria neoclássica do comércio internacional, mas não bastava somente produzir um novo bem, era necessário produzi-lo com inovações tecnológicas e melhorá-lo, para superar o bem produzido pelos competidores.

O Ministério da Indústria e Comércio Internacional (Miti) descreve seus instrumentos de política utilizados para impulsionar a estratégia industrial (Chudnovsky, 1993, p. 93):

- a) restrições às importações dos bens a serem produzidos nas indústrias promovidas através de licenças de importação e divisas, tarifas aos produtos importados e impostos preferenciais para os produtos manufaturados no país;
- b) restrições à presença das empresas estrangeiras mediante o controle dos IDE;
- c) ampla importação de tecnologia, ainda que os termos da contratação sejam supervisionados pelo Miti;
- d) financiamento preferencial às firmas escolhidas, postas à disposição do sistema bancário pelo Ministério de Finanças e incentivos fiscais para o investimento em ativo fixo;
- e) coordenação do investimento para evitar excessos de capacidade instalada, promovendo fusões e outros acordos entre empresas, em outras palavras, promovendo a formação de oligopólios;
- f) promoção da concorrência no mercado interno entre as firmas

En los años 50 y comienzos de los 60, Japón exportaba en su mayoría productos textiles y aprovechaba de la ventaja que poseía en el momento que era la mano de obra barata.

En mediados de los 60 hubo un cambio de estrategia; pasó a invertir en industrias de capital intensivo, como la siderurgia, industria naval, química y automotriz. Pasaron a exportar esos productos aprovechando todavía la ventaja de la mano de obra barata que bajaba los costos de producción.

En los años-70 se intensifica la mano de obra y se pasa a producir para exportar electrónicos, petroquímica y aluminio. A partir de 1980 los automóviles, maquinarias y electrónicos pasan a ser los principales productos de exportación japonesa.

Parecería que la creación de ventajas comparativas dinámicas fuese el principal objetivo de la política industrial japonesa como predica la teoría neoclásica del comercio internacional, pero no bastaba solo producir un nuevo bien, era necesario producirlo con innovaciones tecnológicas y mejorarlo, para superar el bien producido por los competidores.

El Ministerio de Industria y Comercio Internacional (Miti) describe sus instrumentos de política utilizados para impulsar la estrategia industrial (Chudnovsky, 1993, p. 93):

- a) restricciones a las importaciones de los bienes a ser producidos en las industrias promovidas a través de licencias de importación y divisas, tarifas a los productos importados e impuestos preferenciales para los productos manufacturados en el país;
- b) restricciones a la presencia de empresas extranjeras mediante el control a la IED;
- c) amplia importación de tecnología, aunque los términos de la contratación eran supervisados por el Miti;
- d) financiamiento preferencial a las firmas elegidas puesto a disposición del sistema bancario por el Ministerio de Finanzas e incentivos fiscales para la inversión en activo fijo;
- e) coordinación de la inversión para evitar excesos de capacidad instalada, promoviendo fusiones y otros acuerdos entre empresas, en otras palabras, promoviendo la formación de oligopolios;
- f) promoción de la competencia en el mercado interno entre las

eleitas aos efeitos de evitar situações monopólicas e ênfase desde o início nas exportações para alcançar competitividade internacional a médio prazo;

g) impulso aos esforços no setor manufatureiro, aos efeitos de adaptar a tecnologia importada e ir desenvolvendo uma capacidade tecnológica autônoma;

h) promoção da difusão dos avanços tecnológicos, especialmente entre as pequenas e médias firmas, através de incentivos fiscais e creditícios.

O Japão desde que começou a crescer investiu muito em capital, instalando indústrias pesadas e incorporando inovações tecnológicas. Houve uma elevada taxa da economia interna; mais de um terço do ingresso nacional pôde financiar o investimento produtivo, comprovando mais uma vez que o investimento e a capacidade de economizar caminham juntos. A partir de 1983 houve excedentes na capacidade de economizar, que se dirigiram até o exterior, resultando em um superávit comercial do Japão. Com esse desenvolvimento econômico aumentaram o ingresso *per capita* e a taxa de produtividade do trabalho, principalmente no setor manufatureiro.

Os investimentos produtivos esforçaram-se para obter uma economia de escala em todos os setores, aumentando a competitividade do Japão. Começaram a se concentrar em determinadas linhas de produtos, como exemplo os eletrônicos e as câmaras fotográficas. Essa diversificação na produção era um mecanismo complexo; então tiveram que mudar e inovar a forma de produzir, criando o sistema *just in time*, que significa a produção sem estoque, ou seja, as partes produzem e entregam quando se necessita o produto. Há uma eliminação dos espaços inúteis no processo produtivo e um aumento na fluidez do processo. Começa a existir neste sistema, onde há uma desintegração vertical, um aumento das relações contratuais. Os subcontratistas e as casas matrizes são as partes do contrato, eles reorganizam o processo produtivo nas empresas e aumentam a qualidade na produção através dos sistemas de gestão e controle de qualidade.

O Japão importava, nos anos 70, tecnologia através de contratos de licenças e patentes; nunca o fez por meio de IDE. Isso demonstra

firmas elegidas a los efectos de evitar situaciones monopólicas y énfasis desde el inicio en las exportaciones para lograr competitividad internacional en el mediano plazo;

g) impulso a los esfuerzos en el sector manufacturero, a los efectos de adaptar la tecnología importada e ir desarrollando una capacidad tecnológica autónoma;

h) promoción de la difusión de los avances tecnológicos especialmente entre las pequeñas y medianas firmas, a través de incentivos fiscales y crediticios.

Japón desde que comenzó a crecer invirtió mucho en capital, instalando industrias pesadas e incorporando innovaciones tecnológicas. Hubo una elevada tasa de ahorro interno, más de un tercio del ingreso nacional, que pudo financiar la inversión productiva, comprobando una vez más que la inversión y la capacidad de ahorro caminan juntos. A partir de 1983 hubo excedentes de ahorro, que se dirigieron hacia el exterior resultando en un superávit comercial de Japón. Con este desarrollo económico aumentaron el ingreso per capita y la tasa de la productividad del trabajo, principalmente en el sector manufacturero.

Las inversiones productivas se esforzaron para obtener una economía de escala en todos los sectores, aumentando la competitividad de Japón. Comenzaron a concentrarse en determinadas líneas de productos, como ejemplo los electrónicos y las cámaras fotográficas. Esa diversificación en la producción era un mecanismo complejo, por lo cual necesitaron cambiar e innovar la forma de producir, creando el sistema *just in time*, que significa la producción sin stock, o sea, las partes producen y entregan cuando se necesita el producto. Hay una eliminación de espacios inútiles en el proceso productivo y un aumento en la fluidez del proceso. Empieza a existir en este sistema, donde hay una desintegración vertical, un aumento de relaciones contractuales. Los subcontratistas y las casas matrices son las partes del contrato, ellos reorganizan el proceso productivo en las empresas y aumentan la calidad en la producción a través de los sistemas de gestión y control de calidad.

Japón importaba, en los años 70, tecnología a través de contratos de licencias y patentes, nunca lo hizo por medio de la IED. Eso demuestra

que se investiu pouco em pesquisa, agora isso está mudando; as empresas conjuntamente com o poder público aumentaram seus gastos em pesquisa, impulsionando um maior desenvolvimento tecnológico.

O IDE do Japão até a América Latina nunca teve muita estabilidade, e foi se reduzindo cada vez mais. O pouco conhecimento e a inexperiência da região, pela distância e as crises econômicas constantes, podem explicar o descrédito.

Os investimentos estavam voltados para a Ásia Oriental, principalmente a partir da década de 80, pela sua economia dinâmica (incentivos financeiros e regulamentação favorável) e a mão-de-obra barata. É possível que os IDE tivessem o caráter de complementar a economia japonesa deficiente em matérias-primas e insumos.

A partir de 1985 o Japão ocupou o lugar de credor líquido internacional, que era ocupado anteriormente pelos EUA. A valorização do yen e a incrementação nos custos da mão-de-obra fizeram com que as empresas investissem mais no exterior. Com isso aumentou sua participação no cenário internacional, comprando ações das companhias norte-americanas para garantir posição no mercado já conquistado na Europa, para não sofrer futuras restrições comerciais, já que a região se unia.

Os EUA e a Ásia foram e são os maiores receptores dos IDE japoneses. Nos EUA a metade dos IDE eram destinados ao setor manufatureiro, e um terço aos investimentos financeiros. Na Europa os setores preferenciais eram o financeiro, o comercial e o de mineração (Torres Filho, 1990, p. 8).

Na América Latina os IDE eram dirigidos aos recursos naturais e à indústria. Os principais receptores foram o Brasil e o México. Em 1970 o Brasil foi o terceiro maior receptor de IDE japoneses em todo o mundo, abrangendo a metade dos fluxos destinados à América Latina. Na década de 80, o Japão começou a apresentar desinteresse pelo México e o Brasil, reduzindo os investimentos na região. A maior parte do investimento japonês passou a se concentrar no Panamá.

Com o novo panorama da América Latina nos últimos anos os fluxos de IDE aumentaram no período 1987-1990, com uma concentração de 70% no Brasil, baixando a 44% em 1990 (Irela, 1993).

que se invirtió poco en investigación, ahora eso está cambiando, las empresas conjuntamente con el poder público aumentaron sus gastos en investigación impulsando un mayor desarrollo tecnológico.

La IED de Japón hacia América Latina nunca tuvo mucha estabilidad y se fue reduciendo cada vez más. El poco conocimiento y experiencia de la región, por la distancia y las crisis económicas constantes, pueden explicar el descrédito.

Las inversiones eran volcadas hacia Asia Oriental, principalmente a partir de la década del 80, por su economía dinámica (incentivos financieros y reglamentación favorable) y la mano de obra barata. Es posible que las IED tuviesen el carácter de complementar la economía japonesa deficiente en materias primas e insumos.

A partir de 1985, Japón ocupó el lugar de acreedor neto internacional, lugar ocupado anteriormente por EE.UU. La valorización del yen e incremento en los costos de mano de obra hicieron que las empresas invirtiesen en el exterior. Con eso aumentó su participación en el escenario internacional, comprando acciones de compañías norteamericanas para garantizar posición en mercado ya conquistado y en Europa para no sufrir futuras restricciones comerciales, ya que la región se unía.

EE.UU. y Asia fueron y son los mayores receptores de las IED japonesas. En EE.UU. la mitad de IED eran destinadas al sector manufacturero y un tercio a las inversiones financieras. En Europa los sectores preferenciales eran el financiero, comercial y de minería (Torres Filho, 1990, p. 8).

En América Latina las IED eran dirigidas a los recursos naturales y en la industria. Los principales receptores fueron Brasil y México. En 1970 Brasil fue el tercer mayor receptor de IED japonesas en todo el mundo, abarcando la mitad de los flujos destinados a Latinoamérica. En la década del 80, Japón empezó a presentar desinterés por México y Brasil, reduciendo las inversiones hacia la región. La mayor parte de la inversión japonesa pasó a concentrarse en Panamá.

Con el nuevo panorama de América Latina en los últimos años los flujos de IED aumentaron en el período 1987-1990, con una concentración de 70% en Brasil, bajando a 44% en 1990 (IRELA, 1993).

FLUXOS DE IDE DO JAPÃO ATÉ A LATINO-AMÉRICA E O CARIBE  
(em bilhões de dólares)

| Países        | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 | 1990-1994 |
|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Argentina     | 113       | -26       | 44        | -27       |
| Brasil        | 1,063     | 659       | 958       | 60        |
| Chile         | 22        | 40        | 62        | 5         |
| Colômbia      | 6         | 24        | 65        | 8         |
| Costa Rica    | 15        | -13       | 1         | -         |
| Honduras      | -1        | -13       | 7         | -         |
| México        | 808       | 0         | 203       | 518       |
| Peru          | -37       | -115      | -92       | 1         |
| Uruguai       | 9         | 2         | -1        | -         |
| Venezuela     | 45        | -5        | 113       | 3         |
| Outros países | 15        | 2         | 4         | 0         |
| Total         | 2,058     | 555       | 1,364     | 688       |

Fonte: OECD, 1993 e Irela, 1996 (Dados de 1990-1994)

Com o Nafta as perspectivas de investimentos japoneses para o México são boas; quanto aos outros países da América Latina, conseguem manter a estabilidade nas suas economias, e é provável que o fluxo de IDE aumente.

Há uma grande chance de estabelecimento de filiais japonesas no exterior para o fornecimento de partes e peças. As indústrias intensivas em tecnologia e componentes de valor agregado devem continuar no Japão.

Os EUA, a Europa e a Ásia devem manter seus postos de maiores receptores de investimentos, por suas perspectivas de crescimento.

A Argentina e o Brasil mantêm a estabilidade nas suas economias e as políticas que vêm adotando no Mercosul, é provável que consigam uma porcentagem dos investimentos japoneses, principalmente no setor automotivo. Como exemplo temos a Toyota, principal automotora do Japão, que está construindo uma planta na Argentina, para armar a linha de montagem que produzirá a *pick-up* Hilux em oito versões. O investimento está estimado em 400 milhões de dólares. Isto demonstra que o Mercosul está começando a atrair capitais do Japão, país que volta a se aproximar da região por meio dos IDE.

Em síntese, pareceria ser que o setor automotivo foi o que mais

FLUJOS DE IED DE JAPON HACIA LATINOAMÉRICA Y CARIBE  
(en millones de dólares)

| Países       | 1979-1982 | 1983-1986 | 1987-1990 | 1990-1994 |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Argentina    | 113       | -26       | 44        | -27       |
| Brasil       | 1,063     | 659       | 958       | 60        |
| Chile        | 22        | 40        | 62        | 5         |
| Colombia     | 6         | 24        | 65        | 8         |
| Costa Rica   | 15        | -13       | 1         | -         |
| Honduras     | -1        | -13       | 7         | -         |
| México       | 808       | 0         | 203       | 518       |
| Perú         | -37       | -115      | -92       | 1         |
| Uruguay      | 9         | 2         | -1        | -         |
| Venezuela    | 45        | -5        | 113       | 3         |
| Otros países | 15        | 2         | 4         | 0         |
| Total        | 2,058     | 555       | 1,364     | 688       |

Fuente: OECD, 1993 e Irela, 1996 (datos de 1990-1994)

Con el Nafta las perspectivas de inversiones japonesas para México son buenas, en cuanto a los otros países de Latinoamérica si consiguen mantener la estabilidad en sus economías es probable que el flujo de IED aumente.

Hay una gran chance de establecimiento de filiales japonesas en el exterior para el suministro de partes y piezas. Las industrias intensivas en tecnología y componentes de valor agregado deben continuar en Japón.

EE.UU., Europa y Asia deben mantener sus puestos de mayores receptores de inversiones, por sus perspectivas de crecimiento.

Argentina y Brasil si mantienen la estabilidad en sus economías y las políticas que vienen adoptando en el Mercosur, es probable que abarquen un porcentaje de las inversiones japonesas, principalmente en el sector automotriz. Como ejemplo tenemos a Toyota, principal automotriz de Japón, que está construyendo una planta en Argentina, para armar la línea de montaje que producirá la *pick-up* Hilux en ocho versiones. La inversión está estimada en 400 millones de dólares. Esto demuestra que el Mercosur está empezando a atraer capitales de Japón, país que vuelve a aproximarse a la región por medio de las IED.

En síntesis, pareceria ser que el sector automotriz fue el que más

investimentos concentrou das empresas transnacionais dos EUA, da Europa e do Japão.

A forte participação do capital estrangeiro neste setor é evidente. Atualmente, a estabilização da economia, e a ampliação do mercado no Mercosul, fez com que:

a) a General Motors (empresa de capital norte-americano) ampliasse sua produção investindo em mais dois Estados do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) para se complementar com as plantas da Argentina;

b) a Fiat (empresa de capital italiano) se separasse da Sevel e instalasse uma planta para produzir automóveis na Argentina;

c) os capitais automotivos japoneses entrassem definitivamente no Mercosul através da Toyota que instalou uma planta na Argentina e que promete futuras instalações no Brasil.

##### 5. CONCLUSÕES

Podemos ver, através do desenvolvido anteriormente, que o Mercosul é um processo de integração que está seguindo os passos da teoria neoclássica, ou seja, abrindo o seu mercado e deixando que o livre mercado regule o rumo dos futuros acontecimentos econômicos. A exceção à liberdade de mercado está nos setores protegidos pelos governos dos países, como, por exemplo, o setor automotor.

O processo de integração é muito importante para as nações, pois é uma forma de unir forças para lutar no mundo globalizado. O importante é que se integrem para cooperar, e não para competir.

A evolução dos IDE na América Latina, principalmente nos dois países em questão, mostra que tem havido uma grande corrente de investimentos nos últimos seis anos tanto na Argentina, como no Brasil. Os países estão se modernizando com esses investimentos, ou seja, melhorando suas estradas, seus serviços e a qualidade dos seus produtos. A disputa, entre os países, para ver quem atrai mais investimentos é diária e é feita através de medidas unilaterais para proteger a indústria nacional ou dando incentivos fiscais que proporcionem vantagens ao investidor estrangeiro.

A capacidade para atrair IDE é fundamental para os países em via de desenvolvimento, pois têm necessidade de investimentos que tragam novas tecnologias, gerem empregos e qualifiquem a mão-de-obra.

A integração e os investimentos produtivos podem ser articulados através de uma harmonização de políticas macroeconômicas.

inversiones concentró de empresas transnacionales de EE.UU., Europa y Japón.

La fuerte participación del capital extranjero en este sector es evidente. Actualmente, la estabilización de la economía y la ampliación del mercado en el Mercosur, generó que:

a) General Motors (empresa de capital norteamericano) ampliase su producción invirtiendo en más dos Estados de Brasil (Santa Catarina y Rio Grande do Sul) para complementarse con las plantas de Argentina;

b) Fiat (empresa de capital italiano) se separase de Sevel e instalase una planta para producir autos en Argentina;

c) los capitales automotrices japoneses entraran definitivamente en el Mercosur a través de Toyota que instaló una planta en Argentina y que promete futuras instalaciones en Brasil.

##### 5. CONCLUSIONES

Podemos ver, a través de lo desarrollado anteriormente, que el Mercosur es un proceso de integración que está siguiendo los pasos de la teoría neoclásica, o sea, abriendo su mercado y dejando que el libre mercado reglamente el rumbo de los futuros acontecimientos económicos.

El proceso de integración es muy importante para las naciones, pues es una forma de unir fuerzas para luchar en el mundo globalizado. Es importante es que se integren para cooperar y no para competir.

La evolución de las IED en América Latina, principalmente en los dos países en cuestión, muestra que ha habido una gran corriente de inversiones en los últimos seis años, tanto en Argentina, como en Brasil. Los países están modernizándose con esas inversiones, o sea, mejorando sus rutas, sus servicios y la calidad de sus productos. La disputa entre los países para ver quien atrae más inversiones es diaria y es hecha a través de medidas unilaterales para proteger la industria nacional o dando incentivos fiscales que proporcionen ventajas a los inversores extranjeros.

La capacidad en atraer inversiones es fundamental para los países en vía de desarrollo, pues tienen necesidad de inversiones que traigan nuevas tecnologías, generen empleos y califiquen la mano de obra.

La integración y las inversiones productivas pueden ser articuladas a través de una armonización de políticas macroeconómicas.

Pode-se notar que um dos setores que mais tem trazido IDE para os países é o setor automotor, e esse pode ser tomado como referência para a possibilidade de uma futura harmonização de políticas, já que é o ponto de discórdia entre os dois países neste momento.

Finalizando, há que se pensar em atrair investimentos para todo o bloco, independentemente de onde esse venha a se radicar. Quando pensamos em integração devemos pensar em benefícios para todos os integrantes, senão a integração pode ser perigosa, pois pode aumentar as diferenças entre os seus participantes, contrariando um dos seus princípios mais importantes, que é o princípio da igualdade.

#### ÍNDICE DE SIGLAS

ACE- Acordo de Complementação Econômica  
AEC- Alíquota Externa Comum  
AFTA- Acordo de Livre Comércio das Américas  
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas  
BEI- Banco Europeu de Investimentos  
BOT- *Build Operate Transfer*  
CEE- Comunidade Econômica Européia  
CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CMC- Conselho Mercado Comum  
ECIP- *European Community Investment Partners*  
ET- Empresa Transnacional  
FEI- Fundo Europeu de Investimentos  
GATT- Acordo Geral de Alíquotas, Aduanas e Comércio  
GMC- Grupo Mercado Comum  
IDE- Investimento Direto Estrangeiro  
IRELA- Instituto de Relações Europeu-Latino-Americanas  
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul  
MITI- Ministério da Indústria e Comércio Internacional  
NAFTA- Tratado de Livre Comércio da América do Norte  
OMC- Organização Mundial de Comércio  
OECD- *Organization for Economic Cooperation and Development*  
OPIC- Corporação de Investimentos Privados no Estrangeiro  
PIB- Produto Interno Bruto  
TEC- Tarifa Externa Comum  
UE- União Européia  
UTE- União Transitória de Empresas

Se puede notar que uno de los sectores que más ha atraído IED es el sector automotor y éste puede ser tomado como referencia para la posibilidad de una futura armonización de políticas, ya que es el punto de discordia en este momento.

Finalizando, hay que pensar en atraer inversiones para todo el bloque, independientemente del destino final. Cuando pensamos en integración debemos pensar en beneficios para todos los integrantes, si no la integración puede ser peligrosa, pues puede aumentar las diferencias entre sus participantes, contrariando uno de los principios más importantes, que es el principio de la igualdad.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Francisco. Competitividad internacional, estrategia empresarial y papel de las regiones. *Revista EURE*, v. 21, n. 63, 1995.
- BALASSA, Bela. Teoría de la integración económica. In : SCHAPOSNIK, Eduardo. *Lineamientos teóricos para la integración*. México : Uteha. 1986. Documento inédito.
- EL BANCO Europeo de Inversiones. Luxemburgo : Institución Financiera de la Comunidad Europea, 1994.
- BOUZAS, Roberto. *Acerca de las relaciones entre inversión extranjera directa e integración económica : evaluaciones de acciones de integración económica : taller de investigación*. Buenos Aires : Fundación Raul Prebisch, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Tendencias globales de la inversión extranjera directa en la década de los ochenta : implicaciones para América Latina*. Buenos Aires : Ed. Flacso, 1989.
- BURGUEÑO, Fausto L. *América Latina en el nuevo orden : estado, nuevo orden económico y democracia en América Latina*. ALAS, CEA : Buenos Aires : Nueva Sociedad, 1993.
- CAMPOS, Vicente Falconi. A virada vem aí. *Veja*, 23 dez. 1993. Seção de entrevista (páginas amarelas).
- CHUDNOVSKY, Daniel, LOPEZ, Andres, PORTA, Fernando. Más allá del flujo de caja : el boom de la inversión extranjera directa en la Argentina. *Revista de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, v. 35, n. 137, 1995.
- \_\_\_\_\_. *La política industrial y tecnológica en transición : los casos de los Estados Unidos y el Japón : el desafío de la competitividad : la industria argentina en transformación*. Buenos Aires : CEPAL, 1993.
- COBOS, Emilio Pradilla. Los territorios Latinoamericanos en la nueva fase de internacionalización neoliberal. *Revista EURE*, v. 21, n. 63, 1995.
- DI GIOVAN, Ileana. *Derecho Internacional Económico y relaciones económicas internacionales*. Buenos Aires : Abeledo-Perrot, 1992.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Distribución de beneficios y eficiencia en la integración económica. In: MACADAR, Beky Moron de. *A distribuição desigual dos benefícios e custos da integração econômica entre os países em desenvolvimento : ensaios FEE*. Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. p. 268.
- GOROSTIAGA, Xabier. *América Latina frente a los desafíos globales : estado, nuevo orden económico y democracia en América Latina*. ALAS, CEA : Buenos Aires : Nueva Sociedad, 1993.
- FOREING direct investment in Latin America and the Caribbean : an overview of flows from Europe, Japan and the United States (1979-1990). Madrid; Paris : IRELA, 1993.
- El Acuerdo Interregional entre la UE y el Mercosur : ¿una nueva estrategia de la UE para América Latina? *Informe MERC*, Madrid, 1995. 95/5
- FOREING direct Investment in Latin America in the 1990's. Madrid : Irela, 1996.
- KOSACOFF, Bernardo. *La industria Argentina : un proceso de reestructuración desarticulada : el desafío de la competitividad : la industria argentina en transformación*. Buenos Aires : Cepal/Alianza, 1993.
- MACADAR, Beky Moron de. O contexto internacional e a integração econômica latino-americana. *Análise : Revista da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do RS*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 1992.
- MARCHAL, Andre. Integración y regionalización de la economía europea. In: SCHAPOSNIK, Eduardo. *Lineamientos teóricos para la integración*. La Plata, 1994. cap. 7. Documento inédito.
- MARTINS, Basilio. *A economia mundial e as relações econômicas de Brasil com o exterior : A economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro : Apec, 1994.
- MELLADO, Noemí, ALI, Maria Luciana. *Opinión de los sectores sociales sobre el Mercosur y sus alternativas*. Universidad Nacional de la Plata : Instituto de Integración Latinoamericana : La Plata, 1995.
- NASCIMENTO NETO, Antenor. A roda global. *Veja*, São Paulo, n. 1438. 1996.
- PERRAUX, François. "¿Quién integra? ¿En beneficio de quien se realiza la integración?" *Revista de la Integración*, Buenos Aires, n. 1, nov. 1967; In: SCHAPOSNIK, Eduardo. *Lineamientos teóricos para la integración*. La Plata, 1994. cap. 7. Documento inédito.
- SABRA, Jesús. *Avances hacia el Mercado Común*. Buenos Aires : CEI - Estudios Argentinos para la Integración del Mercosur, 1993.
- SECCHI, Carlo. *La cooperación financiera europea en América Latina : diversos enfoques*. Milão : Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericano, 1992.
- SCHAPOSNIK, Eduardo. *Lineamientos teóricos para la integración*. La Plata, 1994. cap. 7. Documento Inédito.
- SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *Conversão da dívida em investimento direto : Uma avaliação da experiência brasileira recente*. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- STOECHIERO, Andrea. *Transferencia tecnológica e inversiones extranjeras directas entre Europa y América Latina : el papel de las cancellerías latinoamericanas*. Chile : Cepal, 1994.
- TAMAMES, Ramon. Estructura económica internacional. In : SCHAPOSNIK,



- Eduardo. *Lineamientos teóricos para la integración*. La Plata, 1994. Documento inédito.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. *O novo ciclo do investimento direto japonês e o Brasil*. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Economia Industrial, 1990.
- UM AÑO de Mercosur. *El Cronista*, 15 dez. 1995. Suplemento especial.
- VEIGA, Pedro da Motta. Liberalização preferencial entre Brasil e EUA : condicionantes e estrutura de incentivos. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 42, São Paulo, 1995.
- VEIGA, João Paulo Candia, BARBOSA, Alexandre de Freitas. Investimento externo e integração regional no Mercosul : parâmetros de discussão. *Cadernos CEDEC*, n. 35, São Paulo, 1994.
- WILLMORE, L.N. Creación de comercio, desviación de comercio y protección efectiva en el Mercado Común Centroamericano : la integración económica centroamericana. Selección de Eduardo Lizano. México : Fondo de Cultura Económica, 1975.
- ZERO HORA. Porto Alegre, 27 fev. 1996.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
Praça dos Três Poderes s/nº - CEP 70168-970  
Brasília - DF

**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL  
DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

DIRETOR  
**Claudionor Moura Nunes**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA INDUSTRIAL  
**Júlio Werner Pedrosa**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
SUPRIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO  
**Luiz Augusto da Paz Júnior**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE APOIO TÉCNICO  
**Florian Augusto C. Madruga**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS  
**Raimundo Pontes Cunha Neto**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ANAIS  
**Flávio Romero Cunha Lima**